

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAQUEL RODRIGUES DOLZAN

PODER E O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA
FOUCAULTIANA: GOVERNAMENTALIDADE NO BANCO MUNDIAL

CURITIBA

2022

RAQUEL RODRIGUES DOLZAN

PODER E O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA
FOUCAULTIANA: GOVERNAMENTALIDADE NO BANCO MUNDIAL

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Políticas Públicas, no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Aleksandro Eugenio Pereira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Dolzan, Raquel Rodrigues

Poder e o discurso de desenvolvimento sob uma perspectiva
foucaultiana : governamentalidade no Banco Mundial / Raquel
Rodrigues Dolzan. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugenio Pereira.

1. Foucault, Michel. 2. Governamentalidade global. 3. Banco
Mundial – Desenvolvimento. 4. Segurança alimentar. I. Pereira,
Alessandro Eugenio. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

ATA Nº56

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia vinte e tres de maio de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala Por videoconferência (Skype ou similares) , Por videoconferência (Skype ou similares) , foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **RAQUEL RODRIGUES DOLZAN**, intitulada: **PODER E O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: GOVERNAMENTALIDADE NO BANCO MUNDIAL**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL), DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA (UNIVERSITY OF BRISTOL), RAMON BLANCO DE FREITAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A versão final da tese deve ser revisada de acordo com as recomendações apresentadas pelos membros da banca.

CURITIBA, 23 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 10:19:52.0
ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 11:07:24.0
LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 11:25:46.0
DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA
Avaliador Externo (UNIVERSITY OF BRISTOL)

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 10:25:23.0
RAMON BLANCO DE FREITAS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO AMERICANA)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RAQUEL RODRIGUES DOLZAN** intitulada: **PODER E O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: GOVERNAMENTALIDADE NO BANCO MUNDIAL**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 10:19:52.0
ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 11:25:46.0
DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA
Avaliador Externo (UNIVERSITY OF BRISTOL)

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 11:07:24.0
LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 10:25:23.0
RAMON BLANCO DE FREITAS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO AMERICANA)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização dessa pesquisa, registro aqui o meu agradecimento a elas. Agradeço a oportunidade de estudar e de continuar meu aprendizado como pesquisadora. Nesse processo, agradeço ao professor Dr. Alexsandro Eugenio Pereira, meu orientador, por acreditar em mim e aceitar estar comigo nessa caminhada, pois sem ele eu não teria chegado ao aprimoramento desse trabalho e realizado o sonho de me tornar doutora estudando um assunto de que tanto gosto. Ele trouxe confiança, tranquilidade e paciência nos momentos em que mais precisei. Sempre com trabalho atento e preciso, trouxe condução e acolhimento nessa jornada de incertezas, mas que se tornou gratificante tanto pelo aprendizado acadêmico, quanto pelo de persistência. Agradeço, em especial, à professora Dra. Iara Vigo de Lima, quem me apresentou Foucault de uma forma tão inspiradora e acreditou em mim ao me proporcionar essa oportunidade de continuar nesse caminho de pesquisadora. Não apenas pelas conversas sobre Foucault, ela também se tornou uma inspiração em nossas conversas sobre a vida. Agradeço, também, ao professor Dr. Nilson Maciel de Paula por ter compartilhado comigo seu extenso conhecimento sobre a perspectiva da segurança alimentar. Agradeço a todos os professores que tive durante essa jornada, cada um fez diferença para que eu chegasse até essa realização. Ainda agradeço ao colega de doutorado Dr. Felipe Florencio de Oliveira pela generosidade, disposição e conversas que me auxiliaram concretamente a esclarecer caminhos. Por fim, agradeço a meus amigos e familiares, em especial, a meu pai Vili, pelo apoio e dedicação a meu bem-estar e felicidade, e a minha mãe Valéria, por desenvolver em mim a compreensão de que eu posso, sou capaz e vou até o fim.

(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

(FOUCAULT, 1996, p. 10)

RESUMO

O período posterior à Segunda Guerra Mundial é marcado pelo surgimento de instituições e regras internacionais que, a partir de uma perspectiva foucaultiana, são compreendidas como reflexo da racionalidade neoliberal existente. Para Foucault, ao se estabelecer uma racionalidade de governo são necessários elementos como o saber, a verdade e o poder, os quais a consolidam e a realimentam. O autor nomeia de governamentalidade essa racionalidade que se desenvolveu ao longo da história e que tem como foco a população, forma de saber a economia política e é composta por táticas e estratégias de governo. O poder, nessa visão, não é possuído, mas sim exercido, sendo a luta por ele perpétua e multiforme. Assim, tendo em vista as relações internacionais, nessa tese procura-se compreender o exercício de poder e a materialização da governamentalidade que opera em âmbito internacional. Nesse sentido, a governamentalidade global é essa racionalidade foucaultiana aplicada à política internacional a partir de uma visão pós-estruturalista das Relações Internacionais. Nesse viés, essa perspectiva apresenta-se como um instrumento para o estudo da promoção do desenvolvimento como um saber e do estudo das políticas e ações internacionais em prol desse saber, compreendido como desenvolvimento sustentável. Nesse espectro, o Banco Mundial é uma instituição internacional financiadora do desenvolvimento que estabelece diretrizes e normas dentro dessa racionalidade neoliberal. Dessa forma, ao se analisarem projetos de desenvolvimento financiados pela instituição relativos à temática nutrição e segurança alimentar com foco na administração pública, delineou-se como o conhecimento se relaciona à prática governamental. O objetivo dessa tese, portanto, foi o de compreender e identificar, tendo como foco o desenvolvimento, o exercício de poder e a materialização da governamentalidade global a partir da relação entre conhecimento e a prática de governo. Nesse sentido, por meio dessa análise empírica se desenvolveu um modelo de análise circular nomeado de Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana. Esse círculo é composto por quatro aspectos – verdade e discurso propagados, concretização do estabelecimento do conhecimento, exercício do poder e internalização – os quais tem como base o entendimento do funcionamento circular entre saber, verdade e poder e que se autoalimentam demonstrando a materialidade da governamentalidade global.

Palavras-chave: Foucault, Poder, Governamentalidade Global, Desenvolvimento, Segurança Alimentar, Banco Mundial.

ABSTRACT

The period following World War II was marked by the emergence of international institutions and rules which, from a Foucaultian perspective, can be understood to reflect the prevailing neoliberal rationality. For Foucault, to establish the rationality of government, elements such as knowledge, truth and power, which consolidate and provide feedback to it, are needed. Foucault uses the term governmentality to refer to the rationality that has developed during the course of history whose focus is the population, whose form of knowledge is political economy and which consists of government tactics and strategy. Power, in his view, is not possessed but exercised, and the struggle for it is perpetual and multiform. The present thesis therefore attempts to understand, from the perspective of international relations, the exercise of power and the materialization of governmentality in an international context. In this sense, global governmentality is this Foucaultian rationality applied to international politics from a post-structuralist view of international relations. In such an approach, this perspective is an instrument for studying the promotion of development as knowledge and international policies and actions favoring this knowledge, which is understood as sustainable development. The World Bank is an international development finance institution that establishes guidelines and standards within this neoliberal rationality. Thus, when development projects related to nutrition and food security financed by the institution and with a focus on public administration were analyzed here, we showed how knowledge is related to government practice. The aim of this thesis was therefore to understand and identify, with a focus on development, the exercise of power and the materialization of global governmentality based on the relationship between knowledge and government practice. This empirical analysis was used to develop a circular analysis model called Circle of the Exercise of Power from a Foucaultian Perspective. The circle consists of four elements - propagated truth and discourse, concretization of the establishment of knowledge, the exercise of power and internalization - which are based on an understanding of the circular interworking of knowledge, truth and power and which feed back to each other, demonstrating the materiality of global governmentality.

Keywords: Foucault, Power, Global Governmentality, Development, Food Security, World Bank.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana	19
FIGURA 2 – Geografia da Fome (People Affected by hunger in the World in 2020).	76
FIGURA 3 – Desnutrição Crônica (The Number of Undernourishment People – percent in 2005-20)	77
FIGURA 4 – Insegurança Alimentar Severa e Moderada (Moderate or Severe Food Insecurity 2014–2020).....	79
FIGURA 5 – Projetos de Agricultura e Administração Pública com foco em “Nutrição e Segurança Alimentar”	90
FIGURA 6 e FIGURA 7 – Eastern Africa Maps – Regional Great Lakes Integrated Agricultural Development Project.....	100
FIGURA 1 – Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana	140

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – Quantidade de Documentação disponível para os Projetos Selecionados.....	29
TABELA 2 – Normativa das Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais.....	69
QUADRO 1 – Os possíveis efeitos da liberalização do comércio sobre as dimensões da segurança alimentar (The possible effects of trade liberalization on dimensions of food security).....	83
TABELA 3 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Nepal.....	106
TABELA 4 – Preocupações Ambientais e suas Avaliações – Projeto Nepal.....	108
TABELA 5 – Estrutura de Gestão Ambiental e Social – Projeto Haiti.....	111
TABELA 6 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Haiti.....	112
TABELA 7 – Potenciais Impactos Negativos a partir das Políticas de Salvaguarda Acionadas com Respectivo Grau de Importância – Projeto Haiti.....	113
TABELA 8 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Bangladesh.....	117
TABELA 9 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Etiópia.....	119
TABELA 10 – Estrutura de Gestão Ambiental e Social – Projeto Etiópia.....	122
TABELA 11 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Nigéria.....	124
TABELA 12 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto África do Leste.....	128
TABELA 13 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Peru.....	131
TABELA 14 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Malauí.....	135
TABELA 15 – Aspectos identificados do Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana a partir dos projetos de desenvolvimento selecionados.	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	- Associação Internacional de Desenvolvimento – IDA
BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – IBRD
BP	- Bank Procedures – PB
CRW	- Crisis Response Window
FAO	- Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GAFSP	- Global Agriculture And Food Security Program – PGASA
IBRD	- International Bank for Reconstruction and Development – BIRD
ICSID	- Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (sigla em inglês)
IDA	- International Development Association – AID
IFC	- Sociedade Financeira Internacional (sigla em inglês)
JRC	- Janela de Resposta a Crises
MARNDR	- Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
MIGA	- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (sigla em inglês)
ODSs	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIs	- Organizações Internacionais
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONGs	- Organizações Não-Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
OP	- Operational Policies – PO
PGASA	- Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar – GAFSP
PB	- Procedimentos do Banco
PO	- Políticas Operacionais – OP
PTC	- Plano de Transformação do Crescimento
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
RI	- Relações Internacionais
SNIPA	- Sistema Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
	1.1 METODOLOGIA.....	21
2	A PERSPECTIVA DE FOUCAULT	32
	2.1 DISCURSO, PODER E VERDADE SOB A PERSPECTIVA DE FOUCAULT	32
	2.1.1 A Arqueologia e a Genealogia Foucaultianas.....	33
	2.1.2 O Discurso: Relação com Verdade e Poder.....	35
	2.1.3 O Poder: Genealogia Foucaultiana.....	38
	2.2 A GOVERNAMENTALIDADE.....	41
	2.2.1 Foucault nas Relações Internacionais: a Governamentalidade Global	50
3	BANCO MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO	57
	3.1 O BANCO MUNDIAL	57
	3.2 NEOLIBERALISMO	59
	3.2.1 Consenso de Washington e Pós-Consenso de Washington.....	60
	3.3 DESENVOLVIMENTO.....	62
	3.3.1 Práticas do Banco Mundial em prol do Desenvolvimento – Áreas de Atuação	65
	3.3.2 Banco Mundial como Agente Determinante do Desenvolvimento dentro da Governamentalidade – Criador de Discurso e Diretrizes da Racionalidade	66
	3.3.2.1 Entendendo as Práticas como Componentes da Racionalidade.....	68
4	NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR INSERIDAS NA GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA.....	72
	4.1 NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR	72
	4.2 SISTEMA ALIMENTAR SOB A PERSPECTIVA DE FOUCAULT	80
5	BANCO MUNDIAL COMO DETERMINANTE DAS DIRETRIZES PARA NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR, OS EFEITOS DE EXERCÍCIO DE PODER E A MATERIALIDADE DA GOVERNAMENTALIDADE GLOBAL.....	89

5.1	PROJETOS DE NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR RELACIONADOS AO SETOR DE AGRICULTURA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	89
5.1.1	Visão Geral dos Projetos Selecionados	91
5.1.2	Contrapartida da Governamentalidade e os Projetos de Nutrição e Segurança Alimentar Relacionados ao Setor de Agricultura com foco na Administração Pública	105
5.1.3	Materialização da Governamentalidade Global a partir de Quatro Aspectos.....	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
6.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	153

1 INTRODUÇÃO

O estabelecimento de regras e instituições internacionais no período posterior à Segunda Guerra Mundial é compreendido, a partir de uma perspectiva foucaultiana, como uma expressão da racionalidade do poder internacional no contexto neoliberal. Nesse momento de pós-Guerra, tendo em vista essa racionalidade, o sistema de poder é marcado pela consolidação de hierarquias institucionalizadas e de um sistema de lógica do consenso, os quais perduraram. No início desse período, o foco das discussões de poder mundial recaía sobre as relações Leste-Oeste, ao mesmo tempo, argumentava-se de que deveria ser dada a devida atenção também aos problemas de assimetria Norte-Sul, que eram os relacionados ao desenvolvimento. Nesse contexto, ganhando gradativamente força dentro do cenário internacional, emergia a defesa das ideias de direito ao desenvolvimento, de ajuda mútua e de um sistema de poder mais igualitário e equilibrado para os países.

Essa visão, a qual é explicitada como a temática Sul-Sul, inicialmente observada como uma ação periférica, pode ser compreendida como uma força resultante a favor da normalização do sistema como uma forma de expandi-lo no que tange à propagação do desenvolvimento neoliberal. A partir desse cenário global, ao se observar o desenvolvimento na atualidade, há um arcabouço de conhecimento voltado ao tema, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos no âmbito das Nações Unidas (ONU). Ademais, um grupo de instituições apresenta políticas voltadas ao tema, entre as quais está o Banco Mundial, percebido como uma instituição financiadora do desenvolvimento. A partir dessa temática, essa tese apresenta como foco o entendimento de relações de poder em um cenário internacional frente a busca do desenvolvimento a partir de uma perspectiva foucaultiana, na qual se considera a governamentalidade global como racionalidade de funcionamento das relações políticas, econômicas e sociais em escala mundial.

O poder é abordado sob a perspectiva de Foucault de duas maneiras nessa tese. Na primeira, de forma conceitual, entende-se o poder nas relações

internacionais¹ como de natureza fluida, não podendo ser possuído, mas exercido. Para isso, tem-se como base o tripé verdade, saber e poder. Na segunda, o poder é abordado, a partir dessa forma conceitual, como aplicado, procurando-se demonstrar as relações de poder que agem no processo para a internalização da governamentalidade global, em que este se torna fluido e disseminado a partir do movimento circular dessa racionalidade. Assim, tendo em vista a política voltada ao desenvolvimento por parte do Banco Mundial estabelecida no período do Pós-Consenso de Washington, foram selecionados oito projetos financiados pela instituição para análise desse processo do fluxo da governamentalidade global demonstrando sua materialização. Esses projetos estão inseridos na temática nutrição e segurança alimentar com foco na administração pública, sendo selecionados pelo interesse na questão alimentar como pesquisadora e, também, por ser observada a presença expressa da temática no saber a respeito do desenvolvimento.

O estudo é direcionado, inicialmente, à compreensão dos conceitos foucaultianos e, a partir deles, é estabelecido o delineamento da perspectiva de Foucault adotada na tese. Os conceitos e entendimentos de discurso, saber, verdade e poder com base na obra do autor são trabalhados a partir das fases do pensamento dele, as quais podem ser analisadas em conjunto, não sendo invalidadas, assim, recebendo atenção a arqueologia e a genealogia foucaultianas. Conceitos como, por exemplo, normalização, “conduta da conduta”, biopoder, biopolítica, contra-conduta, governamentalidade e governamentalidade global são também estudados, sendo esses dois últimos conceitos centrais na tese. Dessa forma, a governamentalidade é uma ferramenta teórica criada por Foucault a qual é expressa como a racionalidade neoliberal foucaultiana. O conceito de governamentalidade global, diferentemente, não foi propriamente criado pelo autor, sendo introduzido como contribuição de outros acadêmicos. Assim, a governamentalidade global, estabelecida nos estudos ligados às Relações Internacionais (RI), será analisada como fluxo que revela o exercício do poder na política internacional para o desenvolvimento.

¹ Nesse trabalho, o termo relações internacionais, quando utilizado com letras minúsculas, diz respeito ao conjunto de relações, processos no meio internacional. O termo Relações Internacionais, quando utilizado com letras maiúsculas, se refere à disciplina acadêmica.

As instituições internacionais são definidoras de normas, diretrizes dentro da racionalidade neoliberal. O Banco Mundial é uma dessas instituições integrantes dessa racionalidade, sendo um agente que tem a possibilidade de desenvolver o saber, determinar a verdade e, por consequência, exercer poder. As regras ligadas ao Consenso de Washington e ao Pós-Consenso de Washington são indicadoras da readequação do Banco Mundial ao constante fluxo de evolução da governamentalidade. Da mesma forma, o entendimento a respeito do desenvolvimento ao longo do tempo também é demonstrativo da expressão dessa racionalidade neoliberal, culminando no entendimento de desenvolvimento sustentável e de como esse reverbera nas normas internacionais. Assim, o Banco Mundial, como financiador do desenvolvimento aos Estados e ditador de diretrizes internacionais relativas a esse desenvolvimento, torna-se um agente de exercício do poder dentro da governamentalidade global.

Nos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial são identificados setores e são identificadas algumas temáticas. Sendo assim, para a seleção dos projetos analisados, foram selecionados os que se enquadravam no setor da agricultura com foco na administração pública. Para a temática, foi selecionada a de nutrição e segurança alimentar. Desse modo, a partir dessa seleção, será realizada uma análise empírica demonstrando o exercício de poder e a materialidade da governamentalidade global no cenário internacional. Para isso, o saber relacionado ao desenvolvimento sustentável e aos entendimentos sobre insegurança alimentar e sistema alimentar serão instrumentos para elucidação do tema. A partir disso, procura-se compreender de que forma as diretrizes internacionais, como o ODS 2 e as Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais do Banco Mundial revelam a racionalidade ligando-se a aspectos de biopolítica e economia política. Dessa maneira, em consonância à racionalidade neoliberal, poderá se observar, por exemplo, que o saber se mostra por ideais e direcionamentos de parâmetros econômicos e sociais.

A análise dos oito projetos selecionados (os quais apresentam inícios de 2010 a 2017) permitirá a compreensão sobre a natureza e efetividade das exigências internacionais para com os países em desenvolvimento, as quais impactam diretamente em suas políticas públicas. Esses projetos foram selecionados a partir de uma análise dentro da temática nutrição e segurança alimentar. Essa foi escolhida pelo interesse como pesquisadora no tema da

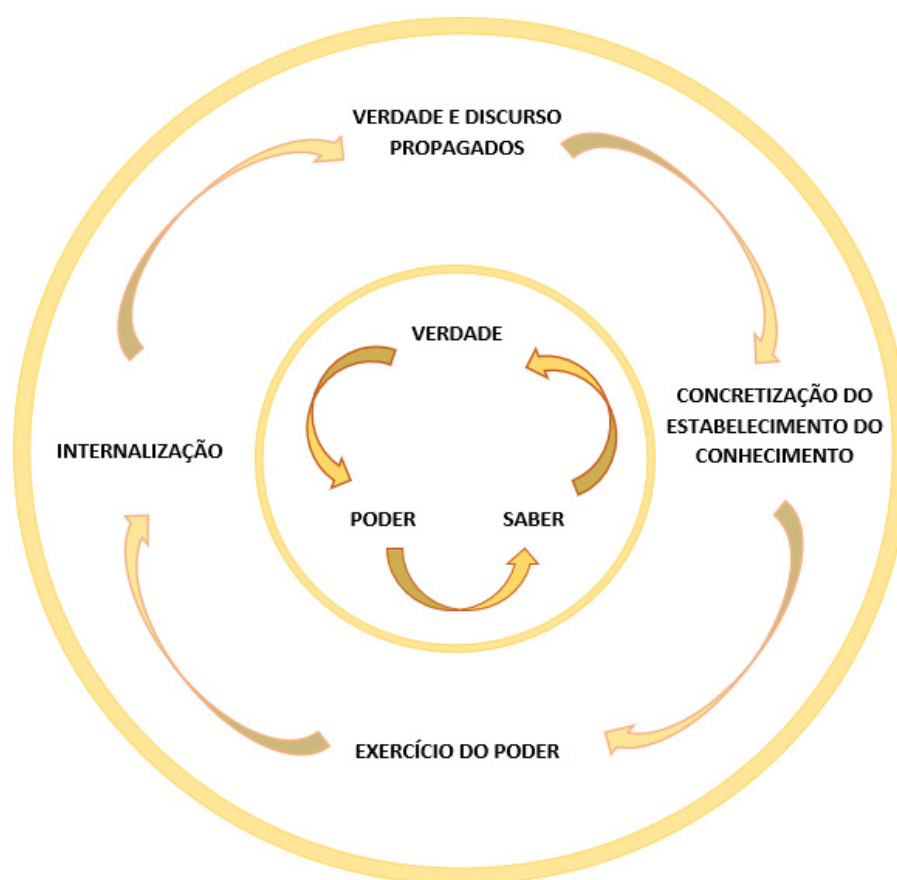
segurança alimentar, além desse apresentar relação direta com os ODSs e se enquadrar aos parâmetros de seleção do próprio Banco Mundial e de sua normativa. Em um primeiro momento, pretendia-se abordar um número maior de casos. Ao longo da pesquisa, entretanto, ao se observar os parâmetros de pesquisa da instituição optou-se pela junção entre agricultura e administração pública sendo que dentro do setor agricultura havia um subsetor que incorporava atividades da agricultura à administração pública. Assim, entendeu-se que essa escolha possibilitaria o estudo para se compreender o exercício do poder e a materialidade da governamentalidade global a partir das ações derivadas dos projetos de desenvolvimento do Banco Mundial. Nesse sentido, o caminho de pesquisa para se chegar a esse recorte está descrito a seguir na metodologia desse trabalho.

Por meio dessa análise dos projetos procura-se clarear a presença da tríade verdade, saber e poder como reflexo da governamentalidade global. Desse modo, avalia-se que ao incorporar as normas internacionais – exemplificadas pelo ODS 2 e pelas Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial –, os países modificam políticas e modos sociais revelando o exercício do poder ao se estabelecer a verdade propagada nas diretrizes e normas internacionais. A racionalidade neoliberal, portanto, será compreendida como de movimento circular, sendo que ela se materializa com a internalização dessas normas nos Estados e, ao mesmo tempo, a partir dessas práticas políticas e modos sociais, realimenta o saber, a verdade e, conseqüentemente, o exercício do poder. Nesse sentido, para essa análise do exercício do poder e da materialização da governamentalidade global, serão identificados, a partir da tríade foucaultiana, quatro aspectos observados nas políticas para o desenvolvimento contidas nos projetos estudados: 1. verdade e discurso propagados; 2. concretização do estabelecimento do conhecimento; 3. exercício do poder; e 4. internalização. Dessa forma, destaca-se que o objetivo dessa tese não foi o de avaliar a racionalidade neoliberal como positiva ou negativa, mas compreender seu sistema de funcionamento e sua materialidade.

A aplicação de normas e diretrizes de instituições internacionais em âmbito global em prol do desenvolvimento, como anteriormente citado, pode resultar em exercício de poder e materialização da governamentalidade global. Assim, tendo em vista uma perspectiva foucaultiana, sendo identificados esses quatro aspectos, esse estudo objetiva realizar uma análise empírica, expandindo essa compreensão sobre o exercício de poder a partir da governamentalidade global por meio de um modelo

de análise circular nomeado de Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana. Dessa forma, esse modelo é representado por meio de uma figura com o objetivo didático de clarear a compreensão permitindo uma visualização ilustrada desse funcionamento circular da governamentalidade. Nesse viés, essa figura será utilizada como forma de apoio para o entendimento das políticas de desenvolvimento, sendo observado conforme a figura a seguir.

FIGURA 1 – Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana



FONTE: A autora, 2022.

Esse modelo, o qual será estudado de forma detalhada no capítulo cinco, é baseado nos quatro aspectos acima elencados e na tríade verdade, saber e poder como anteriormente citado. Assim, a partir da análise dos projetos de desenvolvimento selecionados financiados pelo Banco Mundial, compreende-se o alinhamento dos Estados dentro dessa lógica neoliberal a partir desse funcionamento compreendido como circular. O Banco Mundial foi a instituição internacional selecionada para o estudo por esta ser uma das definidoras de

diretrizes e normas internacionais para o desenvolvimento. Dessa forma, é o Banco Mundial que financia os projetos de desenvolvimento exigindo cumprimento de seus parâmetros. Ademais, a instituição apresenta uma ampla base de dados que possibilita a concretização da pesquisa. Sendo assim, a contribuição desse trabalho está relacionada ao entendimento de forma empírica de como se observa o exercício de poder e de como a governamentalidade global se materializa. Desse modo, a visualização empírica a partir de uma perspectiva foucaultiana (Foucault aplicado) propicia a expansão da compreensão sobre a relação entre Organizações Internacionais (OIs) e Estados e a dinâmica da política internacional e da construção de políticas públicas para o desenvolvimento a partir dessa racionalidade neoliberal.

Por meio dos objetivos, portanto, direciona-se o caminho que possibilitará, nessa tese, a construção de uma visão a partir da perspectiva foucaultiana para a compreensão da política internacional voltada ao desenvolvimento e, também, para a elaboração desse modelo de análise para visualização do exercício de poder e da materialização da governamentalidade global. Assim, a partir de uma visão desenvolvida das perspectivas de discurso e poder de Foucault, procura se compreender a racionalidade do poder em âmbito internacional, somando os conceitos de governamentalidade e de governamentalidade global para integrar essa compreensão. A partir daí, será estudado o desenvolvimento e a ação de instituições internacionais, exemplificadas pelo Banco Mundial, dentro dessa racionalidade neoliberal da governamentalidade global. Como resultado será elaborada uma análise de projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial e será construído a partir daí o modelo de análise circular demonstrativo do exercício de poder e da materialização da governamentalidade global.

Para a concretização desse processo, os objetivos específicos desse trabalho são os de: estudar as perspectivas de discurso e de poder de Foucault (com base no tripé verdade, saber e poder), aplicando-as aos temas posteriormente abordados; investigar a dinâmica de relações de poder internacional a partir da perspectiva foucaultiana abarcando conceitos como poder, verdade, normalização, biopolítica, governamentalidade e governamentalidade global; compreender o Banco Mundial a partir de seu histórico, da transição ao Pós-Consenso de Washington e como instituição financiadora do desenvolvimento; descrever o estabelecimento do discurso de desenvolvimento, posteriormente, identificando nele elementos indicativos de relação de poder; estudar a nutrição e a segurança alimentar, assim

como a aplicação do ODS 2 e das Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais do Banco Mundial aos projetos; identificar, a partir de oito projetos de financiamento do Banco Mundial para o desenvolvimento, a junção do conhecimento à prática política por meio de normas e diretrizes aplicadas na construção dos projetos sendo indicativos da racionalidade neoliberal; estabelecer um modelo de análise circular com objetivo de entender o exercício do poder e a materialidade da governamentalidade global a partir de uma perspectiva foucaultiana.

1.1 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da tese, o tipo de pesquisa elencado foi o qualitativo. A partir de uma compreensão histórica, trabalhando-se com as perspectivas de discurso e de poder de Foucault como base filosófica dentro dos entendimentos de governamentalidade e governamentalidade global, o desenho de pesquisa será o Estudo de Caso, no qual serão analisados oito projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial (com inícios de 2010 a 2017) para se compreender o exercício de poder e a materialidade da governamentalidade global em âmbito internacional. Para isso, optou-se por técnicas de pesquisa como a análise documental e a pesquisa bibliográfica. Sendo assim, serão utilizadas fontes bibliográficas (livros e artigos), fontes de dados secundários (base de dados e divulgações institucionais do Banco Mundial e das Nações Unidas) e documentos institucionais (sobretudo os divulgados pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas).

Para a fundamentação do trabalho de pesquisa, serão realizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de fontes primárias. Para o estudo bibliográfico teórico, as obras de Michel Foucault serão essenciais, sobretudo, “Segurança, território, população” – ao se abordar a governamentalidade e o desenvolvimento da arte de governar –, “A ordem do discurso” e “Microfísica do Poder” – no entendimento das relações de saber, verdade e poder. Autores que trabalham com o pensamento de Foucault também serão contemplados como Norman Fairclough, Helena Brandão, Roberto Machado, Mitchell Dean, Thomas Lemke, Jonathan Joseph, entre outros. Para um panorama de desenvolvimento serão importantes as obras de autores como John Martinussen e Amartya Sen. Para a compreensão da segurança alimentar e nutrição serão utilizados os trabalhos de Jennifer Clapp, Nilson Maciel de Paula, entre outros.

A escolha pelo Banco Mundial como instituição a ser estudada nessa tese fundamentou-se em aspectos como o de ser a instituição financiadora do desenvolvimento e o de possuir uma ampla base de dados, propiciando material para a análise. Ademais, entendeu-se que havia uma lacuna nos estudos a partir da perspectiva de Foucault em relação à instituição. Nesse sentido, tendo em vista o Banco Mundial como esse agente do desenvolvimento em âmbito global foi realizada uma pesquisa nas bases de dados científicos com o objetivo de compreender os estudos existentes que contemplam tanto Foucault quanto o Banco Mundial. Dessa forma, o critério para a pesquisa foi “Foucault AND ‘World Bank’”. As bases acessadas foram: *Scopus* (Elsevier) com 21 resultados, *Web of Science* também com 21 resultados, *Academic Search Premier* (Ebsco) com 15 resultados, Scielo com 1 resultado e *Spell* com nenhum resultado. Essa pesquisa resultou em 33 artigos, número menor que o total levando em consideração que alguns se repetiram em mais de uma base de dados.

A partir dessa pesquisa, de forma didática, pode-se dividir os estudos encontrados em quatro pontos focais. No primeiro, os estudos direcionam-se ao entendimento da racionalidade neoliberal e de suas práticas. Nesse viés, Joseph (2010b) considera que, a partir da governamentalidade global, as organizações internacionais ao abordarem a pobreza, por exemplo, operam como um meio para regular os estados e seus governos e não para melhorar, no caso, a condição das populações. Alawattage e Azure (2021), ao analisarem um projeto de promoção do desenvolvimento em país africano, avaliam que o direcionamento neoliberal propagado pelo Banco Mundial não resultaria em responsabilidade social. De forma correlata, ao avaliar um projeto do Banco Mundial na Índia, Chaudhry (2015) expõe maneiras sob as quais regimes de desenvolvimento neoliberais criam formas excludentes de inclusão ao produzir sujeitos considerados deficientes. Também com foco na observação do local, Banjac (2010) estuda o desenvolvimento da sociedade civil da Tanzânia em que considera que as recomendações do Banco Mundial sobre desenvolvimento desencadearam no país o desejo em alcançar prosperidade e democracia.

Ainda nesse primeiro ponto focal, a partir de uma abordagem ampliada, Kerr (2006) entende que para lidar com problemas de soberania relacionados a povos indígenas, uma forma única de governança é defendida por instituições internacionais que é aplicada em todas as partes do planeta tratando o assunto de

forma hegemônica. Swyngedouw (2005) argumenta que a inovação na governança apresenta também uma face oposta ao espectro potencialmente democratizante entendido como de novas formas de participação e de relações articulada entre Estado e sociedade civil. Sending e Neumann (2007) trabalham com o conceito de práticas ancoradas de Ann Swidler analisando como tais as políticas no país e avaliações institucionais proferidas pelo Banco Mundial a partir de uma visão foucaultiana de governamentalidade. Cameron (2008) considera que o formato aplicado nos países em desenvolvimento de orçamento participativo incentivado pelas instituições internacionais como o Banco Mundial é parte de um esforço de construção da hegemonia neoliberal. Estudando um diferente aspecto, Everett et al. (2006), a partir de uma visão foucaultiana, avaliam as implicações da corrupção para organizações empresariais internacionais.

O segundo ponto focal abarca estudos que tratam da racionalidade e suas práticas considerando diretamente questões ambientais e de gênero. Nesse sentido, Zimmer e Sakdapolrak (2012) analisam práticas sociais sobre águas residuais que caracterizam práticas de governança e seus resultados no cotidiano urbano. Methmann (2010) aborda a inconsistência das políticas em prol da proteção ambiental proferida pelas organizações internacionais a partir de uma visão pós-estruturalista. Em outro estudo, Patel (2013), ao abordar o tema da Nova Revolução Verde proferida por agentes internacionais, entende que esta seria uma continuidade da Revolução Verde original, estabelecendo-se um processo que revela a continuidade de uma base histórica nas mudanças estruturais do capital financeiro internacional. Em relação a discussão de gênero, Calkin (2015) aborda o discurso de gênero proferido pelo Banco Mundial pautando esse discurso na biopolítica e revelando intenções mercadológicas. Sob outro ponto de vista, o estudo de Pangastuti (2020) analisa a compreensão do papel da mulher como mãe tendo em vista o relatório sobre educação na primeira infância do Banco Mundial.

O terceiro ponto focal revela um entendimento dessa racionalidade que é relacionado ao saber, sendo o ponto com maior número de estudos. Nesse espectro, Brigg (2002) considera, a partir de uma perspectiva foucaultiana, a distinção entre a operação do poder em áreas coloniais e nas de desenvolvimento. Best (2007) destaca como a soberania é relativizada tendo em vista a liberdade de mercado, estabelecendo, assim, relação entre as ordens política e econômica. Nguyen (2015), a partir também de uma perspectiva crítica foucaultiana, aborda a

compreensão de uma política de deficiência e do desenvolvimento entendendo o biopoder como molde para construções de estruturas modernas de desenvolvimento o qual teria influência sobre a compreensão sobre sujeitos deficientes. Sob outro enfoque, Serban (2015) estuda a aplicação de indicadores de estado de direito para a Romênia como um mecanismo disciplinar a partir da ótica de tecnologia política de poder para entender como os indicadores em geral são recebidos, contestados ou combatidos. Pestre (2009), ao estudar as formas e tecnologias de governo atuais, procura compreender as estratégias que os indivíduos, agindo livremente, podem usar para lidar uns com os outros.

Considerando-se ainda a racionalidade ligada ao saber como ponto focal, Joseph (2010a) analisa o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade característica das sociedades liberais avançadas procurando compreender as práticas neoliberais atuais em relação à discussão de Foucault sobre diferentes formas de liberalismo. Nesse sentido, Ulibarri (2012) entende o neoliberalismo estabelecido a partir da década de 1970 sob uma visão foucaultiana a qual abarca duas vertentes nesse contexto, a alemã e a americana. Na primeira é estabelecida a inversão de um Estado regulador do mercado para um Estado supervisionado pelo mercado e, na segunda, é considerada a transformação epistemológica do trabalho em capital. Em estudo comparativo, também, porém de tema distinto, Knijnik e Wanderer comparam dois projetos educacionais no meio rural brasileiro estabelecendo a oposição entre eles e avaliando que um se alinha às diretrizes do Banco Mundial e o outro está em oposição a elas.

Com esse foco no saber foucaultiano, Everett (1997) avalia que o discurso de desenvolvimento não é tão hegemônico quanto alguns autores sugerem, sendo este facilmente manipulado e reescrito em nível local devido ao fato de o conceito de desenvolvimento sustentável apresentar-se vago e impreciso. Kajsu (2018) estabelece que a análise de discurso pós-estruturalista aplicado ao tema corrupção traz visão para elucidar as implicações políticas e o discurso anti-corrupção da atualidade. Tendo em vista outro aspecto, Cavanagh (2014) procura entender os parâmetros que os estudos de desenvolvimento devem envolver a partir de uma abordagem biopolítica, entendendo argumentos do Banco Mundial em relação a recursos hídricos, agricultura, serviços ecossistêmicos e doenças infecciosas emergentes como dentro dessa lógica. Maduekwe e Thaver (2019) em seu estudo entendem o processo de reforma modernizadora em universidades da Tanzânia a

partir de uma visão foucaultiana como revelador de um comportamento regulador inserido em um regime de governança.

Ainda em relação ao ponto focal da racionalidade relacionada ao saber, Davidson-Harden (2017) assume uma abordagem foucaultiana entendendo as universidades como guias do conhecimento do capitalismo. Van Den Meerssche (2018) relata a prática epistêmica observada no Banco Mundial e a classifica como uma empresa sócio-política mundial. Li (2016) estuda a ideia de se ter um projeto com objetivos e metas como um guia estabelecido para o desenvolvimento rural na atualidade, comparando o passado em que os projetos não eram o centro da prática política. Carvalho (2016) avalia que os documentos produzidos por analistas econômicos, os quais revelam uma significação das crianças como capital humano, são utilizados como referência para proposição de políticas de educação infantil para países em desenvolvimento.

O quarto e último ponto focal identificado na pesquisa relaciona-se a estudos de comparação ou de crítica à visão creditada a Foucault. Nessa atmosfera destacaram-se três estudos. Inicialmente o de Picciotto (2017) que para compreender a avaliação de política pública estuda a relação entre informação, conhecimento e política considerando duas lentes filosóficas contrastantes, Foucault e Habermas. Tamas (2007) procura avaliar o status do conhecimento oficial defendendo que este pode restringir o desenvolvimento de maneiras que não são antecipadas pelos críticos foucaultianos e nem são operacionalmente aceitáveis. No estudo de Bear (2020), o qual aborda a financialização de serviços públicos guiados globalmente pelo Banco Mundial, defende que o entendimento que credita ênfase ao econômico – de visões como de Foucault, por exemplo, – deve ser substituído pelo de ênfase à especulação.

Os estudos encontrados na pesquisa acima citados, embora em sua maioria apresentem uma abordagem a partir de uma visão foucaultiana, não apresentavam a direção de abordagem pensada para esse trabalho de doutorado, levando em consideração de que não trabalhavam a relação do Banco Mundial e do desenvolvimento com o tema da nutrição e segurança alimentar relacionando-os ao poder e materialidade da governamentalidade global. Esses estudos, tampouco procuravam compreender esses elementos relativos à governamentalidade foucaultiana a partir da presença de diretrizes ligadas à ODS 2 e às Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais presentes na normativa do Banco Mundial. A

partir disso, foi possível identificar que havia uma lacuna no estudo do tema. Dessa forma, compreendeu-se a viabilidade do trabalho de pesquisa a partir dessa lacuna e da existência de base de dados dos projetos de desenvolvimento tendo em vista o Banco Mundial como instituição a ser estudada.

A perspectiva foucaultiana em que se baseia essa tese é trabalhada a partir da visão de que o funcionamento do sistema político internacional se estabelece a partir de uma racionalidade, assim como foi feito na maior parte dos estudos acima citados. Essa racionalidade atual seria identificada como a do neoliberalismo, a qual é entendida como uma prática de fazer, de como os processos devem funcionar. Dessa forma, a racionalidade de funcionamento seria a consolidação de um sistema de pensamento no espaço internacional, podendo ser compreendida a partir das ferramentas foucaultianas compostas por conceitos e técnicas de análise. Entre esses, serão abordados os entendimentos de verdade, saber, poder, normalização, “conduta da conduta”, biopolítica, biopoder, contra-conduta, governamentalidade e governamentalidade global – sendo esta última não definida por Foucault como anteriormente citado, mas uma contribuição posterior a partir de sua perspectiva.

Inicialmente, é importante ressaltar o conceito central para essa tese que é a governamentalidade. Essa é definida por Foucault como um conjunto que abarca “instituições, procedimentos, análises, reflexões, táticas que permitem exercer uma forma complexa, porém específica, de poder sobre a população, tendo como forma de saber a economia política e como instrumento técnico os dispositivos de segurança” (2008a, p. 143). Assim, a governamentalidade global relaciona-se a esse conjunto, sendo observada em âmbito global e que é resultante da conduta dos agentes internacionais. A partir disso, analisa-se essa racionalidade a que o sistema de poder está submetido como geradora de normalização nesse sistema. Essa normalização é a adequação à racionalidade – no caso a neoliberal. Nesse sentido, entende-se como se dá empiricamente o exercício de poder e a materialização da governamentalidade global.

A partir desses apontamentos, para o processo de desenvolvimento desse trabalho, é importante ressaltar que, ao abordar a temática de poder, Foucault não estabelece uma teoria geral, mas apresenta análises particularizadas, não pensadas para serem aplicadas a outros eventos. O autor compreende seus conceitos e análises como ferramentas de estudo, disponíveis a quem as escolhesse utilizar. Assim, o autor instrumentaliza análises de ações e intervenções políticas,

compreendendo as relações de poder como ascendentes, as quais vão da sociedade para o Estado, portanto, vão do micro para o macro. Na tese, portanto, ainda considerando essa visão de Foucault, a proposta é a de também se estabelecer um entendimento do Estado (com foco nos países em desenvolvimento) como a esfera micro e o sistema de países e de governança, abrangendo as organizações internacionais, por exemplo, como a esfera macro.

Para desenvolver esse estudo sobre o exercício de poder e a governamentalidade global com base na perspectiva foucaultiana, parte-se dos princípios da ubiquidade do poder e de que quem exerce poder estabelece a verdade, e quem está com a verdade, estabelece poder, os quais são essenciais para o desenvolvimento da tese. A partir disso, compreende-se esse fluxo de poder por meio de um movimento circular. Considera-se a ubiquidade do poder, pois justamente por ele estar em todo lugar, não ser uma posse, mas sim exercido, pode-se entender a possibilidade de mutabilidade e a dinâmica do poder. A partir disso, em um primeiro momento, partindo das ideias de discurso e poder de Foucault (com base no tripé verdade, saber e poder), o foco recai sobre o entendimento do processo de desenvolvimento ancorado na racionalidade neoliberal, sendo esta estabelecida como onipresente nas relações políticas, econômicas e sociais.

O propósito da seleção de oito projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial é o de compreender como é observada na prática a internalização da racionalidade neoliberal nos Estados, estabelecendo, portanto, como o conhecimento reverbera a partir das práticas governamentais. Desse modo, os projetos foram selecionados dentro do setor de agricultura com foco na administração pública e dentro da temática nutrição e segurança alimentar. Essa temática foi escolhida devido ao interesse da autora nesse campo, compreendendo também sua importância como tema social de impacto na população, o que se alinha à perspectiva foucaultiana ligando-se à biopolítica. Ao se perceber o tema da nutrição e segurança alimentar como um importante pilar dentro do desenvolvimento sustentável, sobretudo do ODS 2, é possível delinear a partir das diretrizes internacionais e das ações estatais definidas nos projetos uma compreensão empírica do exercício de poder e da governamentalidade global. O setor agrícola foi escolhido por ser diretamente relacionado à produção de alimentos e, conseqüentemente, à nutrição e à segurança alimentar. O foco na administração pública foi uma escolha por ter relação direta ao Estado e a suas práticas

governamentais. Finalmente, foram selecionados apenas os projetos financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou IBRD - sigla em inglês) e pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID ou IDA – sigla em inglês), que compõem o Banco Mundial, sendo esta instituição foco de estudo e entendida como propulsora da racionalidade neoliberal. Esses oito projetos selecionados a partir desses parâmetros, portanto, seriam o canal para a compreensão desse fluxo da racionalidade por unirem o conhecimento relativo ao desenvolvimento sustentável às práticas governamentais envolvendo a população e a economia de forma evidente. Assim, a partir dessa análise, foi então criado o modelo de análise nomeado de Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana.

Para se chegar aos oito projetos selecionados foi realizado um processo de escolha baseado nos interesses de pesquisa e, também, na viabilidade para demonstração dos resultados com suficiência de dados para se constatar a concretização da governamentalidade global. A base de dados do Banco Mundial contém mais de 21.000 projetos. Ao se selecionar apenas o parâmetro da temática de nutrição e segurança alimentar se chega a 339 projetos. Outro parâmetro possível de classificação é por setor, sendo os projetos distribuídos em onze setores: agricultura, educação, energia e extrativismo, setor financeiro, saúde, indústria e comércio, informação e comunicação, administração pública, proteção social, transporte e água, saneamento e resíduos. Também o interesse foi de selecionar os projetos financiados pelo Banco Mundial composto por IBRD e IDA, instituições de financiamento público, descartando as demais instituições pertencentes ao Grupo Banco Mundial de financiamento privado, como será identificado no capítulo 3. Assim, esta seleção teve em vista o foco nas ações estatais para análise das práticas governamentais.

Ao se selecionar o setor de administração pública seriam 7.112 projetos, dentro da temática escolhida 152 e com as instituições 139. Esses projetos, entretanto, relacionavam-se concomitantemente a vários setores, pois a administração pública é um setor que perpassa outros. Assim, havia interesse em se estudar o setor agrícola, tendo em vista que a temática está conectada à produção de alimentos e às relações sociais e econômicas envolvidas na atividade e, também, que se procura estabelecer a relação do sistema agrícola mundial a essa racionalidade, conforme será observado no capítulo 4. O setor de agricultura

abrange 4.597 projetos, sendo que ao se considerar a temática nutrição e segurança alimentar são reduzidos para 85 e considerando as instituições resulta em 56 projetos. Ainda, para melhor demonstrar na tese as ações, práticas governamentais, avaliou-se a necessidade de uma nova filtragem. O setor da agricultura é dividido em alguns subsetores: extensão e pesquisa agrícolas e outras áreas de suporte; irrigação e drenagem; plantações; pecuária; pesca; silvicultura; outros temas de agricultura, pesca e silvicultura; e administração pública – agricultura, pesca e silvicultura.

A partir dos dados, ao se estudar os projetos do setor, sendo do subsetor de plantações (com 8 projetos), de pecuária (com 5 projetos), de irrigação e drenagem (com 10 projetos) e de administração pública – agricultura, pesca e silvicultura (com 8 projetos), optou-se pelo último. Esse subsetor foi escolhido como parâmetro de seleção tendo em vista que abrange diferentes atividades agrícolas com impacto na nutrição e segurança alimentar as unindo com a administração pública. O parâmetro da administração pública já era interesse de pesquisa por se relacionar diretamente à estrutura de governo. Assim, essa diversidade e o foco na administração pública contribuem para se compreenderem ações e práticas políticas de forma abrangente dentro do setor agrícola focadas na temática, avaliando-se essa como melhor estratégia para essa pesquisa. Dessa forma, após essa seleção, foi pesquisada a documentação disponível para cada projeto, sendo a quantidade por projeto identificada de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 1 – Quantidade de Documentação disponível para os Projetos Selecionados

	Projeto Selecionado	Quantidade de Documentos
1	P120538 – Nepal	6 documentos
2	P126744 – Haiti	68 documentos
3	P120583 – Bangladesh	59 documentos
4	P148591 – Etiópia	234 documentos
5	P158535 – Nigéria	5 documentos
6	P143307 – África do Leste	74 documentos
7	P155902 – Peru	57 documentos
8	P158434 – Malauí	65 documentos

FONTE: Autora, 2022. Construída com base em dados oficiais do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2021c).

Na tabela acima está descrita a quantidade de documentos encontrada na base de dados do Banco Mundial para cada projeto selecionado. Esses documentos compreendem acordos de financiamento, relatórios, avaliações, entre outros. Assim, os projetos abrangem alguns documentos concisos e em sua maioria documentos extensos (variando de 2 a 200 páginas aproximadamente). A partir dessa pesquisa identificou-se qual tipo de documentação contribuiria para a análise proposta. Nesse viés, os principais documentos selecionados e lidos/analizados para cada projeto foram: projeto de financiamento, acordo de financiamento, alteração de acordo, avaliação ambiental e social, folha de dados de proteção integrada e estrutura de gestão ambiental e social. Além disso, vale ressaltar que o recorte temporal de início dos projetos entre 2010 e 2017 foi consequência da própria seleção de projetos resultante da pesquisa junto à base de dados do Banco Mundial. Dessa maneira, os parâmetros elencados para a pesquisa existentes no sistema de dados da instituição resultam em projetos que apresentam seu início entre esses anos, sendo todos posteriores à crise alimentar deflagrada no ano de 2008, a qual gerou reposicionamento de instituições como o Banco Mundial, fator levantado no capítulo 4 ao se abordar o funcionamento do sistema alimentar global.

Essa tese foi estruturada em capítulos. Inicia-se com a Introdução na contagem como primeiro, sendo o segundo capítulo nomeado de A perspectiva de Foucault. Nesse capítulo serão abordadas a arqueologia e genealogia do poder, a verdade, o saber, o poder, a governamentalidade e a governamentalidade global. No terceiro capítulo, Banco Mundial e o desenvolvimento, será estudado o Banco Mundial como instituição financiadora do desenvolvimento e estabelecadora de diretrizes internacionais, além de se trabalhar o desenvolvimento dentro do saber aceito como verdade na atualidade. No quarto capítulo, Nutrição e segurança alimentar inseridas na governamentalidade foucaultiana, será trabalhado o panorama do tema nutrição e segurança alimentar globalmente e sua compreensão a partir do saber. No quinto capítulo, Banco Mundial como determinante das diretrizes de nutrição e segurança alimentar, os efeitos de exercício de poder e a materialidade da governamentalidade global, serão analisados os projetos selecionados tendo em vista a perspectiva de Foucault, observando-se o ODS 2 e as Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. Ademais, é estruturada a construção do Círculo de Exercício de Poder como modelo de análise proposto para se compreender a materialização da governamentalidade global e o exercício de

poder nas relações internacionais. Por fim, o trabalho será fechado com a apresentação das Considerações finais.

2 A PERSPECTIVA DE FOUCAULT

Nesse capítulo teórico procuram-se compreender conceitos foucaultianos e, a partir deles, delinear a perspectiva de Foucault adotada nessa tese. Inicialmente, são trabalhados os entendimentos e a relação entre discurso, verdade e poder com base na obra do autor, compreendidos a partir de suas fases, as quais podem ser analisadas em conjunto, não se invalidando. Outros entendimentos trabalhados ao longo do capítulo são, por exemplo, a “conduta da conduta”, biopoder, biopolítica normalização, contra-conduta. O conceito de governamentalidade é central no trabalho do autor, sendo essencial para se compreender o funcionamento dessa racionalidade neoliberal foucaultiana. Em seguida, é trabalhado o conceito de governamentalidade global, não sendo estabelecido propriamente por Foucault, este é uma contribuição de trabalhos de outros acadêmicos. Dessa forma, contribuições de estudiosos das Relações Internacionais que adotam a perspectiva foucaultiana foram incorporadas para o desenvolvimento desse trabalho. A governamentalidade global é um conceito essencial nessa tese para a análise do exercício do poder na política internacional para o desenvolvimento. Assim, o capítulo é a base para se estudar, posteriormente, a promoção do desenvolvimento a partir da política de financiamentos do Banco Mundial.

2.1 DISCURSO, PODER E VERDADE SOB A PERSPECTIVA DE FOUCAULT

Michel Foucault é um filósofo francês do século XX nascido no ano de 1926 em Poitiers. Ele lecionou em Paris no *Collège de France* a cadeira *História dos Sistemas de Pensamento*, de 1971 até 1984, ano de sua morte. Foucault também teve participação em outras instituições de ensino, como, por exemplo, na Universidade da Califórnia, em Berkeley nos Estados Unidos. A perspectiva de Foucault foi construída tendo como base os estudos históricos desenvolvidos pelo autor sobre a sexualidade, o crime, a punição, a medicina. A partir dessas ferramentas, uma importante contribuição de Foucault é a de estabelecer em seus estudos a relação entre o poder e o conhecimento, entendendo sistemas de pensamento como determinantes da realidade social (MISSELBROOK, 2013). Nessa perspectiva, a problemática da verdade aparece como o fio condutor (CANDIOTTO, 2006) desses sistemas de pensamento.

Destaca-se a contemporaneidade do pensamento de Foucault, o qual alcança a realidade atual ou a do momento em que ele lecionava, considera-se que ele “podia falar de Nietzsche ou de Aristóteles, da perícia psiquiátrica no século XIX ou da pastoral cristã, mas o ouvinte sempre tirava do que ele dizia uma luz sobre o presente e sobre os acontecimentos contemporâneos” (SEHELLART, 2008, p. XVI). Dessa forma, para se entender o exercício do poder no que tange às instituições internacionais e aos países em desenvolvimento no cenário internacional da atualidade sob a perspectiva de Foucault de discurso, poder e verdade e com base no conceito de governamentalidade, trabalha-se sobretudo com a arqueologia e a genealogia do poder foucaultianas, sendo essas consideradas fases de evolução do pensamento do autor.

2.1.1 A Arqueologia e a Genealogia Foucaultianas

O pensamento de Foucault é constituído por fases, sendo que a arqueologia e a genealogia podem ser estabelecidas como patamares de análise de seu pensamento. Além dessas duas fases, há a fase da ética em que se trata da subjetivação do sujeito. Esses patamares, fases não se invalidam, seriam etapas, entendidas como perspectivas de visualização dos eventos. Nesse processo, em um primeiro momento de pensamento, o autor trabalha com foco no discurso, a qual é chamada de fase da arqueologia do saber. Na fase arqueológica, Foucault estabelece diferenciação entre níveis na ciência. O nível epistemológico funcionaria a partir de um sistema de proposições coerente e regrado, diferentemente desse nível, o genealógico funcionaria a partir da ideia de que objetos, sujeitos e conceitos são constituídos, postos e formados (O’FARRELL, 2005).

O discurso parte da arqueologia, a qual é considerada o início do estudo para entender o poder no desenvolvimento do pensamento de Foucault. Conforme Archela, o objeto de estudo da arqueologia do saber foucaultiana refere-se “ao conjunto de discursos e suas condições de existência, transformações e peculiaridades ao longo da história junto a uma série de regras específicas que determinavam sua formação e articulação.” (2013, p. 11) A partir da “Ordem do Discurso” de Foucault, há uma transição na qual o filósofo deixa de ter como foco específico a ciência e começa a abarcar novas formas de conhecimento que dizem respeito à organização social (O’FARRELL, 2005). Posteriormente, na fase

genealógica foucaultiana, destaca-se a relação do discurso com o poder e as implicações da verdade nessa relação.

A genealogia do poder, considerando o desenvolvimento da perspectiva de Foucault, conduz à problemática do poder para um contexto mais amplo. Nessa reorientação teórica, o conceito de governo se torna o fio condutor para o pensamento de Foucault e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de seu trabalho (LEMKE, 2016), sendo estabelecida, a partir daí, a ideia da governamentalidade foucaultiana que será trabalhada posteriormente. Dessa forma, questões teórico-políticas foram trabalhadas a partir da problemática do governo. Conforme Lemke (2019, p. 37), nesse caminho, Foucault realiza uma “genealogia do estado moderno” com foco na evolução da racionalidade política moderna e, também, se concentra na “genealogia do sujeito moderno”, a fim de analisar como foi constituída a experiência de racionalidade Ocidental.

A análise genealógica, conforme Foucault (2008a, p. 157), “reconstitui toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio. Logo, primeiro princípio metodológico: passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder.” Para isso, também considera que se deve substituir o ponto de vista interno, de função, pelo de táticas e estratégias, que seriam um ponto de vista externo. Esse ponto de vista global do poder se aplicaria ao objeto Estado. Foucault (2008a) ainda avalia que ao compreender o poder a partir da realidade, da ideia de uma lei física, de funcionamento natural, isso caracteriza uma tecnologia de poder, sendo assim, uma forma de pensar o poder. Deve-se ainda ressaltar que para Foucault (2008a, p. 161):

as tecnologias do poder não são imóveis: não são estruturas rígidas que visam imobilizar processos vivos mediante sua própria imobilidade. As tecnologias de poder não cessam de se modificar sob a ação de numerosos fatores. E, quando uma instituição desmorona, não é necessariamente porque o poder que a sustentava foi posto fora de circuito. Pode ser porque ela se tornou incompatível com algumas mutações fundamentais dessas tecnologias.

Nesse sentido, para o autor, movimentos marginais, multiplicidades podem alterar as tecnologias de poder, “o que quer dizer que é perfeitamente possível atingir efeitos globais não só por enfrentamentos concertados, mas igualmente por ataques locais, ou laterais, ou diagonais que põem em jogo a economia geral do conjunto” (FOUCAULT, 2008a, p. 161). Ao observar esse ponto, portanto, pode-se

entender que as instituições, Estados, organizações internacionais que exercem poder internacionalmente se alinham às tecnologias de poder, entretanto, ao mesmo tempo têm a possibilidade de alterar e de serem alterados por elas. Dessa forma, pode-se compreender a existência da ideia de permeabilidade, mutabilidade do que será posteriormente entendido como a racionalidade neoliberal. Assim, para se entender essa perspectiva, o tripé verdade, saber e poder será estudado a seguir para formar a base teórica para a análise posterior da política de financiamento do Banco Mundial.

2.1.2 O Discurso: Relação com Verdade e Poder

No trabalho de Foucault é atribuído ao discurso um papel central, entendendo-se esse como um meio para se desenvolverem formas modernas específicas de poder (FAIRCLOUGH, 1989). Para entender o discurso, Fairclough (1989, p. 28) destaca que se deve ater à “feliz ambiguidade” do termo discurso, o qual remete a uma ação ou a uma convenção, o que colabora para o entendimento que une esses dois significados, de que uma ação individual em si “sempre conterà convenções sociais”. Desse modo, entende-se que o discurso não é livre do contexto em que ele surge, da mesma maneira, entende-se que o autor do discurso está também condicionado a esse contexto, criando dentro dessas possibilidades a que o meio lhe permite.

O discurso é concebido por Foucault como uma dispersão, assim “cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos” (BRANDÃO, 1998, p. 28). Segundo Brandão, para ele, são essas regras que possibilitam a “passagem da dispersão para a regularidade” (1998, p. 28). Conforme Foucault, a produção do discurso é, em toda sociedade, “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Essa materialidade é concebida pela prática do discurso, está em sua efetivação, em uma ação, em um evento. Sendo assim, entende-se, conforme Hook, que a concepção de Foucault do discurso está mais ligada ao conhecimento, à materialidade e ao poder do que à linguagem em si (HOOK, 2001).

Foucault considera que o discurso é permeado por procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 1996). Ele determina, por exemplo, como procedimentos externos de controle e delimitação do discurso a interdição (a palavra proibida, não se pode falar tudo), a segregação da loucura (o que é visto como aceitável, possível de ser dito ao contrário do que é considerado loucura) e a vontade de verdade (separação do discurso verdadeiro do falso). Os procedimentos internos são o comentário (o dito), o autor (no sentido de agrupamento do discurso) e a disciplina (controle da produção do discurso, fixam-se os limites deste). Assim, esses procedimentos externos e internos são os componentes para a formação do discurso. Além desses procedimentos, é interessante citar elementos como a rarefação e a descontinuidade. Na rarefação nem sempre o discurso é aberto e penetrável, logo, quem fala deve ser qualificado ou satisfazer certas exigências (FOUCAULT, 1996). Na descontinuidade, os discursos são “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem” (FOUCAULT, 1996, p. 52–53).

A enunciação e o enunciado também são elementos destacados por Foucault para se compreender o discurso, segundo ele: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.” (FOUCAULT, 1996, p. 5) Assim, “enquanto que a enunciação se marca pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido” (BRANDÃO, 1998, p. 31), logo, percebe-se, essa “passagem da dispersão para a regularidade” (BRANDÃO, 1998, p. 28) nesse fluxo da enunciação para o enunciado. Em relação ao deslocamento da verdade anteriormente citado, salienta-se que Foucault diferencia a verdade e o verdadeiro. Conforme o autor, dizer a verdade não significa estar “no verdadeiro” do discurso existente em uma época, as verdades podem ser muitas, mas o que é entendido e aceito como verdadeiro é a seleção de algumas dessas possíveis verdades (1996).

Ressalta-se, ainda, que o autor do discurso é entendido por Foucault “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1996, p. 26). O autor também é definido “como aquele que dá à inquietante linguagem de ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1996, p. 28). Nesse sentido, o discurso de Foucault talvez possa ser entendido como algo que

paira no ar e é captado pelas pessoas, como uma tendência, emanando relações de poder. Inicialmente esse discurso é captado por alguns, posteriormente se espalha, portanto, não pertence a um indivíduo, o sujeito do discurso é espalhado, composto de várias partes, assim o discurso é disseminado e, então, posteriormente é institucionalizado.

Para se compreender a aceitabilidade inerente ao discurso que se institucionaliza, pode-se utilizar a exposição de Foucault a respeito da confissão (2008a). Destaca-se que a confissão é colocada pelo autor como uma ideia mais abrangente, sendo que essa pode ser vista como terapia e aconselhamento. De acordo com Fairclough (1989, p. 226), na visão foucaultiana, a confissão “tornou-se um ingrediente vital do controle social”. Esse fato pode ser percebido “pela maneira na qual o aconselhamento colonizou muitas ordens institucionais de discurso, incluindo aquelas de trabalho, educação, serviço social, medicina geral, orientação vocacional, direito e religião” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 226). Assim, levando para a esfera internacional, o efeito dos discursos nessa forma de aceitabilidade, institucionalização, pode ser percebido nas práticas diplomáticas, nas práticas das instituições internacionais, além também de estar presente na lei, nos acordos e nas regras internacionais, os quais são instrumentos de controle que guiam o que é aceitável ou não internacionalmente.

Nesse ponto, tendo em vista a institucionalização do discurso, conforme Brandão (1998, p. 31), em Foucault “o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber [...], é gerador de poder”. Assim, percebe-se o destaque atribuído ao poder ao se estabelecer a ligação entre o discurso, a verdade, o saber e o poder. Nesse sentido, de acordo com Foucault, é percebida essa relação a partir das:

diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera por meio do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (2006, p. 253).

Nessas relações de poder, em que por meio do discurso se estabelece uma relação de especificação ou escolha da verdade, podendo se destacar que a

“exclusão (ou supressão) de outras formas de enunciação representa uma condição para a constituição dos discursos [e] as condições de sua organização coincidem com suas condições de existência: a ordem em si é poder e constrangimento.” (LEMKE, 2019, p. 51). Como consequência, portanto, a escolha pelo verdadeiro no discurso reflete poder. Assim, a perspectiva foucaultiana estaria “ligada [...] notoriamente à noção de poder e também à ideia de que o conhecimento e a verdade existem em uma relação essencial com fatores sociais, econômicos e políticos” (O’FARRELL, 2005, p. 96). Dessa forma, observar o exercício do poder no cenário internacional é a base guia nesse presente trabalho a partir do tripé foucaultiano de verdade, saber e poder.

2.1.3 O Poder: Genealogia Foucaultiana

Ao longo do tempo, Foucault (2008a) considera que há uma transformação em como são estabelecidas as relações de poder, de como este é entendido, organizado ou direcionado. Mesmo com a avaliação de Foucault de que talvez ainda não se saiba o que realmente é o poder (2006, p. 43), para ele, esse é um conceito primordial. A característica mais importante da perspectiva foucaultiana sobre poder está na consideração, de acordo com O’Farrell (2005, p. 99), de que “o poder não é uma ‘coisa’ ou uma ‘capacidade’ que pode ser propriedade do Estado, da classe social ou de indivíduos específicos. Em vez disso, é uma relação entre diferentes indivíduos e grupos e só existe quando está sendo exercida”. O poder, nesse viés, é a representação de um conjunto de relações entre indivíduos ou que são estabelecidas por um grupo de indivíduos de forma estratégica. Desse modo, as relações de poder seriam relações institucionalizadas que estão presente em todos os níveis do corpo social (O’FARRELL, 2005). Ao desenvolver seu entendimento sobre o poder, Foucault considera que ele é uma forma de mudar a conduta das pessoas, “um modo de ação sobre as ações de outros” (1982, p. 790). Assim, Foucault estabelece nesse entendimento sobre o poder que:

o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder (2008a, p. 4).

Esse conjunto de mecanismos e de procedimentos explicaria o fato de que para o autor (2008a, p. 4) o “poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo” havendo, assim, essa ideia de mecanismos de poder, na qual esses mecanismos seriam o efeito e a causa das relações de poder, sejam estas familiares, de produção, de trabalho, sexuais, entre outras. Combina-se a isso, no entendimento de Foucault, também, a ideia de uma política da verdade atrelada ao saber. Nesse sentido, a análise dos mecanismos de poder tem “o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008a, p. 5).

Nesse viés, a partir de uma base filosófica, para se compreender as relações de poder, portanto, o autor considera como importantes as interações entre poder e saber e entre poder e verdade, o que chama de interfaces (2006, p. 229). Em relação à interface saber poder, é fundamental analisar esses dois elementos como fatores que se implicam mutuamente sendo que não há relação de poder sem constituir-se “um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (MACHADO, 2007, p. XXI). Ressalta-se nesse sentido que todo exercício de poder é um evento de formação de saber, da mesma forma que “todo saber assegura o exercício de um poder” (MACHADO, 2007, p. XXII), portanto, todo saber é político (MACHADO, 2007). Desse modo, de acordo com Foucault, o poder se mantém e é aceito porque não é apenas uma força que diz não, mas que induz ao prazer, produz discurso, forma saber (FOUCAULT, 1979a).

Em relação à interface verdade poder, Foucault salienta que a verdade é produzida pela sociedade. Para ele, não se pode dissociar as produções de verdades sociais do poder e dos mecanismos desse, “ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.” (2006, p. 229) O autor ainda destaca que ao se falar de mecanismos de poder se considera que indivíduos (ou grupos de indivíduos) exerçam poder sobre outros, portanto, “o termo “poder” designa relações entre parceiros, [...] um conjunto de ações que induzem outros a seguir um do outro” (FOUCAULT, 1982, p. 786).

Ressalta-se, ainda, que Foucault estabelece “por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados

que serão considerados verdadeiros” (2006, p. 233). Nesse viés, esse conjunto de procedimentos são entendidos como “regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979a, p. 14). Dessa forma, a verdade faz parte de uma espécie de funcionamento circular no qual ela se liga a sistemas de poder que a produzem e a apoiam; do mesmo modo, a verdade se liga aos efeitos de poder que são induzidos por ela e a reproduzem (FOUCAULT, 1979a). Nesse sentido, para Foucault (1979a, p. 12), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”. Sendo assim, no momento em que se distingue o verdadeiro do falso, atribui-se ao verdadeiro efeito específico de poder (FOUCAULT, 1979a).

O poder é interpretado no pensamento de Foucault, portanto, como uma relação, sendo que esse poder é onipresente, está sempre se transformando e nada está fora dele; sendo que o poder é algo que se exerce, se efetua (MACHADO, 2007). Assim, entende-se que o poder não se localiza especificamente em nenhum ponto da estrutura social, ele está em toda a sociedade; portanto, o Estado não é sinônimo de poder (MACHADO, 2007). A própria existência do Estado, conforme O’Farrell (2005, p. 100), “depende, de fato, da operação de milhares de complexas micro relações de poder em todos os níveis do corpo social.” Considera-se, portanto, que há sim poder sendo exercido no Estado, sendo que essas formas de poder se articulam a ele de maneiras variadas e “são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 2007, p. XI). Assim, é percebida uma micropolítica de poder, sendo que uma estrutura de Estado, ou uma dominação de classe só ocorre se houver micro relações de poder (FOUCAULT, 2006).

Foucault compreende as relações de poder, principalmente, sob uma perspectiva de poder ascendente, do micro para o macro, da sociedade para o Estado (MACHADO, 2007). Ao estudar o poder, o autor procura criar instrumentos de análise da ação e da intervenção políticas sobre a realidade (2006). Foucault não cria uma teoria geral, ele constrói análises particulares que não foram pensadas como aplicáveis a outros objetos (MACHADO, 2007). Conforme O’Farrell (2005) o poder em Foucault apresenta certas características, sendo que o poder não é possuído pelo Estado, ele é produtivo, tem relação com o conhecimento, com o poder disciplinar (que diz respeito à organização do espaço, atividade e comportamento) e não há a necessidade de aplicação da violência, sendo que a observação já basta para haver controle, normalização, examinação, biopoder e governamentalidade.

O que define uma relação de poder, conseqüentemente que revela a não necessidade de uso de violência, é o fato de que essa relação “é um modo de ação que não atua direta e imediatamente sobre os outros. Em vez disso, atua sobre suas ações: uma ação sobre uma ação, sobre as ações existentes ou sobre aquelas que podem surgir no presente ou no futuro” (FOUCAULT, 1982, p. 789). Há vários níveis em que podem ser percebidas as relações de poder. É importante destacar que nessas relações ou se ganha, ou se perde; assim, em oposição a um poder há um contra poder (MACHADO, 2007). Além disso, ressalta-se que Foucault (2006) considera que a luta pelo poder é concebida como uma luta perpétua e multiforme. A partir disso, a noção foucaultiana de poder é o eixo nessa perspectiva para o estabelecimento do entendimento de governo, economia política, biopolítica e, conseqüentemente, dos conceitos de governamentalidade e governamentalidade global, os quais serão trabalhados na seção a seguir.

2.2 A GOVERNAMENTALIDADE

Nessa seção, para a clarificação sobre a perspectiva foucaultiana adotada nessa tese, será abordado o conceito de governamentalidade de Foucault com o objetivo de se compreender a base em que se apoia a política internacional voltada ao desenvolvimento para os países assim considerados em desenvolvimento. Para isso, primeiramente, será trabalhado o conceito de governamentalidade em si investigando-se, posteriormente, como este foi estabelecido dentro das Relações Internacionais. Dessa maneira, a governamentalidade global, que consiste na adaptação do conceito da governamentalidade foucaultiana para a análise em âmbito internacional, é a ferramenta utilizada para a compreensão do desenvolvimento dentro dessa racionalidade de prática de governo neoliberal a partir da análise da política de financiamento em prol do desenvolvimento do Banco Mundial.

Inicialmente é importante destacar que a palavra governamentalidade é um neologismo da palavra governamental. O termo governamentalidade era utilizado mesmo antes de Foucault utilizá-lo com centralidade em seu trabalho. De acordo com Lemke (2016), o termo foi trazido anteriormente por Roland Barthes para designar a ideia de origem das relações sociais por meio de um mecanismo ideológico de governo. Foucault dissocia o termo de uma noção semiológica, a

“Governamentalidade não se refere mais a uma prática simbólica mitológica que despolitiza as relações sociais, mas representa a ‘racionalização da prática governamental no exercício da soberania política’” (LEMKE, 2016, p. 3). Nessa racionalização de governo, governar significaria “criar linhas de força que tornam certas formas de comportamento mais prováveis do que outras” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 13), resultando no exercício do poder. Assim, também pode-se dizer que ela une as palavras governo e mentalidade.

Foucault (2008b) entende o governo como a “conduta da conduta” a partir dos dois sentidos da palavra conduta, como sinônimo de conduzir, como dirigir, orientar, guiar e, também, representando comportamento e atos humanos. Dessa forma, com o governo incidindo sobre o comportamento dos indivíduos, da conduta, a governamentalidade representaria a racionalidade de funcionamento da condução. Até o desenvolvimento da ideia foucaultiana de governamentalidade, a qual foi trazida por Foucault ao final da década de 1970 nas palestras do Collège de France, Lemke (2016) avalia que o filósofo havia conseguido até então estabelecer parcialmente uma explicação estratégica e positiva do poder. Nesse sentido, conforme o autor, Foucault não havia conseguido fazer uma avaliação dos “processos de subjetivação além da formação de corpos disciplinados, nem foi capaz de dar conta de como a multiplicidade e a heterogeneidade das relações de poder são integradas e articuladas em formas mais gerais de governo” (LEMKE, 2016, p. 4). Assim, o conceito de governamentalidade representou a resposta de Foucault a esses dois problemas.

O conceito de governamentalidade é aplicado por Foucault em um duplo sentido. Em primeiro lugar, a governamentalidade apresenta um sentido geral de surgimento “da razão de Estado como uma arte independente de governo. Em segundo lugar, Foucault usa a noção de governamentalidade em um sentido mais limitado para se referir ao surgimento do governo liberal no século XVIII” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 7). Assim, pode-se iniciar a compreensão da governamentalidade entendendo-a como governar uma variedade coletiva de discursos que se unem em uma sociedade por meio de táticas de poder as quais levam os indivíduos a agirem de acordo com normas sociais pré-estabelecidas (ETTLINGER, 2011), as quais abarcam uma complexidade para além de um sistema que comporte apenas concepções na dualidade.

Foucault considera que a governamentalidade está estritamente ligada a existência de um mecanismo, um sistema de segurança. Para se chegar ao conceito, o autor difere o sistema de segurança, do sistema disciplinar e do legal. Para ele (2008a), o disciplinar e o legal apresentam dualidade (proibido/permitido), porém um trabalha com foco na positivação – o que se deve fazer – enquanto o outro com foco na negatização – o que não se deve fazer. O sistema de segurança, diferentemente, abandona a dualidade, embora também sejam utilizados alguns instrumentos de proibição e de permissão, ele abarca uma complexidade do ponto em que as coisas se produzem, ao lidar com a realidade ele age anulando, limitando, freando ou regulando essa realidade (FOUCAULT, 2008a). O autor considera que o objetivo final do mecanismo de segurança é a população; assim,

a população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população (2008a, p. 56).

Dessa forma, tendo como objetivo final a população, Foucault (2008a) destaca o povo como o que resiste à regulação da população, havendo uma oposição entre esses conceitos. Portanto, para se chegar ao entendimento sobre a governamentalidade, Foucault considera de extrema importância a noção de população. Para ele, é a partir do século XVIII que surge:

A população como sujeito político, como novo sujeito coletivo absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes, está em via de aparecer aí na sua complexidade, com as suas cesuras. Vocês já estão vendo que ela aparece tanto como objeto, isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, [quanto como] sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito (2008a, p. 56).

Sobre a população, portanto, sendo ela objeto ou sujeito, incidem táticas de poder. De acordo com o autor (2008a), como citado, essa visão de poder abarca os mecanismos: jurídico-legal, disciplinar e de segurança, sendo que este último não exclui a existência dos demais, entendendo-se coexistência e interdependência. Assim, tendo em vista esse cenário que caracteriza a existência de uma “tecnologia de segurança” aplicada sobre a população, Foucault destaca que “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos

indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (2008a, p. 15–16), todas agem sobre a multiplicidade, o espaço, mas de formas diferentes. Como exemplo, pode-se entender a disciplina como uma forma de se individualizar a multiplicidade e ser aplicada em um determinado espaço.

Além disso, nesse contexto se estabelece para Foucault (2008a) a caracterização do que o autor chama de biopoder, no qual se entende a ideia de espécie humana, o fato biológico, como fator para uma estratégia política, de poder. Este tem por objeto a população e não o território. Nesse sentido, é estabelecida a biopolítica. Portanto, a biopolítica pode ser definida como “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população, saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças” (FOUCAULT, 2008b, p. 431). A biopolítica, de acordo com Dean (1999), está relacionada aos aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos e geográficos que estão diretamente conectados aos seres humanos, tendo foco na biosfera em que se habita. Assim, “nessa perspectiva, a biopolítica se preocupa com a família, com moradia, condições de vida e trabalho, com o que chamamos de estilo de vida, com questões de saúde pública, padrões de migração, níveis de crescimento e padrão de vida” (DEAN, 1999, p. 99). Destacando-se que para Foucault, não se podia dissociar “esses problemas do âmbito de racionalidade política no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 431).

Dessa maneira, para se entender como se desenvolve essa ideia dos mecanismos que agem sobre a população, ao abordar seu conceito de governamentalidade, Foucault elabora uma narrativa de análise do desenvolvimento da arte de governar. Nesse caminho, o autor considera que a arte de governar se transforma a partir do século XVIII, sendo “graças à percepção dos problemas específicos da população e graças ao isolamento desse nível de realidade que se chama economia, que o problema do governo pode enfim ser pensado, refletido e calculado fora do marco jurídico da soberania” (2008a, p. 138). Assim, a população transforma-se na meta final do governo, sendo fim e instrumento governamentais. A soberania, não deixa de ter papel no governo, entretanto, o foco do governo é alterado, conforme o autor, é a partir de:

uma rede contínua de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada 'economia política' e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em tomo do nascimento da economia política (2008a, p. 140–141).

Nessa reestruturação, a soberania e a disciplina permanecem, formando-se o que Foucault (2008a) chama de triângulo soberania, disciplina e gestão governamental, sendo essenciais para esta os mecanismos de segurança, tendo como objetivo a população. Assim, a partir do século XVIII também, outra tríade, o governo, a população e a economia política, é constituída como uma série sólida que dará as bases da atualidade. Nessa corrente de pensamento, Foucault, então, chega ao seu conceito de governamentalidade, o qual entende como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (2008a, p. 143).

Para Foucault, a governamentalidade é o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver e se desenvolver. Pode ser considerada uma tendência que ocorre no Ocidente da sobreposição do poder, chamado de governo, sobre outros poderes, como a soberania e o disciplinar, desenvolvendo saberes e aparelhos específicos de governo (FOUCAULT, 2008a). Ainda, de acordo com o autor (2008a), esse fenômeno pôde surgir devido a três fatores, estar apoiado nos modelos da pastoral cristã, de uma técnica diplomático-militar e de instrumentos de polícia, sendo esses dois últimos desenvolvidos recentemente a partir da evolução da arte de governar nos séculos XVII e XVIII. Foucault examina, na história da governamentalidade, a razão de Estado, a polícia e o liberalismo como formas de governar. Destaca-se que o liberalismo não é compreendido pelo autor a partir do conceito mais usual de este ser uma teoria econômica ou uma ideologia política que prevê participação mínima do Estado. Assim, na perspectiva de Foucault, o liberalismo é compreendido como uma arte específica de governo, a qual é voltada à população, esta considerada uma nova figura política, e que dispõe da economia política como técnica de intervenção (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011). Sendo esse tema abordado na

sequência desse capítulo. Dessa forma, dando continuidade, essas formas de governar, sendo racionalidades governamentais, não são consideradas a partir da ideia de etapas históricas rumo a uma “modernização’ contínua do Estado” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 4); sendo assim, o centro da análise foucaultiana estaria na diferença e descontinuidade entre uma gama de tecnologias de poder (como técnicas de segurança, disciplina e lei).

A primeira “cristalização da governamentalidade”, de acordo com Lemke (2019, p. 186), está na interpretação de Foucault a respeito da razão de Estado. Para Foucault (2008a), ao se estudar a razão de Estado, o que é importante estabelecer não é necessariamente o ente Estado como início, mas sim o governo, a relação de poder formada pela multiplicidade de processos em uma sociedade. O sentido moderno de governamentalidade de Foucault, porém, conforme Lemke (2019), é estabelecido apenas sob as condições do liberalismo. Nesse sentido, não seria objetivo do governo manter o bem-estar do Estado ou a busca pela salvação futura; “em vez disso, o governo liberal fixa a racionalidade do governo a um objeto externo: a sociedade civil; além disso, torna a liberdade dos indivíduos a medida crítica e o limite da atividade governamental” (LEMKE, 2019, p. 186).

Nesse sentido, por meio da liberdade é apresentado um papel duplo introduzido “pelo liberalismo econômico, que, de forma paradoxal, assumiu os preceitos de um ambiente econômico com trocas e interesses livres ao mesmo tempo em que mostrava a sua contrapartida de controle biológico da população” (ARCHELA, 2013, p. 111–2). A razão de Estado, a partir daí, também deveria se basear na ciência, no caso na economia política, para gerir a sociedade, nascendo aí uma relação entre poder e saber. Essa ciência não é interna ao governo, à arte de governar, mas é baseada no “conhecimento dos processos que ligam as variações de riquezas e as variações de população em três eixos: produção, circulação, consumo” (2008a, p. 471), ressalta Foucault. A população nesse novo cenário de razão governamental aparece como de uma realidade natural, densa, apresentando interações, movimentos circulares que geram vínculos entre os indivíduos independentemente do poder do Estado, sendo que o Estado deve assumir não mais indivíduos, mas essa nova realidade de interações que é a população.

Outra mudança relacionada à governamentalidade está no fato de esta ser prescrita ao Estado por meio dos processos naturais. O Estado irá intervir não mais regulamentando, mas terá que manipular, suscitar, facilitar, deixar fazer, “em outras

palavras, gerir e não mais regulamentar” (FOUCAULT, 2008a, p. 474). Para que o Estado possa garantir essa intervenção viabilizando a naturalidade dos processos é preciso, conforme Foucault, justamente instituir os mecanismos de segurança:

Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade (2008a, p. 747).

Nesse sentido, o surgimento da governamentalidade liberal no século XVIII estaria ligado justamente ao desenvolvimento de mecanismos de segurança de acordo com a percepção foucaultiana. Assim, Foucault considera o liberalismo “como uma arte específica de governo voltada para a população como uma nova figura política e dispendo da economia política como uma técnica de intervenção”, não a considerando, portanto, uma teoria econômica ou uma ideologia política (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 5), como anteriormente apontado. Conforme Bröckling et al (2011), essa racionalidade de governo, o liberalismo, é considerada para Foucault desconhecida tanto nas noções medievais de governo quanto para a razão de Estado do início da modernidade, sendo a responsável por trazer a ideia de uma natureza de sociedade responsável por formar os limites, ao mesmo tempo que as bases para a ação governamental.

A separação entre economia e política seria considerada uma “autonomização do econômico” a qual seria o objetivo do programa liberal (LEMKE, 2019, p. 186). Essa racionalidade governamental econômica, advinda a partir da noção de governamentalidade, pode ser compreendida como sendo uma estratégia “para governar por meio de técnicas de responsabilização, avaliação, credenciamento e motivação” (TELLMANN, 2011, p. 290). De acordo com Lemke (2019), o governo liberal clássico do século XIX gerou diversas dificuldades relacionadas a conflitos entre liberdade e igualdade, direitos formais e subjugação material, por exemplo, o que ameaçou esse modelo de sociedade capitalista burguesa. Nesse sentido, ainda conforme o autor (2019, p. 186), nesse momento entra a “instância intermediária”, a social, que representou a solução para essas dificuldades.

Entendida como um instrumento indispensável à arte liberal de governo, a liberdade impactaria em todas as esferas sociais. A liberdade, a partir disso, pode

ser vista como um modelo sistematizado e calculado de exercício de poder “não afetando diretamente os agentes individuais e coletivos e suas opções de ação, mas intervindo indiretamente para estruturar campos de possibilidades” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 5). Nesse viés, é importante destacar que a governamentalidade para Foucault (2008a, p. 243) tem como base as especificidades do pastorado “por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações,” construindo procedimentos que impedem/alteram a forma de ação desses princípios. O conceito foucaultiano de governamentalidade foi baseado na constituição do sujeito moderno ocidental por meio do pastorado, um “sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2008a, p. 243).

A subjetivação na análise foucaultiana é percebida como geradora de potencial de ação, entretanto, esta sempre trará uma forma de adesão também. Assim, compreende-se que “as posições de sujeito capacitam os indivíduos, ao mesmo tempo que os sujeitam” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 14). Nesse sentido, Bröckling et al (2011) avaliam que ao se estudar a governamentalidade o foco não está nas transformações da subjetividade, este estaria no entendimento de como o sujeito foi problematizado em determinados momentos históricos e nas soluções para tais problematizações. Nessa perspectiva, portanto, não se deve perguntar “o que é o sujeito, mas que formas de subjetividade foram invocadas, quais modos de conhecimento foram mobilizados para responder à questão do sujeito e quais procedimentos reivindicam” (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011, p. 15).

A subjetividade e o poder são mediados pela governamentalidade. Com esse foco, conforme Lemke (2016), pode-se compreender como os processos de dominação vinculam-se às “tecnologias de si” e como as práticas de autogoverno são articuladas com as formas de governo político. Além disso, chega-se à relação saber e poder abordada na seção anterior ao se entender que “a problemática do governo explica as relações estreitas entre poder e conhecimento e ajuda a elucidar o que Foucault [...] chamou de nexos de ‘conhecimento-poder’” (LEMKE, 2016, p. 3–4). Ainda, nesse sentido, se pode ressaltar que sempre será um conhecimento prático aquele que é incorporado nas práticas governamentais. Por este motivo, para

Bröckling et al (2011, p. 11), “as análises da governamentalidade centram-se na questão de como as práticas e o pensamento sobre essas práticas se constituem mutuamente, ou mais precisamente: como se traduzem uma na outra.”

Ao se entender essa dinâmica, o foco estaria, de acordo com Foucault (2008b), mais na consciência do governo em si mesmo do que no desenvolvimento da prática real de governo. Nesse sentido, aponta-se para a união da reflexão a respeito da melhor forma possível de governar com a forma racional de governar melhor (FOUCAULT, 2008b). A racionalidade de governo é compreendida na perspectiva foucaultiana em termos relacionais. Por racionalidade entende-se uma forma de pensar que torna uma realidade concebível, sendo possível torná-la administrável, aceita e, conseqüentemente, sendo sujeita a cálculos e transformações (GORDON, 1980). Assim, conforme Gordon (1980, p. 258), é possível a adequação do inaceitável a aceitável por meio do estabelecimento de uma racionalidade “regime da aceitabilidade e da lógica programática”. Nesse sentido, de acordo com Bröckling et al (2011, p. 11), “Isso significa que as racionalidades e tecnologias de governo, modos de pensar e formas de intervenção, estão inextricavelmente interligadas e co-produzem umas às outras”, estando relacionadas.

Ao desenvolver sua visão de governamentalidade, Foucault não pensou na esfera internacional de governo, mas se concentrou na doméstica, intraestatal. O autor entendia as relações de poder inerentes à racionalidade como ascendentes, do micro para o macro, sendo da sociedade para o Estado. A sua perspectiva, entretanto, pode contribuir para o entendimento de um sistema de racionalidade internacional, tendo em vista que “o foco no exercício cotidiano do poder e na sua vinculação com a reprodução do conhecimento por meio da arqueologia e da genealogia ilumina o processo por meio do qual o internacional se conforma como um objeto de pensamento” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 37). Nesse viés, pode-se abordar o que se chama de governamentalidade global, sendo uma transferência do conceito para o meio internacional. Dessa forma, pode-se considerar que as relações de poder extrapolam a esfera estatal, vão do Estado para o global. Assim, a governamentalidade global é abordada no meio acadêmico, justamente, como essa racionalidade além, fora das fronteiras estatais (LARNER; WALTERS, 2006). Dessa forma, na seção a seguir é trabalhado o conceito em si e, também, é abordada a compreensão dele nas Relações Internacionais.

2.2.1 Foucault nas Relações Internacionais: a Governamentalidade Global

Sendo esta tese direcionada ao estudo das relações internacionais (aqui entendida em letras minúsculas como o conjunto de relações, processos no meio internacional), inicialmente, procura-se clarear como as leituras foucaultianas influenciaram as Relações Internacionais (nesse caso em letras maiúsculas como disciplina de estudo das relações internacionais). Nesse viés, entende-se que os estudos baseados em Foucault nas Relações Internacionais possibilitam a compreensão dos conjuntos de verdades estabelecidos e das práticas políticas internacionais, sendo esses reflexos das conexões existentes entre conhecimento e poder (HOFF; BLANCO, 2021). Ao se abordar a governamentalidade foucaultiana voltada às relações internacionais, de acordo com Hoff e Blanco (2021, p. 34), tem-se que “a ideia de governamentalidade aplicada à análise do espaço internacional possibilita o seu estudo como um domínio socialmente incorporado, composto por práticas e racionalidades orientadas para objetivos específicos”. Assim, objetiva-se, a partir desse trabalho, compreender como as práticas e os pensamentos são refletidos internacionalmente.

Apesar de parecer, primeiramente, que a preocupação de Foucault com a micropolítica das relações de poder e da constituição e dos limites da subjetividade está distante das preocupações tradicionais da teoria das relações internacionais – como a guerra, a segurança, a diplomacia, as relações interestatais, a política externa (HUTCHINGS, 1997) –, para Selby (2007, p. 325), o pensamento de Foucault “é, no entanto, geralmente entendido como tendo sido uma das maiores influências (e talvez a única grande influência) sobre o desenvolvimento das RI ‘pós-modernas’ ou ‘pós-estruturalistas’”, mesmo o filósofo não tendo inspirado, assim como Gramsci, o surgimento de uma escola de Relações Internacionais. Assim, de acordo com o autor, a perspectiva de Foucault têm sido empregada e aplicada nas Relações Internacionais a partir de uma visão pós-estruturalista sob três maneiras distintas, nesse sentido, os pesquisadores se dividem entre “apoiar as desconstruções da teoria realista internacional; analisar discursos e práticas modernas da política internacional; e desenvolver novos relatos da ordem liberal global contemporânea” (SELBY, 2007, p. 324).

Tendo em vista a perspectiva foucaultiana sobre a governamentalidade, em estudo posterior, Zanotti (2013, p. 288) aponta que no meio acadêmico das ciências

sociais, as análises sobre o tema “exploram o governo para além de seus aspectos institucionais e estudam como as dimensões discursivas do poder se manifestam nos imaginários políticos e nas racionalidades políticas que orientam a prática”. Assim, a governamentalidade global – sendo a interpretação dessa governamentalidade como além das fronteiras estatais –, ainda de acordo com Zanotti (2013), é compreendida nas Relações Internacionais a partir de pressupostos ontológicos e epistemológicos, sendo os estudos a respeito da governamentalidade divididos pela autora em dois grupos. Um grupo “adota essa noção como uma ferramenta descritiva para teorizar as características globalmente opressivas do liberalismo internacional” (ZANOTTI, 2013, p. 289). Dessa forma, nessa visão as ferramentas biopolíticas e a violência seriam entendidas como de serventia a classes dominantes ou agendas de Estados. Giorgio Agamben, Michael Hardt, Antonio Negri e Sergei Prozorov são exemplos de estudiosos dessa visão.

O outro grupo identificado pela autora utiliza “a governamentalidade como uma ferramenta heurística para explorar modalidades de governo local e internacional e avaliar seus efeitos no contexto em que são implantados” (ZANOTTI, 2013, p. 289). Nos estudos desse grupo, discursos, processos e práticas são focos de análise, assim como há tendência a realização de análises em práticas de governo e resistência. Nesse grupo podem ser citados William Walters, Didier Bigo, Michael Merlingen, Oded Lowenheim, Wendy Lerner, Jonathan Joseph e Thomas Lemke. Nessa perspectiva, procuram-se “situar historicamente eventos e objetos na tentativa de não recair em uma demonização ou generalização precoce das relações de poder” (FLORENCIO, 2021, p. 74). Desse modo, esta tese está alinhada à visão desse grupo de autores, sendo que neste trabalho o objetivo não se constitui em avaliar e definir a racionalidade como positiva ou negativa, mas se objetiva compreender as relações de poder e a política internacional em prol do desenvolvimento analisando o governo a partir de interações e de seu funcionamento na prática, tendo em vista essa perspectiva foucaultiana de governamentalidade.

É importante destacar que quando aplicada às relações internacionais, a noção de governamentalidade possibilita não apenas problematizar como as práticas políticas se ligam às racionalidades de governo, mas, também, pode-se estabelecer o questionamento de como os centros de produção de conhecimento na esfera internacional estão conformados e de “como esse conhecimento termina por

modificar e conduzir as condutas dos mais diferentes atores internacionais.” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 44). Dessa forma, tem-se em destaque a relação da ligação entre conhecimento e poder como anteriormente citado. Assim, a governamentalidade global favorece o entendimento sobre as transformações contemporâneas capazes de moldar os Estados a partir de uma visão de poder disperso, na qual “o Estado não é necessariamente ou logicamente o centro, mas um entre muitas configurações históricas de governo” (LARNER; WALTERS, 2006, p. 4), sendo um agente que exerce poder no espaço internacional.

Além dos Estados, de acordo com Joseph (2009), outros entes internacionais como Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre outros, agem de acordo com a racionalidade de governo e sua estrutura, mas também interagem produzindo o saber, interferindo por meio do conhecimento e alimentando o sistema. No centro dessa dinâmica destaca-se o neoliberalismo compreendido no prisma de arte, estratégia e prática de governo. O neoliberalismo na perspectiva foucaultiana diferencia-se do liberalismo, entendido a partir da mesma perspectiva anteriormente citada, por ser relacionado à condição histórica de regulação estatal do pós-Segunda Guerra (JOSEPH, 2010). Sendo esse tema abordado na sequência desse capítulo e do próximo capítulo delimitando-se o período a partir da década de 1970. Para Larner e Walters (2006), o neoliberalismo, visto sob essa perspectiva de governamentalidade global, opera de diversas formas, não como uma força negativa manejada pelo Estado ou que o remodela no interesse de forças globais, mas pelo meio em que esse implica a todos diversas formas de práticas que induzem, obrigam a exercitar certas formas de liberdade, ou seja, não é algo linear. Assim, de acordo com Joseph (2010c), em ambientes que não são totalmente liberalizados, procura-se compreender como a ordem neoliberal influencia em movimentos de resistência, assimilação e transformação a partir da aplicação de suas normas de conduta.

A liberdade e a liberdade do sujeito são entendidas como construções sociais, criadas “por meio de práticas sociais que reforçam a conduta racional normalizada” (JOSEPH, 2010c, p. 227). Desse modo, percebe-se o que se chama de normalização, sendo este o entendimento de como deve ser o funcionamento do que é percebido, aceito nessa racionalidade. Destaca-se, a partir disso, a norma como o neoliberalismo, sendo que este se assemelha ao liberalismo por também apresentar a visão de mercado, porém, como acima destacado, diferencia-se por ser

uma “reação específica à condição histórica da regulação estatal nacional do pós-guerra” (JOSEPH, 2010c, p. 227), sendo uma evolução da racionalidade, a qual é móvel, não fixa. Assim, Joseph (2010c) entende que “o discurso neoliberal problematiza as soluções do pós-guerra para as questões levantadas pelo conceito de biopolítica”. Dessa forma, a racionalidade neoliberal apresentaria justamente uma atenção à problemática de desenvolvimento relativa à política e à economia e, sobretudo, à população, direcionando a razão de Estado.

Na governamentalidade global, ao se observar o exercício do governo, a atenção recai não apenas sobre o biopoder e a biopolítica foucaultianas, relacionados à população, mas sobre a influência de diferentes forças internacionais, como a ação de OI's (JOSEPH, 2009), como anteriormente ressaltado. De acordo com Joseph (2009), há a ideia de os Estados serem vistos como governos (sendo atores previsíveis de um sistema internacional normalizado), sujeitos a reformas e avaliações internacionais ao invés de entes soberanos sem controle. Embora haja uma racionalização no sentido de que a governança defendida por OI's, por exemplo, teria técnicas e regras universalmente válidas, na prática mostra-se que essa universalidade não existe. Assim, as OIs teriam um papel de difundir essa universalização. O autor (JOSEPH, 2009, p. 425) ainda destaca o fato de que “na prática, a governamentalidade neoliberal não pode ser uma técnica universalmente válida [...]. Ela falha em muitas partes do mundo precisamente porque é incapaz de operar efetivamente fora das condições sociais do capitalismo liberal avançado.” Novamente destacando-se a não linearidade existente dentro da racionalidade e a possibilidade de diferentes efeitos a partir dessa prática.

Para um Estado, tendo em vista essa perspectiva de governamentalidade global, seguir o que é considerado o normalizado dentro do sistema é agir internacionalmente dentro dos moldes da racionalidade neoliberal, trabalhando em coordenação e cooperação com instituições internacionais e com outros Estados a partir dos conhecimentos estabelecidos como verdade internacionalmente. Nessa direção, ao se estabelecer uma “boa governança” depreende-se disso um “discurso normalizador que estabelece padrões pelos quais se julga a realização de certas metas domésticas e que pode ser usado para culpar os países quando esses padrões não parecem ter sido alcançados.” (JOSEPH, 2009, p. 422) Há, de acordo com Joseph (2009), um processo de avaliação de conformidade dessas normas, entretanto, não há uma imposição delas. Sendo assim, abre-se espaço para a

contraconduta, a ideia de não seguir as normas, sendo por impossibilidade de o fazer, ou pela escolha de agir em dissonância à norma.

Observando a contraconduta para um cenário de governamentalidade global, deve-se dar atenção inicialmente ao exercício do poder. Para Foucault (1979b, p. 253), “não há poder sem uma potencial recusa ou revolta.” Assim, de acordo com O’Farrell (2005), na perspectiva foucaultiana, o poder apenas se exerce sobre indivíduos livres, portanto, a liberdade caracteriza uma possibilidade de reação e de se estabelecer comportamentos diversos. Onde há liberdade, portanto, há relações de poder, sendo que a resistência existirá “onde quer que o poder seja exercido” (O’FARRELL, 2005, p. 99). Assim, deve-se entender, conforme Foucault (1979b), de que não basta para aqueles que agem contra um forma de poder fazer críticas ou denúncias a uma instituição, esses devem sim se ater à forma de racionalidade que está em jogo. O importante, portanto, é compreender o funcionamento da racionalidade. Sendo assim, Foucault (1982) avalia que essas lutas devem almejar principalmente uma técnica ou uma forma de poder e não o ataque a uma instituição, grupo, elite ou classe de poder. Exemplificando a forma de poder sobre o indivíduo, Foucault (1982) observa que essa forma se aplica a vida cotidiana do indivíduo, a qual o marca e o categoriza por sua individualidade, o vincula à própria identidade, sendo esta sua verdade, reconhecido por ele e pelos demais. Para os países em desenvolvimento, essa forma liga-se a qualidade destes como Estados justamente em desenvolvimento, a essa categorização que os diferencia, mas os iguala dentro de um grupo de extrema heterogeneidade.

A partir da ideia do desenvolvimento das cidades no século XVIII apresentada por Foucault (2008a), sobretudo com o exemplo da cidade de Nantes, pode-se fazer um paralelo com o desenvolvimento almejado pelos países na atualidade (observa-se que o tema do desenvolvimento será trabalhado no próximo capítulo). No exemplo, em que trabalha com a ideia de mecanismo de segurança, o autor avalia que esse mecanismo está presente ao resolver os problemas da cidade existentes, os quais surgiram ao longo do tempo, pois se trabalha com dados materiais. Desse modo, o fato relevante é o de que: “Trabalha-se, portanto, não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compreensíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades” (FOUCAULT, 2008a, p. 26). Além disso, o autor ainda considera a polifuncionalidade (exemplo das ruas) e que se trabalha

para o futuro, para uma perspectiva de imprevisibilidade, de expectativa, logo, conclui que “o espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório” (FOUCAULT, 2008a, p. 27) que serão inscritos em um espaço dado.

O desafio do desenvolvimento para os países estabelece que, ao agirem em busca do desenvolvimento, esses países trabalham a partir da ideia de governamentalidade (para o exemplo acima, dentro de um mecanismo internacional). Estando esses inseridos nessa sistemática de temporal e aleatório. Destaca-se, portanto, que ao agir dentro da racionalidade neoliberal, os países podem aceitá-la, cumpri-la ou discordar dela, ao mesmo tempo desenvolvendo sua própria racionalidade interna para alcançar essa expectativa futura. Nesse trabalho, o foco está sobre o estudo do desenvolvimento em âmbito internacional, considerando esse o meio em que as interações para o exercício de poder internacional ocorrem e que o exercício do poder é uma ferramenta essencial para possibilitar o alcance do objetivo de desenvolvimento.

Entende-se que o caminho do desenvolvimento não se apresenta em condição de igualdade para os Estados tendo em vista características internas destes e as condições de posicionamento internacional que cada Estado possui. Estabelece-se a ideia de que há uma disparidade entre os países em desenvolvimento e, também há, destes com os países desenvolvidos. Assim, em relação aos Estados, trata-se de um cenário internacional de sujeitos heterogêneos que objetivam se desenvolver elevando indicadores econômicos e sociais. Dessa forma, esse ponto pode ser visto como de um sistema de razão de Estado, o qual tem na estatística sua instrumentalizadora, pois existe a necessidade de se estabelecer uma forma de conhecimento dos dados para que se possa organizá-los e compará-los (FOUCAULT, 2008a). Dados relativos à biopolítica são levados em consideração nessa dinâmica. Assim, por meio da estatística se articulam instrumentos tecnológicos, como a diplomacia e a economia política, estabelecendo-se assim o saber, a verdade e o poder.

Ao se analisarem as ações dos países em desenvolvimento em prol de seu objetivo de se desenvolver, é importante estabelecer a relação entre o poder e o desenvolvimento. Para Foucault (2000), a diferenciação de países ricos e pobres era um sinal de uma crise de governamentalidade. Assim, entende-se que o tema é parte da racionalidade neoliberal, portanto, para demonstrar a prática governamental

em relação a ele, pode-se estabelecer como essa racionalidade permeia os Estados. Nesse sentido, será utilizado o exemplo da política de financiamento do Banco Mundial em prol do desenvolvimento com projetos voltados à promoção do tema nutrição e segurança alimentar para se exemplificar a relação entre conhecimento e poder dentro de um panorama de governamentalidade global. Nesse sentido, para traçar esse caminho, inicialmente, no próximo capítulo, serão abordados o Banco Mundial, como instituição inserida na racionalidade, e o desenvolvimento, sendo o primeiro agente da normalização em prol do último. Assim, procura-se delinear a instituição e seu posicionamento dentro da razão neoliberal. Também, no capítulo, é trabalhada a visão de desenvolvimento dentro da atual governamentalidade global.

3 BANCO MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO

O Banco Mundial é uma instituição internacional com o poder de ditar diretrizes dentro da racionalidade neoliberal. Sendo assim, nesse capítulo, serão abordados um breve histórico e o entendimento da instituição como integrante dessa racionalidade, agente determinador da verdade, desenvolvedor do saber e que, conseqüentemente, exerce poder. Analisando-se a inserção do Banco Mundial frente ao Consenso de Washington e ao Pós-Consenso de Washington, é compreendido que é conectada e intencionada a readequação da instituição diante da evolução desse modelo neoliberal de governamentalidade. Além disso, no capítulo será trabalhado o conceito de desenvolvimento inserido nessa temática como conceito primordial para a condução do poder dentro da racionalidade neoliberal. Em seguida, são abordadas as práticas do Banco Mundial em prol do desenvolvimento, sendo investigadas as diretrizes adotadas pela instituição como condição de aceite aos projetos de desenvolvimento. Nesse espectro as Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais serão trabalhadas. A partir disso, será traçado o papel do Banco Mundial frente ao desenvolvimento.

3.1 O BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial é definido em sua página institucional como a maior instituição de desenvolvimento do mundo. Os dois principais objetivos dessa instituição são os de “acabar com a extrema pobreza e promover uma prosperidade compartilhada de forma sustentável” (THE WORLD BANK, 2021d). Atualmente o Banco Mundial, o qual é composto pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou IBRD - sigla em inglês) e pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID ou IDA – sigla em inglês), faz parte do Grupo Banco Mundial, sendo este um conjunto de cinco instituições estabelecidas de forma a atender às demandas de desenvolvimento. Atuando nas principais áreas de desenvolvimento, o grupo oferece produtos financeiros e assistência técnica, além de auxiliar “os países a compartilhar e aplicar conhecimentos e soluções inovadores para os desafios que enfrentam” (THE WORLD BANK, 2021e). De acordo com o Grupo (2021e), o BIRD atua com desenvolvimento financeiro e financiamento de políticas, a AID em empréstimos e subsídios com zero a baixos juros, a Sociedade

Financeira Internacional (IFC – sigla em inglês) atua angariando investimentos do setor privado e fornecendo consultoria, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA – sigla em inglês) atua por meio de seguros contra riscos políticos e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID – sigla em inglês) é responsável pela solução das disputas de investimento.

Em sua criação, estabelecida pelos acordos de Bretton Woods em 1944, o objetivo do Banco Mundial era, a princípio, o de conceder empréstimos para a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Ao se olhar pela perspectiva de Foucault, o sistema de Bretton Woods firmava a racionalidade da época ao estabelecer regras e criar instituições, as quais contribuiriam na determinação das diretrizes dentro dessa racionalidade. Nesse momento, um novo sistema monetário e financeiro mundial foi criado ao se substituir o padrão ouro pelo padrão misto ouro-dólar. Nesse aspecto, de acordo com Magnoli,

a influência americana define, em Bretton Woods, a nova arquitetura do sistema financeiro mundial, com a criação do Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird) e do Fundo Monetário (FMI). Essas novas instituições, voltadas para a regulação dos câmbios e fluxos financeiros, orientam-se por políticas emanadas do Federal Reserve Board, o Banco Central americano (2002, p. 43).

Desse modo, a partir dessa racionalidade em movimento, o poder em âmbito internacional é exercido por diferentes agentes – entre eles países, organizações internacionais, sociedade civil –, sendo, nesse caso, os Estados Unidos o país que desempenhava posição de destaque e que se deparava com a possibilidade de gerar o saber e estabelecer a verdade a partir desse exercício de poder. O sistema de Bretton Woods cria essas instituições como elementos da governamentalidade, as quais irão, muito além de uma política econômica, traçar as diretrizes de funcionamento de uma racionalidade política, de pensamento, de ações, de poder em plano global. Essas instituições, embora criadas por um grupo de países que foram os participantes de Bretton Woods, também se tornam agentes diretos da evolução dessa racionalidade, assim como o próprio Estados Unidos.

Ao longo do tempo, diferentes mudanças ocorreram ocasionando readaptações do sistema de funcionamento político, econômico e social, as quais podem ser entendidas como decorrentes da evolução da governamentalidade em ação. Desse modo, acontecimentos diversos são representativos nessa

mutabilidade. Após o abandono do padrão ouro-dólar para o padrão dólar, as crises energéticas do petróleo em 1973 e 1979, a adaptação de Estados de *welfare state* para um direcionamento liberal, o final da Guerra Fria, entre outros acontecimentos, a evolução da governamentalidade vai perpassando a perspectiva liberal para a neoliberal. Dentro do próprio momento neoliberal, pode-se entender uma readaptação com o pós-Consenso de Washington, sendo este trabalhado a seguir na próxima seção. Nesse novo cenário houve um redirecionamento, uma recalibragem das políticas sugeridas e apregoadas pelas instituições que movem essa racionalidade então neoliberal, sendo o Banco Mundial uma instituição importante na engrenagem dessa governamentalidade.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, o Banco Mundial pode ser entendido como uma instituição resultante da governamentalidade tendo em vista sua vocação neoliberal. Assim, estando essa instituição inserida nessa racionalidade neoliberal, é simultaneamente receptora e agente direto de propagação dessa governamentalidade global. Desse modo, essa instituição entra como reforço da governamentalidade tendo em vista que, de acordo com Joseph (2009), o conjunto institucional explica de que forma e com qual motivação a governamentalidade funciona. Dessa maneira, ao longo do tempo, o Banco Mundial permanece estabelecendo e externalizando práticas que estão de acordo com a evolução do funcionamento dessa racionalidade neoliberal.

3.2 NEOLIBERALISMO

O período elencado como foco para o desenvolvimento dessa tese é a fase do neoliberalismo delimitada a partir do Consenso de Washington e do Pós-Consenso de Washington – os quais serão trabalhados a seguir – até os dias atuais. A análise deste período atual da racionalidade neoliberal tem como objetivo compreender, a partir de uma perspectiva foucaultiana, a atuação do Banco Mundial em prol do desenvolvimento e dessa racionalidade a partir de projetos relacionados à segurança alimentar e à nutrição. Portanto, para essa compreensão posterior, a princípio, é importante ressaltar que o termo neoliberalismo ganha proeminência na área de Economia, na qual se identifica o neoliberalismo como o período que tem início a partir das décadas de 1970 e 1980, com a retomada de ideias da economia clássica relacionadas ao livre funcionamento do mercado sem interferências.

Foucault interpreta o neoliberalismo, assim como o liberalismo, como uma arte de governo (DEAN, 2015), conforme citado no capítulo anterior. Essa arte se relacionaria a uma visão entendida por muitos como de mercado, mas que para os foucaultianos extrapola o econômico, assim, existe uma multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constituiria “o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que podemos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 201). Nesse sentido, nesse trabalho, tendo em vista a perspectiva foucaultiana de governamentalidade dentro de uma visão das Relações Internacionais, o neoliberalismo é compreendido “como uma racionalidade de governo realizada por meio de regimes de subjetivação que estendem a lógica do mercado - e, especificamente, os princípios da competição e da desigualdade - a todas as esferas da atividade humana” (MAVELLI, 2019, p. 2). Assim, essa racionalidade neoliberal, a qual vai além de apenas relações de mercado, pauta as interações nas relações internacionais nas quais instituições, como o Banco Mundial, propagam por meio de diretrizes as ações e os caminhos desejados aos Estados como forma de busca de seus desenvolvimentos.

3.2.1 Consenso de Washington e Pós-Consenso de Washington

A racionalidade neoliberal é propagada, a partir da década de 1990, por meio do Consenso de Washington e, posteriormente, pelo Pós-Consenso de Washington. Nomeado pelo economista John Williamson, o Consenso de Washington representava a idealização de dez reformas específicas de políticas pró mercado, tendo como foco inicial a América Latina (MITCHELL; SPARKE, 2016). Essas reformas consistiam em cortes para evitar déficits fiscais; redirecionamento de subsídios públicos; redução de impostos; definição de taxas de juros anti-inflacionárias; adoção de taxas de câmbio competitivas; liberalização do comércio; liberalização de investimento estrangeiro; privatizações; desregulamentação; e cumprimento dos direitos de propriedade. Estabelecidas a partir de propostas de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambas sediadas em Washington, essas reformas representaram, de acordo com Cummings (2020), um fracasso governamental ampliando a desigualdade e deteriorando as condições de vida.

Diante dos resultados dessas políticas incentivadas pelo Banco Mundial em conjunto com outras instituições, e como uma resposta a eles, nos anos 2000, é estabelecido o que se entende por Pós-Consenso de Washington. O Banco Mundial e o FMI adotaram uma abordagem destinada a desviar as críticas e restaurar um diploma de legitimidade, comprometimento e parceria para redução da pobreza, assim, foi adotado, por exemplo, um discurso em prol do desenvolvimento sustentável (FINE; WAEYENBERGE, 2006). Além disso, de acordo com Fine e Waeyenberge (2006, p. 2), “os governos agora eram solicitados a ser parceiros, ‘possuidores’, das políticas que foram anexadas como condições aos empréstimos”, como estratégia de mudança. Nesse viés de desenvolvimento, o privado entrava como executor e o Estado como financiador de seu desenvolvimento.

Assim como o Consenso de Washington, o Pós-Consenso de Washington também incluiu um viés contra a gestão direta da economia pelo Estado, intolerância para empresas de desenvolvimento controladas pelo Estado e ênfase no desenvolvimento do setor privado (CUMMINGS; SEFERIADIS; HAAN, 2020, p. 761). De acordo com Cummings (2020), esse foco nos mercados e na redução do governo é considerado um traço da governamentalidade neoliberal que incentiva os Estados a encorajar a auto governança individual, do privado. Apesar de alguns redirecionamentos, o que é estabelecido de um consenso para o outro é um movimento natural de readequação e de evolução dentro da própria racionalidade neoliberal. Ainda pontuando esse incentivo à auto governança individual, este pode ser observado na esfera do indivíduo com a ideia de resiliência abordada pelo Banco Mundial em relação ao desenvolvimento, a qual será trabalhada a seguir ainda nesse capítulo.

O Consenso de Washington, assim como sua continuidade, tanto na forma de ajuste estrutural quanto em estratégias mais recentes de redução da pobreza, estenderia “empréstimos e assistência às nações em desenvolvimento somente com a condição de que desistam de suas formas nativas de economia e socialidade, e se alinhem com os princípios neoliberais de mercado” (VRASTI, 2013, p. 67). Nesse cenário, como agente da governamentalidade, o Banco Mundial vai estabelecendo posicionamentos, diretrizes, a partir de uma fase de boa governança, depois uma fase de redução da pobreza e a fase de reivindicação de ser um banco de conhecimento (FINE; WAEYENBERGE, 2006). No Pós-Consenso de Washington, houve um realinhamento de políticas e o Estado passa a ter um papel como

validador e financiador de políticas, sendo assim um financiador do privado. O Banco Mundial amplia sua abordagem, entendida como em prol da racionalidade, para abranger o apoio à ideia de um desenvolvimento sustentável, abarcando diferentes esferas, como a social e a ambiental em seus projetos.

3.3 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento em um cenário de governamentalidade global, guiado por uma racionalidade neoliberal, é compreendido a partir de parâmetros de verdade, saber e poder intrínsecos a esse sistema. Esse desenvolvimento surge como um ideal, entretanto, cada Estado necessitará traçar um caminho de desenvolvimento com base em suas especificidades e ao mesmo tempo estando atento ao sistema internacional. Entendendo que o processo e o status de desenvolvimento são caminhos únicos, há uma heterogeneidade visível entre Estados, o império da diversidade, nenhum sendo igual ao outro. Entretanto, há também a ideia de agrupamento e divisão, de classificação entre dois pólos, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Além disso, nessa última categoria existe um grupo definido como países de menor desenvolvimento relativo, esses sendo considerados “países de baixa renda que enfrentam graves obstáculos estruturais ao desenvolvimento sustentável. Eles são altamente vulneráveis a choques econômicos e ambientais e têm baixos níveis de recursos humanos.” (ONU, 2021c) Tendo em vista a ideia de que há um desenvolvimento almejado a ser alcançado, conseqüentemente os países em desenvolvimento são foco de diretrizes e políticas institucionais globais as quais ditam tais regras.

O desenvolvimento na atualidade é entendido a partir de uma perspectiva que abrange as esferas econômica, social e ambiental. Esse desenvolvimento é definido como sustentável. Nesse viés, no desenvolvimento sustentável “se buscam as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras em suas necessidades, assim, ele se caracteriza como inclusivo, humano, harmonizando o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.” (ONU, 2021a). De acordo com as Nações Unidas (ONU), seus países membros ao abordar o desenvolvimento sustentável,

reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação,

reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico – ao mesmo tempo que se enfrentem as mudanças climáticas e se trabalhe para preservar oceanos e florestas. (ONU, 2021d)

Esse entendimento não apenas se alinha, mas representa a racionalidade neoliberal, a qual fica explícita e é instrumentalizada pelas políticas institucionais globais, sendo o Banco Mundial um propagador desse ideal. Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos no âmbito da ONU são um guia dentro do tema desenvolvimento sustentável. Entende-se os ODSs como “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2021e). Esses objetivos, de acordo com a ONU (2021e) são os seguintes: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; e 17. Parcerias e meios de implementação. Nesse viés, tendo em vista esses objetivos, verifica-se que o saber sobre o desenvolvimento delinea um fluxo, a favor de objetivos globais que são difundidos, por exemplo, por meio de diretrizes, as quais podem refletir o exercício do poder e o estabelecimento da verdade ao se tornarem ações políticas práticas.

Internacionalmente, as instituições como determinantes de diretrizes, políticas e normas para o desenvolvimento são uma expressão da governamentalidade, agentes no estabelecimento do saber, do poder e, conseqüentemente, da verdade. Para Foucault (2008a), um aparelho de saber é essencial ao exercício do poder, nesse sentido os parâmetros elencados a dados populacionais, econômicos, entre outros influenciam no exercício do poder, assim como a escolha dos que são ou não objeto de atenção ou até divulgados. Ademais, pode-se, conseqüentemente, identificar uma relação direta entre o desenvolvimento do saber com as ações institucionais ao longo do tempo. Nesse sentido, os períodos do Consenso de Washington e do Pós-Consenso de Washington são demonstrativos do alinhamento entre poder, saber e estabelecimento da verdade.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento era compreendido a partir de uma visão de progresso econômico, o qual desconsiderava fatores internos, sociais, culturais, e considerava modelos a se seguir baseados nas potências do leste e do oeste (MARTINUSSEN, 1997). Até a década de 1970, de acordo com Veiga (2005), era entendido que a melhora dos padrões sociais seria uma consequência do crescimento econômico. Diferentemente, o que se observou foi o fato de que os resultados do crescimento econômico não se transformaram na melhora desses padrões sociais. Sendo assim, a partir da década de 1990, o saber estruturado pelo pensamento *mainstream* procurava entender o porquê, a natureza do desenvolvimento, abarcando a compreensão da heterogeneidade e da ampliação de fatores para além do econômico, como os políticos e sociais, que impactariam no desenvolvimento (VEIGA, 2005). Nesse período, ao mesmo tempo em que havia esse entendimento da multiplicidade de fatores, institucionalmente é elaborado um caminho em comum para o desenvolvimento conforme a racionalidade, o Consenso de Washington.

As discussões a respeito do desenvolvimento avançavam para um aspecto cada vez mais abrangente de tópicos, tornando-se mais complexas. Ao longo do tempo a ideia de um desenvolvimento sustentável ganha força, assim, o meio ambiente se torna foco importante nesse tema. Além disso, nessa perspectiva amplia-se a visão do social. Um exemplo está no pensamento que estabelece a relação das liberdades com o desenvolvimento, “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social, ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23). Desse modo, o conhecimento contemporâneo sobre o desenvolvimento é um veículo que revela a visão de liberdade destacada por Foucault como um alicerce dessa governamentalidade de racionalidade neoliberal. Essa preocupação com o social, político e ambiental é um reflexo do alinhamento do saber à verdade e ao poder percebidos dentro da própria racionalidade neoliberal.

A evolução da governamentalidade segue o fluxo, o saber traz respaldo ao Pós-Consenso de Washington e as ações institucionais adaptam-se colocando o Estado em papel mais abrangente, de financiador do privado. Observa-se que o Pós-Consenso se alinha pela necessidade de ampliação da massa de investimentos, comportando diretrizes que englobam o crescimento por meio do financiamento privado pelo público, direcionando esse financiamento para projetos

dentro desse ideal de desenvolvimento. Desse modo, o privado, vendo oportunidade, agindo em acordo com a racionalidade, segue conjuntamente o plano de ações para o alcance do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, as ações institucionais e privadas são formas de validar a própria racionalidade. Nesse aspecto, o Banco Mundial como instituição financiadora do desenvolvimento estabelece diretrizes, parâmetros os quais impulsionam seus projetos de financiamento nessa direção.

3.3.1 Práticas do Banco Mundial em prol do Desenvolvimento – Áreas de Atuação

O Banco Mundial age na prática por meio de financiamento de projetos relacionados ao desenvolvimento. Nesse sentido, a instituição oferece “empréstimos a juros baixos, créditos de juros zero a baixos e doações a países em desenvolvimento” (THE WORLD BANK, 2021f). De acordo com o Banco Mundial, estes projetos “apoiam uma ampla gama de investimentos em áreas como educação, saúde, administração pública, infraestrutura, desenvolvimento do setor financeiro e privado, agricultura e gestão ambiental e de recursos naturais.” Os projetos, portanto, materializam essa atuação prática do Banco Mundial dentro dessa visão, que segue o fluxo da governamentalidade, voltada ao desenvolvimento sustentável.

Como foco nessas áreas determinadas para aporte dos investimentos, o Banco Mundial estabelece sua atuação em onze setores que relaciona à promoção desse desenvolvimento sustentável, sendo eles: agricultura, educação, energia e extrativismo, setor financeiro, saúde, indústria e comércio, informação e comunicação, administração pública, proteção social, transporte e água, saneamento e resíduos (THE WORLD BANK, 2021g). Além disso, a instituição estabelece uma lógica de subcategorização dentro dos setores de desenvolvimento para seus projetos em setenta e três temas, podendo cada projeto se enquadrar em mais de um tema. Entre esses temas são exemplos: biodiversidade, educação para todos, gênero, gerenciamento de macroeconomia, mudança climática, nutrição e segurança alimentar, reforma de lei, sistemas e padrões internacionais de financiamento. Também é estabelecida uma identificação e, então, uma

classificação dos riscos social e ambiental envolvidos nos projetos entre alto, baixo, moderado e substancial.

Ademais, destaca-se que, na política de financiamento aos países, há também a prática de co-financiamento de alguns projetos com governos, com outras instituições multilaterais, com bancos comerciais, com agências de crédito à exportação e com investidores do setor privado (THE WORLD BANK, 2021f). Percebe-se, portanto, o funcionamento conjunto de diferentes agentes dentro do sistema em prol da racionalidade. Nesse aspecto, Estados podem assumir duplo papel, como receptores e agentes financiadores conjuntos, nos quais adotam as diretrizes da instituição para os projetos, as aceitando e incorporando em suas políticas internas, refletindo, assim, a racionalidade. Dessa forma, dentro desse sistema, tendo os direcionamentos do Banco Mundial como guia, o país que desejar obter financiamento da instituição deve apresentar um projeto concernente com as diretrizes se enquadrando nas áreas e nos temas definidos pela instituição.

3.3.2 Banco Mundial como Agente Determinante do Desenvolvimento dentro da Governamentalidade – Criador de Discurso e Diretrizes da Racionalidade

Dentro do discurso de desenvolvimento sustentável, o Banco Mundial enfatiza a importância do cuidado com o social, apresentando este como um dos focos de ação. O direcionamento permeado por esse discurso pode ser observado na comunicação da instituição ao afirmar que esta está “colocando as pessoas no centro da recuperação verde, resiliente e inclusiva” (THE WORLD BANK, 2021h). Nessa afirmação, percebe-se a ideia da importância dos indivíduos, entendidos em seu grupo como população, a partir da lógica de funcionamento da governamentalidade, refletindo a visão de biopolítica foucaultiana. Desse modo, a governamentalidade se revela no entendimento de como o sujeito foi problematizado nesse contexto exposto pelo Banco Mundial e nas soluções para tais problematizações (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011) que ele trará como guias para a aprovação de seus projetos de financiamento.

Outro aspecto de atenção a essa afirmação do Banco Mundial relaciona-se na prática a uma racionalidade a ser observada e aplicada globalmente, assim, para Kiersey (2009), o entendimento foucaultiano de como a sociedade do ser econômico

representa um ideal global é essencial ao entendimento desse contexto de biopolítica. Sendo a governamentalidade esse conjunto que permite exercer uma forma complexa e específica de poder sobre a população (FOUCAULT, 2008a), observada em âmbito internacional, a governamentalidade global resulta da conduta de agentes internacionais. Portanto, dá-se atenção à globalização como instrumento de poder na governamentalidade e de como esse ideal de desenvolvimento é expandido globalmente, sendo a ação do Banco Mundial por meio do discurso e do financiamento de projetos com suas exigências e diretrizes uma forma efetiva dessa expansão.

Além disso, pode-se observar a ideia da resiliência presente nessa abordagem. De acordo com Joseph (2013), a resiliência enfatiza a preparação individual, a tomada de decisões informadas, a compreensão das funções e responsabilidades dos indivíduos, revelando sua adaptabilidade à situação e capacidade de recuperação perante situações adversas. Essa ideia, para ele, “se encaixa nas abordagens neoliberais que enfatizam a responsabilidade do indivíduo de se governar de maneira apropriada” (JOSEPH, 2013, p. 41). É exatamente esse o discurso externalizado oficialmente pelo Banco Mundial na continuidade dessa comunicação. A partir disso, de acordo com essa comunicação da instituição:

Quando as pessoas têm acesso à educação e treinamento de qualidade, serviços de saúde e proteção social e quando mulheres e meninas se beneficiam de melhores oportunidades, elas estão mais bem equipadas para escapar da pobreza e levar uma vida produtiva. Elas também são mais resistentes para quando as coisas dão errado e estão mais bem equipadas para resistir a uma pandemia ou choque climático (THE WORLD BANK, 2021h).

Nesse sentido, nesse trabalho, a resiliência é entendida a partir do pensamento que a contempla como inserida no contexto da racionalidade neoliberal, diferentemente da outra visão em RI que entende a resiliência como uma nova forma, em separado do neoliberalismo. Assim, a resiliência é vista nessa perspectiva de RI como correlata ao neoliberalismo, como uma forma de governamentalidade neoliberal ou como liberalismo embutido (MAVELLI, 2019). Desse modo, estabelece-se, conforme pontua Joseph (2013, p. 38), que a resiliência pode ser “melhor entendida como uma forma neoliberal de governamentalidade que enfatiza adaptabilidade individual.” Assim, ela representa uma evolução, mudança de forma ou adaptação natural no percurso da racionalidade. Nesse viés, ainda se destaca a

resiliência como suporte ideológico “à ideia neoliberal de que aviltamento, miséria e pobreza não são responsabilidade coletiva de Estados e instituições políticas, mas de sujeitos deficientes, incapazes de se ajustar às exigências da vida moderna” (MAVELLI, 2019, p. 2). Nesse espectro, portanto, o Banco Mundial age por meio de seus financiamentos em prol do desenvolvimento global nesse auxílio aos indivíduos e populações deficientes.

3.3.2.1 Entendendo as Práticas como Componentes da Racionalidade

Para receber o financiamento nos projetos para o desenvolvimento, os países devem seguir as diretrizes estabelecidas pela instituição credora. O Banco Mundial, como instituição credora, estabelece diretrizes a serem seguidas para que os projetos para investimento sejam aceitos, como as contidas no regulamento de aquisições, no manual de gerenciamento de financiamento, na regulamentação de políticas ambientais e sociais. Nesse sentido, ao se analisarem os projetos referentes ao tema nutrição e segurança alimentar, tema elencado como foco de estudos dessa tese, um exemplo dessa exigência aparece nas Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais e no Marco Ambiental e Social (MAS – ESF sigla em inglês). Assim, de acordo com a instituição:

Quando fornecemos aos governos financiamento para investir em projetos – como construir uma estrada, conectar pessoas à eletricidade ou tratar águas residuais – nosso objetivo é garantir que as pessoas e o meio ambiente estejam protegidos de possíveis impactos adversos. Fazemos isso por meio de políticas que identificam, evitam e minimizam danos às pessoas e ao meio ambiente. Essas políticas exigem que os governos mutuários tratem de certos riscos ambientais e sociais para receber apoio do Banco Mundial para projetos de investimento. Sabemos por experiência que incluir considerações ambientais e sociais na concepção e implementação do projeto melhora os resultados do desenvolvimento (THE WORLD BANK, 2022b).

Nessa comunicação oficial do Banco Mundial é deixada clara a exigência feita aos governos mutuários de seguirem as políticas da instituição. Os governos, portanto, têm o dever, a obrigação em adotá-las, internalizando, assim, essas políticas. Essa ação exigida ao Estados instrumentaliza a racionalidade neoliberal. Assim, a governamentalidade é expressa por um círculo de exercício de poder, no qual se estabelece saber. Esse estabelecimento é uma afirmação da verdade expressa nesse saber e gera, novamente, o exercício de poder no atendimento

dessa verdade. Ademais, ainda ao se analisar a comunicação acima, pode-se destacar que o saber é expresso com a afirmação “por experiência” como argumento da verdade aceita ao se afirmar sobre a melhora dos resultados do desenvolvimento a partir de ações ambientais e sociais prescritas.

As políticas ambientais e sociais do Banco Mundial aplicadas aos projetos selecionados são conhecidas como "Políticas de Salvaguarda", sendo compostas por Políticas Operacionais (PO ou OP – sigla em inglês) e Procedimentos do Banco (PB ou BP – sigla em inglês), sendo consideradas pelo Banco Mundial como um mecanismo para abordar as questões ambientais e sociais na implementação e na operação dos projetos e, ao mesmo tempo, fornecendo uma estrutura para consulta às comunidades e para divulgação pública. Citados como exemplos de requisitos nessas normas estão “a realização de avaliações de impacto ambiental e social, a consulta às comunidades afetadas sobre possíveis impactos do projeto e a restauração dos meios de subsistência das pessoas deslocadas” (THE WORLD BANK, 2022b), quando for o caso. Essas políticas aplicadas constituem, portanto, um arcabouço da governamentalidade em ação, o qual molda a ação de Estados homogeneizando respostas de desenvolvimento frente a heterogeneidade estatal.

Abordando a mutabilidade desse arcabouço, a partir de outubro de 2018, a instituição adotou um novo conjunto de políticas ambientais e sociais, o Marco Ambiental e Social. A partir dessa data esse arcabouço renovado será aplicado a todos os novos financiamentos de projetos de investimento do Banco Mundial. Ao mesmo tempo, os projetos anteriores permanecem com a aplicação das Políticas de Salvaguarda. Sendo assim, destaca-se que os dois sistemas funcionarão em paralelo por aproximadamente sete anos (THE WORLD BANK, 2022b). Desse modo, as Políticas de Salvaguarda são operacionalizadas com normativa do Banco conforme as áreas descritas na tabela a seguir.

TABELA 2 – Normativa das Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais

Áreas Relacionadas a Políticas Operacionais e Procedimentos do Banco

1	Pilotando o Uso de Sistemas de Mutuários para Tratar de Questões de Proteção Ambiental e Social em Projetos Apoiados pelo Banco
2	Avaliação Ambiental
3	Planos de Ação Ambiental
4	Padrões de Desempenho para Atividades do Setor Privado

5	Habitats Naturais
6	Manejo de Pragas
7	Populações Indígenas
8	Recursos Culturais Físicos
9	Reassentamento Involuntário
10	Florestas
11	Segurança de Barragens
12	Projetos em Áreas de Conflito
13	Projetos em Hidrovias Internacionais

FONTE: a autora, 2022. Baseada em dados do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2022b) – adaptado pela autora.

A partir dessa normativa, envolvendo os itens acima elencados é estabelecida uma visão conectada ao desenvolvimento sustentável, que deve ser externalizada nos projetos de desenvolvimento dos países mutuários tendo como base esses parâmetros ambientais e sociais. A instituição prega a ideia de que “o fortalecimento dos sistemas nacionais nos países tomadores de empréstimos é considerado uma das principais metas de desenvolvimento pelo Banco Mundial e pela maioria de seus acionistas” (THE WORLD BANK, 2016f). Pode-se perceber a visão mercadológica creditada à racionalidade neoliberal lembrando a perspectiva de Foucault de como esse regime de subjetivação estende a todas as esferas da atividade humana a lógica do mercado (MAVELLI, 2019, p. 2), tendo a competição e a desigualdade como elementos chave. A racionalidade também se mostra na suposta homogeneização que pode ser percebida na ideia de fortalecimento dos sistemas nacionais a partir de regras colocadas a entes heterogêneos. Observando esse aspecto, as políticas como o Marco Ambiental e Social, de acordo com o Banco Mundial (2016f) atribuem “maior ênfase ao uso da estrutura dos países mutuários e ao desenvolvimento de capacitação, visando criar instituições sustentáveis e aumentar a eficiência.” Observando-se aqui a eficiência, também, como um termo mercadológico.

Ainda de acordo com o Banco Mundial (2016f), o novo marco, além de firmar o compromisso com a proteção ambiental e a social, responde a novas demandas que surgiram ao longo do tempo. A partir do aumento da experiência e capacidade dos países mutuários, para refletir essa realidade, os requisitos foram atualizados, sendo assim, “o marco destina-se a melhorar os resultados de desenvolvimento nos

projetos do Banco, colocando uma forte ênfase na sustentabilidade, no uso responsável de recursos, e no monitoramento e avaliação” (THE WORLD BANK, 2016f). Nesse sentido, o marco inclui, em todo o ciclo dos projetos, o envolvimento das partes interessadas, além de se reger por um princípio de não discriminação, incluindo a proteção extensiva à mão de obra e às condições de trabalho. A normativa também apresenta, conforme a instituição (2016f), medidas de saúde e segurança comunitárias abarcando resposta emergencial e atenuação de desastres naturais, assim como, segurança rodoviária.

A partir do exposto em relação às Políticas de Salvaguarda e ao Marco Ambiental e Social, primeiramente, pode-se visualizar o Banco Mundial se posicionando dentro da ideia de fases da instituição trazidas por Fine e Waeyenberge (2006), da boa governança, da redução da pobreza e alinhando-se à percepção de ser um banco de conhecimento. Todas essas fases coexistem, sendo reveladas nessas normativas a partir de ideias de mercado, preocupação social, ambiental e desenvolvimento ao longo do tempo a partir da pesquisa e da experiência da instituição. Ademais, nesse trabalho, observa-se como um ponto focal essas normativas como requisitos, sendo alinhadas aos ODSs, que serão trabalhados no próximo capítulo, ambos dentro do ideal de desenvolvimento sustentável. Assim, entendendo essas práticas como componentes da racionalidade, as políticas de salvaguarda e o marco são requisitos que refletem a governamentalidade global.

A validação da racionalidade pode ser observada, desse modo, por meio dos projetos para o desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial. Nesse contexto é possível observar a tríade foucaultiana verdade, saber e poder. Alinhada ao saber e, também, como estabelecadora dele, a instituição reforça os aspectos socioambientais do desenvolvimento por meio de seu discurso, de suas diretrizes, sendo essas alinhadas ao Pós-Consenso de Washington – no qual a instituição teve ação direta – e internalizadas com direcionamentos observados nos projetos de desenvolvimento. Desse modo, consolidando o exercício do poder. A partir desse cenário, a seguir no próximo capítulo, tendo em vista o foco no social, será trabalhado o tema nutrição e segurança alimentar inserido na racionalidade neoliberal, para que no capítulo subsequente, possam ser analisados alguns projetos do Banco Mundial enquadrados nesse tema.

4 NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR INSERIDAS NA GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA

Tendo em vista a temática nutrição e segurança alimentar identificada pelo Banco Mundial em seus projetos, nesse capítulo serão compreendidos seus conceitos. Inicialmente, procura-se entender como esses conceitos de nutrição e de segurança alimentar relacionam-se à dinâmica da governamentalidade e como são abordados a partir da ideia de desenvolvimento sustentável em âmbito global. Dessa forma, nesse capítulo também serão entendidos no contexto da racionalidade a situação de insegurança alimentar e o sistema alimentar como determinante nessa dinâmica. Por meio dessa análise, procura-se identificar a abordagem que para o Banco Mundial o permite a auxiliar a população para o desenvolvimento de uma vida plena de acordo com seus parâmetros. Assim, esse recorte possibilitará o entendimento sobre a natureza e efetividade das ações do Banco Mundial em consonância à racionalidade neoliberal que serão trabalhadas no próximo capítulo com a análise de projetos da instituição direcionados a atender essa temática.

4.1 NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

O tema nutrição e segurança alimentar elencado para projetos de desenvolvimento do Banco Mundial está relacionado ao segundo objetivo de desenvolvimento sustentável, o ODS Fome Zero e Agricultura Sustentável, mas também se relaciona a outros ODSs como, por exemplo, o primeiro que é o de erradicação da pobreza e o terceiro que é o de saúde e bem-estar. Dessa maneira, as instituições internacionais realizam trabalho conjunto que reflete a dinâmica da governamentalidade neoliberal em funcionamento. Esse segundo objetivo, inserido nesse sistema que envolve saber, verdade e poder, é definido de forma mais completa como: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2021e). A partir desse objetivo se depreendem objetivos específicos:

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às

necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e nos bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos. (ONU, 2021f)

Esses objetivos específicos revelam o discurso de desenvolvimento sustentável que é baseado na racionalidade, esclarecendo pontos focais e direcionamentos. Parte-se da ideia de busca da segurança alimentar diretamente relacionada à busca da nutrição com metas expressivas traçadas para 2030. Nesse sentido, o foco está em eliminar a insegurança alimentar e as causas de desnutrição ainda presentes mundialmente. Além disso, a agricultura sustentável é abordada a partir da ideia de apoio a comunidades e do princípio de liberalização comercial. Sendo assim, para se compreender como a segurança alimentar e a nutrição são influenciadas na governamentalidade neoliberal também é imprescindível observar a ideia de sistemas alimentares inseridos nessa racionalidade, a qual será trabalhada adiante.

A segurança alimentar é analisada por Clapp (2015) a partir de uma perspectiva de evolução do plano nacional para o internacional e, posteriormente, para o do indivíduo. De acordo com a autora, as primeiras noções de segurança alimentar eram ligadas à ideia de segurança nacional, de assegurar alimento à população garantindo produção e suprimentos alimentares suficientes para que o Estado garantisse sua segurança frente a ameaças externas como a guerra. O esboço de uma ideia com a perspectiva da biopolítica com foco na população pode ser observado, embora, nesse momento, o foco do Estado mais se direcionava em sua garantia de existência do que propriamente e diretamente na população, sendo o cuidado com esta uma consequência e não um fim.

A partir desse contexto, a ideia de uma norma internacional de segurança alimentar distinta de uma visão nacional é observada no pós-Primeira Guerra Mundial com a Liga das Nações, com o entendimento da necessidade em haver “mecanismos multilaterais para lidar com problemas de produção, abastecimento e comércio de alimentos, incluindo assistência a países em desenvolvimento” (CLAPP, 2015, p. 9). Segue, ao se observar por uma perspectiva foucaultiana, uma normalização em âmbito internacional intrínseca à governamentalidade que se moldava à época. Esse fluxo influencia na criação da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) em 1945. Objetivando acabar com a fome, Clapp (2015) destaca que as normas internacionais eram direcionadas para produção e abastecimento de alimentos, sendo a autossuficiência fator de atenção, ademais, resultando em um excedente na produção de grãos de países desenvolvidos ocasionado pelo apoio estatal e pela modernização de técnicas agrícolas.

O termo segurança alimentar propriamente dito, entretanto, foi inicialmente empregado no contexto de uma crise alimentar da década de 1970 como sendo a disponibilidade de alimentos como sustentação da expansão do consumo de alimentos compensando flutuações de produção e preços. Essa definição da FAO foi comparada, por Clapp (2015, p. 10), a definições posteriores como o “acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, a comida suficiente para uma vida ativa e saudável”, trazida na década 1980 pelo Banco Mundial. E a definição de segurança alimentar que desde a década de 1990 perdura até a atualidade em que se entende que essa “existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam

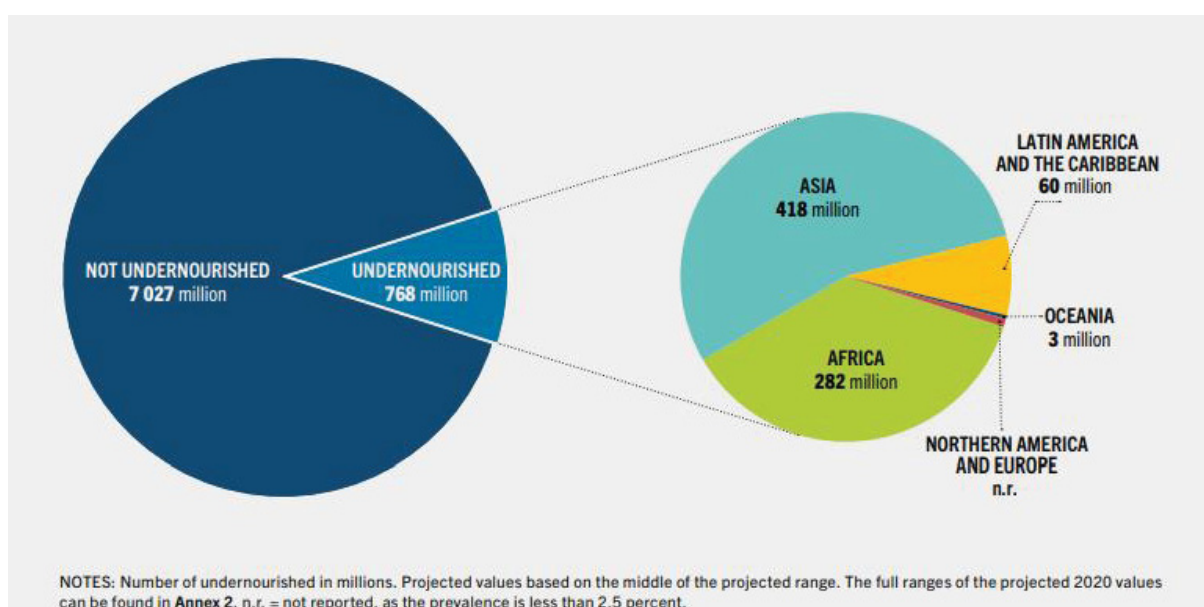
suas necessidades nutricionais e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996). Ao se observar esses conceitos, pode-se pontuar que sua evolução se conecta também à evolução do conceito de desenvolvimento anteriormente trabalhado. Ademais, fica caracterizado o estabelecimento do saber e da verdade pelas instituições que assim exercem poder e, portanto, são determinantes e criadoras de diretrizes dentro da governamentalidade.

Com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, no âmbito da ONU, foi estabelecido o direito ao alimento, sendo, posteriormente, a segurança alimentar entendida também como um direito (CLAPP, 2015). Destaca-se ainda que a academia teve influência no desenvolvimento do conceito de segurança alimentar e das normas internacionais ao trabalhar a soberania alimentar e o direito à comida. Novamente, pode-se identificar a influência do saber no estabelecimento da verdade, assim como a relação com a biopolítica com a importância do indivíduo e, conseqüentemente, da população. Clapp (2015, p. 10) ainda destaca que “essas ideias mais novas não suplantaram completamente as ideias mais antigas sobre a segurança alimentar que estavam enraizada na produção e na autossuficiência em nível nacional.” Percebe-se, portanto, novamente a racionalidade se moldando em sua evolução. Nesse caminhar, ao longo do tempo, a análise do tema foi expandida considerando os níveis globais e individuais, assim como diferentes dimensões da fome e da desnutrição (CLAPP, 2015). Nesse sentido, esse direito à comida recai na ideia de combate à insegurança alimentar como identificada na racionalidade.

A insegurança alimentar é considerada uma causa para a fome e para a desnutrição, portanto, é identificada como um desafio para os Estados. A desnutrição, em uma de suas formas, está presente em todos os países no mundo, destacando-se ainda que muitos países enfrentam múltiplas formas da desnutrição (UN - CFS, 2021). Os parâmetros de desnutrição da FAO procuram medir “a parcela da população que tem uma ingestão calórica (energia alimentar) insuficiente para atender às necessidades energéticas mínimas definidas como necessárias para uma determinada população” (OUR WORLD IN DATA, 2021). Assim, estariam incluídas tanto as pessoas que passam fome, tendo ingestão alimentar insuficiente, quanto aquelas pessoas que não passam fome, mas que também não ingerem nutrientes suficientes, incluindo motivos de desinformação por falta de educação alimentar ou escolha culminando em hábitos considerados não saudáveis ou de escolha limitada por questões financeiras.

A desnutrição, nesse sentido, é caracterizada por três formas distintas, situação nomeada como o “triplo fardo da desnutrição” (CLAPP, 2015, p. 10). Essas formas são a subnutrição (ou desnutrição crônica – na qual há fome), a deficiência de micronutrientes e a sobrenutrição (sobrepeso e obesidade), todas elas se associam com diversas formas de problemas de saúde e com o aumento da mortalidade (UN - CFS, 2021). Identificam-se a pobreza e as desigualdades em nível global, regional e nacional como “importantes causas subjacentes da fome e desnutrição em todas as suas formas” (UN - CFS, 2021, p. 2). Ademais, a questão de gênero, por exemplo, também se apresenta significativa no quadro da desnutrição, pois, de acordo com a FAO (2021a), tanto a fome moderada quanto a severa afetam mais mulheres do que homens em todas as regiões do mundo. Pontua-se ainda, conforme a ONU (2021), que a desnutrição crônica é um desafio significativo para conseguir concretizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual propunha como objetivo o fim da fome e desnutrição até 2030, visto no ODS 2 acima citado. Assim, para se compreender o quadro atual do problema da insegurança alimentar, a figura a seguir demonstra o número de pessoas afetadas pela fome no mundo em 2020.

FIGURA 2 – Geografia da Fome (People Affected by hunger in the World in 2020)

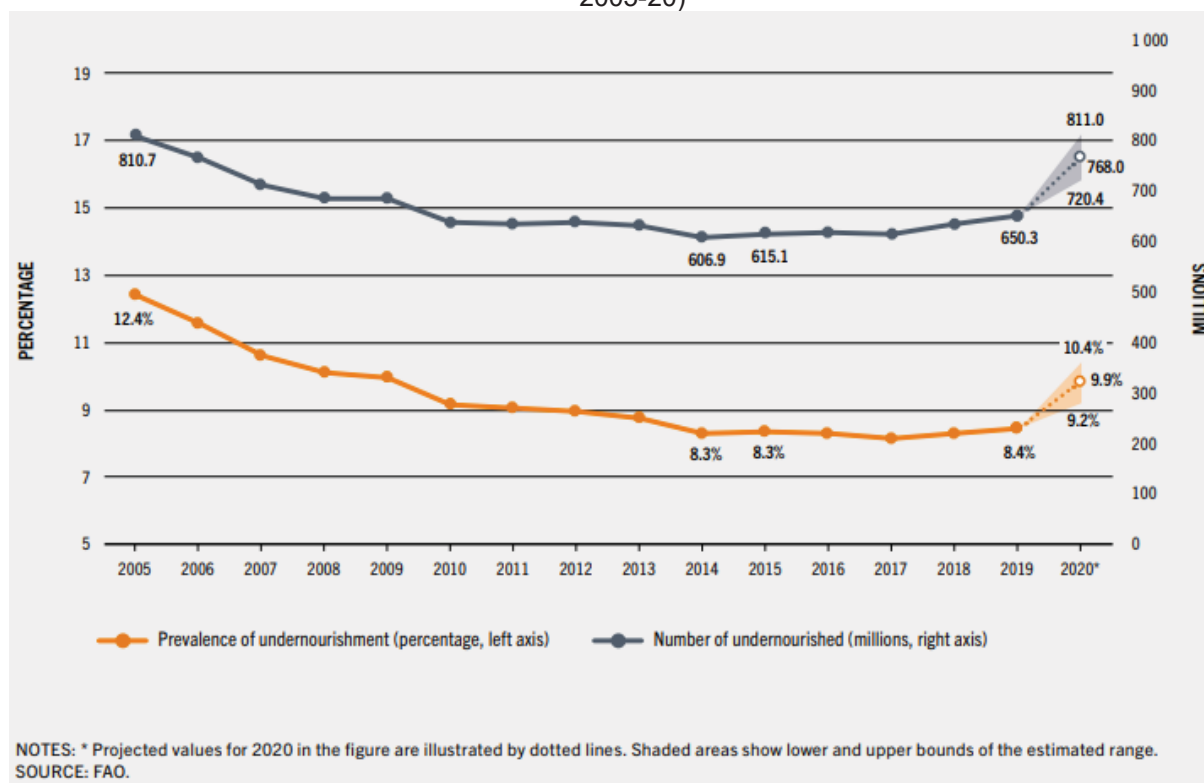


FONTE: (FAO, 2021a).

A partir do cenário retratado pela Figura 1, estimaram-se 768 milhões de pessoas desnutridas. Percebe-se com nitidez que o mundo em desenvolvimento é o

grande atingido pelo problema da desnutrição crônica, embora todos sejam afetados. Conforme a FAO (2015, p. 26), “uma nutrição adequada contribui para o desenvolvimento humano ajudando as pessoas a atingirem seu potencial completo e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo processo de desenvolvimento.” Pode-se depreender que há o ideal de se integrar o indivíduo à racionalidade, sendo produtivo para ela, ao fazer com que ele entre no sistema. Tendo em vista esse aspecto, para se compreender a proporção desse objetivo, pode-se observar o panorama da insegurança alimentar e sua evolução no mundo. A insegurança alimentar que acompanha a governamentalidade na atualidade é ilustrada no gráfico de evolução da desnutrição crônica de 2005 a 2020, demonstrada na figura a seguir:

FIGURA 3 – Desnutrição Crônica (The Number of Undernourishment People – percent in 2005-20)



FONTE: (FAO, 2021a).

A partir do cenário retratado pela figura 2, é notada uma diminuição, sobretudo entre 2005 e 2014, porém há uma estabilização e aumento a partir desse período. Percebe-se uma expressiva elevação em 2020. Nesse sentido, é importante ressaltar que, de acordo com a FAO (2021a), houve alteração na metodologia de pesquisa em 2020 tanto pela dificuldade de acesso aos dados devido ao COVID-19, quanto pelo interesse em medir o impacto da pandemia nos

tópicos analisados. Além disso, sobre a influência da pandemia sobre a insegurança alimentar, entende-se que os resultados não devem ser interpretados como referenciando “o isolado impacto da pandemia COVID-19 na insegurança alimentar, mas sim como uma indicação de que as pessoas percebem isso como um fator importante em seu acesso reduzido aos alimentos” (FAO, 2021a, p. 47). Sendo assim, a percepção dos que sofrem com o problema aponta para a pandemia, entretanto, apesar dela, a insegurança alimentar pode estar ancorada em questões sistêmicas. De qualquer forma, ainda de acordo com a instituição (2021a), embora haja dificuldade para averiguar de forma isolada o impacto da pandemia da COVID-19, esta foi de fato um elemento relevante que contribuiu para a deterioração do acesso das pessoas aos alimentos.

Tendo em vista a evolução dos dados dos últimos anos sobre a insegurança alimentar, “novas projeções confirmam que a fome não será erradicada até 2030, a menos que ações ousadas sejam tomadas para acelerar o progresso, especialmente ações para abordar desigualdade no acesso aos alimentos” (FAO, 2021a, p. 64). Para a FAO (2021a), as tendências desencorajadoras que já existiam antes da pandemia COVID-19 pioraram com ela. A África e a Ásia são as regiões mais críticas em relação à insegurança alimentar, sendo regiões com maior número de países de menor desenvolvimento relativo comparadas a outras regiões do planeta. De acordo com a FAO,

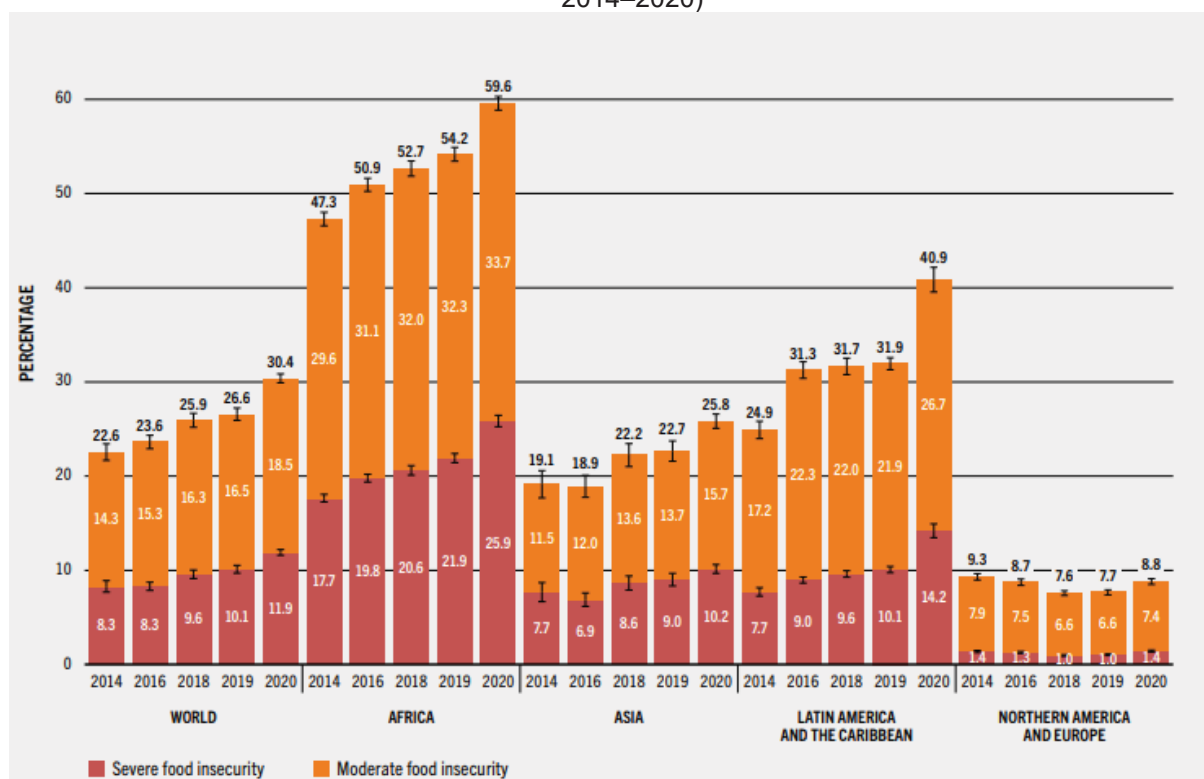
a maioria das crianças menores de cinco anos com desnutrição vive na África e na Ásia. Essas regiões são responsáveis por mais de nove em cada dez de todas as crianças com nanismo, mais de nove em cada dez crianças com definhamento e mais de sete em cada dez crianças com sobrepeso em todo o mundo (FAO, 2021a, p. xiii).

Esses dados sobre as regiões em desenvolvimento do globo, a partir da racionalidade, demonstram a necessidade de mudança desse quadro, de se buscar o desenvolvimento sustentável estabelecido como meta, verdade a ser alcançada dentro desse sistema estabelecido nas relações internacionais. Lembrando que um elemento chave na perspectiva de Foucault para a construção da governamentalidade está na relação da verdade com a razão de Estado. Nesse viés, parte-se do princípio de que quem governa não deveria conhecer somente a lei, mas deveria conhecer, também, os elementos que permitem “a manutenção do Estado em sua força ou o desenvolvimento necessário da força do Estado, para que ele não

seja dominado pelos outros e não perca sua existência perdendo sua força ou sua força relativa” (FOUCAULT, 2008a, p. 365). Esses elementos são a realidade do Estado, entendida por meio da estatística que se refere ao Estado, como dados de riqueza, dados populacionais de natalidade, de mortalidade, por exemplo. Assim, a partir do século XVIII, conforme Foucault (2008a), começa a se delinear a ideia de que para governar, portanto, havia a necessidade desse conhecimento técnico. Nesse sentido, para governar, exercer poder em uma governamentalidade global, são estabelecidos parâmetros internacionalizados propagados pelas instituições internacionais. Os dados relativos à segurança alimentar, dessa forma, representam um dos parâmetros para o desenvolvimento dentro dessa racionalidade neoliberal.

Para se analisar o quadro da insegurança alimentar no período em que houve uma estabilização dos índices de desnutrição crônica, sendo este a partir de 2014, conforme indicado na figura 2, a figura a seguir retrata o quadro atual da insegurança alimentar severa e da moderada, no mundo e por região:

FIGURA 4 – Insegurança Alimentar Severa e Moderada (Moderate or Severe Food Insecurity 2014–2020)



FONTE: (FAO, 2021a).

Primeiramente, é importante se observar nessa figura que se considera, além da forma severa, a forma moderada de insegurança alimentar, a qual não

aparece anteriormente na Figura 2. Dessa maneira, a partir do cenário mostrado pela Figura 3, nota-se que esse período de 2014 em diante, na verdade, apresentou de forma geral um aumento constante dos números, mesmo sendo menor comparativamente ao período anterior, como observado acima. Esse aumento retratado na Figura 3, portanto, demonstra que as previsões de redução da insegurança alimentar como argumentado pela FAO não se concretizaram. Entende-se, a partir daí e das constatações da própria FAO (2021a) que, “globalmente, a desnutrição em todas as suas formas continua a ser um desafio”. Nesse viés, para se compreender essa problemática, parte-se para um entendimento sistêmico ao se considerar o sistema alimentar existente.

4.2 SISTEMA ALIMENTAR SOB A PERSPECTIVA DE FOUCAULT

Esse entendimento sistêmico é, porém, também setorizado ao se compreender o funcionamento da ideia de um sistema alimentar. Nesse sentido, tem-se que os sistemas alimentares nacionais conectam-se a um sistema alimentar global, sendo este composto por aqueles. A princípio pode-se pontuar que, conforme Paula e Delgado, “um sistema alimentar global é [...] formado por fatores e agentes que trazem países dispersos e atividades agrícolas em um único ambiente, de acordo com o processo de acumulação de capital estabelecido globalmente” (2016, p. 122). Em uma visão foucaultiana, esses fatores, agentes e processo descritos demonstram a governamentalidade global em ação, com agentes exercendo poder e alimentando fatores e processos em um círculo de funcionamento. Dentro dessa racionalidade, foi desenvolvida a ideia de um sistema alimentar sustentável como modelo a ser atingido. Assim,

um sistema alimentar sustentável é aquele que oferece segurança alimentar e nutricional para todos, de forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras não sejam comprometidas. Isso significa que é totalmente rentável, garantindo a sustentabilidade econômica, tem amplos benefícios para a sociedade, garantindo a sustentabilidade social, e que tem um impacto positivo ou neutro sobre o meio ambiente de recursos naturais, salvaguardando a sustentabilidade do meio ambiente” (FAO, 2021b).

Como são observados desafios para se alcançar a segurança alimentar para todos de acordo com esse modelo descrito, como demonstrado nas figuras acima, procura-se entender o que afeta o sistema alimentar global, ou como este poderia

ser lapidado para esse fim. Primeiramente, entende-se que a segurança alimentar nesse ideal é compreendida a partir de quatro pilares que são a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade (CLAPP, 2015). Nesse viés, o alimento deve estar disponível, ser acessível em qualidade e quantidade que permitam a nutrição dentro das preferências alimentares proporcionando aos indivíduos uma vida ativa e saudável. Para se garantir a segurança alimentar, portanto, essa situação deve ser estável ao longo do tempo. Assim, para se alcançar essa segurança, os sistemas alimentares nacionais, assim como o global, devem proporcionar o meio para a concretização desses pilares.

Conforme a FAO (2021b), problemas como a urbanização, o rápido crescimento populacional, as mudanças nos padrões de consumo, os conflitos de paz são exemplos de desafios aos sistemas alimentares no sentido de se conseguir “fornecer alimentos nutritivos e de contribuir para melhorar as oportunidades de subsistência de uma forma ambientalmente sustentável.” Além de problemas econômicos e sociais como os anteriormente citados, problemas ambientais tais como degradação da terra e perda da biodiversidade, mudança climática e eventos climáticos extremos, também afetam os sistemas alimentares. Abordar todas essas complexidades de uma maneira holística e sustentável é destacado pela FAO (2021b) como um caminho para a solução da problemática do sistema alimentar.

Da mesma forma, ao analisar essa problemática do sistema alimentar, Paula (2017, p. 165) considera que “os sintomas da insegurança alimentar não se devem apenas às suas limitações produtivas ou incapacidade de oferta.” Um problema apontado, por exemplo, é o uso de áreas cultiváveis em países em desenvolvimento por empresas de países desenvolvidos com a finalidade de produzir biocombustíveis impactando na biodiversidade. Observa-se, nesse sentido, a financeirização do sistema, seja por meio da reorganização das cadeias agroalimentares pelas corporações globais ou por meio da desconexão de commodities do mercado real de produção ao convertê-las em derivativos (DOLZAN, 2017) (em outra investigação dessa autora). Outro fator levantado é o impacto da liberalização comercial na segurança alimentar, com impactos não apenas positivos (DOLZAN, 2017). Nessas situações, depreende-se que o exercício do poder é um fator de influência no contexto da segurança alimentar demonstrando, assim, o funcionamento da racionalidade.

No caso do comércio internacional a discussão recai sobre os impactos da liberalização e da proteção comerciais sobre a segurança alimentar. A premissa das instituições internacionais é a liberalização, preconizada na racionalidade neoliberal. Embora essa seja a norma no sistema, é importante destacar que “em se tratando das nações desenvolvidas com maior influência nas instituições multilaterais, dificilmente seus governos transferirão ao comércio internacional o papel de abastecimento alimentar e de ajuste de suas fragilidades” (PAULA, 2017, p. 200). Por outro lado, os países em desenvolvimento estão mais expostos ao fluxo do sistema comercial, enfrentando desafios de exercício do poder, o que pode impactar seus sistemas alimentares podendo comprometer a segurança alimentar em seus territórios.

Dados de comércio internacional demonstram que mesmo países exportadores de alimentos sofrem com a insegurança alimentar. De acordo com Dolzan (2017), ao analisar as exportações de alimentos da Índia no período de 2014-2016, foi constatado que o país apresentava superávit comercial de 18 bilhões de dólares na exportação de alimentos, porém, 15% de sua população ainda sofria com a insegurança alimentar. Nesse mesmo período, o país agia por meio de uma coalizão de países em desenvolvimento no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) – o G33 – e, também, individualmente com o objetivo de aprovar normativa que permitisse subsidiar estoques públicos de alimentos com a finalidade de garantir a segurança alimentar. Dessa forma, para essa situação, na normativa da OMC, a qual preconiza o liberalismo, foi aprovada uma cláusula protecionista, porém de caráter temporário. Essa medida, portanto, compõe a racionalidade como verdade estabelecida, apesar disso, como apresenta caráter temporário, pode também ser interpretada como reforço da verdade de liberalização estabelecida.

Tendo em vista a preconização do liberalismo no sistema comercial, ao analisar os impactos da liberalização na segurança alimentar a partir dos quatro pilares da segurança alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade), Dolzan (2017) estabelece o entendimento de que embora possam haver resultados positivos com a liberalização comercial, resultados negativos também persistem a partir dela. Assim, no quadro a seguir, pode-se observar, tendo em vista esses quatro pilares da segurança alimentar, os possíveis fatores positivos e negativos identificados pela autora ao se promover o livre comércio de alimentos.

QUADRO 1 – Os possíveis efeitos da liberalização do comércio sobre as dimensões da segurança alimentar (The possible effects of trade liberalization on dimensions of food security)

Dimensões/ Pilares da segurança alimentar	Possíveis Efeitos Positivos	Possíveis Efeitos Negativos
Disponibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O comércio aumenta as importações e aumenta tanto a quantidade quanto a variedade de alimentos disponíveis. ▪ Efeitos dinâmicos na produção doméstica: uma maior concorrência do exterior pode desencadear melhorias na produtividade através de maiores investimentos, P&D, melhora de tecnologia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nos países exportadores de alimentos, preços internacionais mais altos podem desviar parte da produção anteriormente disponível para consumo interno para exportações, reduzindo potencialmente a disponibilidade doméstica de alimentos básicos. ▪ Nesses países, os produtores nacionais incapazes de competir com as importações provavelmente reduzirão a produção, reduzindo o suprimento interno e os importantes efeitos multiplicadores das atividades agrícolas nas economias rurais.
Acesso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nos países importadores de alimentos, os preços normalmente diminuem quando a proteção das fronteiras é reduzida. ▪ Nos setores competitivos, é provável que os rendimentos aumentem como resultado de um maior acesso ao mercado para as exportações. ▪ Os benefícios macroeconômicos da abertura comercial, como crescimento das exportações e investimento direto estrangeiro, apoiam o crescimento e emprego aumentando a renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para os países exportadores de alimentos, os preços internos dos produtos exportáveis podem aumentar. ▪ O emprego e os rendimentos nos setores sensíveis e que competem com as importações podem diminuir.
Utilização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma maior variedade de alimentos disponíveis pode promover dietas mais equilibradas e acomodar preferências e gostos. ▪ A segurança e a qualidade dos alimentos podem melhorar se os exportadores dispuserem de sistemas nacionais de controle mais avançados, ou se as normas internacionais forem aplicadas de forma mais rigorosa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A maior dependência de alimentos importados tem sido associada ao aumento do consumo de alimentos de alto valor calórico e de baixo valor nutritivo, mais baratos e mais facilmente disponíveis. ▪ A priorização das exportações de commodities pode afastar a terra e os recursos da produção de alimentos nativos, muitas vezes superiores do ponto de vista nutricional.

Estabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As importações reduzem o efeito sazonal sobre a disponibilidade e os preços de alimentos. As importações atenuam os riscos da produção local. Os mercados globais são menos propensos a choques relacionados à política ou ao clima. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para os países importadores de alimentos, depender dos mercados globais e das políticas de livre comércio reduz o espaço político para lidar com os choques. Esses países podem ser vulneráveis a mudanças na política comercial por parte dos exportadores, como as proibições de exportação. ▪ Os setores em estágios iniciais de desenvolvimento podem se tornar mais suscetíveis a choques de preços e/ou a aumentos de importações.
---------------------	--	---

FONTE: (DOLZAN, 2017, p. 57) – sendo originalmente (FAO, 2015, p. 34) com adaptações da autora.

Ao analisar esse quadro dos possíveis efeitos negativos e positivos do comércio para a segurança alimentar, Dolzan (2017, p. 58) procurou compreender “se uma abordagem liberal de comércio realmente seria a solução para o comércio de alimentos ao invés do protecionismo, funcionando como uma estratégia adequada para a manutenção da segurança alimentar”. Assim, os pilares da segurança alimentar, também nomeados de dimensões, foram avaliados individualmente, sendo aqui pontuados alguns desafios elencados pela autora. Em relação à disponibilidade, para a autora (2017, p. 58), “o efeito positivo de aumento de variedade de alimentos, por exemplo, é limitado quando se considera que o processo de especialização da produção não prioriza produtos nativos, sendo que muitos deixam de ser produzidos”, assim, avalia-se que o problema da falta de autossuficiência alimentar pode estar sendo causado pela redução real da variedade, sendo por redução da produção por consequência do aumento de importações e pela especialização na produção. Além disso, a partir da “redução dos multiplicadores positivos” na atividade agrícola, aponta-se para a ocorrência de êxodo rural, podendo causar empobrecimento, tanto no meio rural quanto no urbano, potencializando a escassez de alimentos e a insegurança alimentar. Problema esse, conforme Dolzan (2017, p. 58), levantado no âmbito da OMC por países em desenvolvimento.

Em relação ao acesso, considera-se que, em alguma medida, o funcionamento do livre comércio pode não ocorrer como o idealizado. Nesse sentido, observa-se que ao se optar pela exportação, pode ser causada falta interna de alimentos (DOLZAN, 2017). Para Dolzan (2017), de forma agravada, o sistema pode resultar em perda de autossuficiência e desabastecimento em decorrência do

foco na produção para exportação de um tipo de produto, deixando-se de produzir outros. A partir disso, os efeitos positivos da liberalização comercial podem não se concretizar, ao invés de aumento da renda, por exemplo, poderia haver redução de poder aquisitivo. Em relação à utilização, avalia-se que “o efeito positivo sobre haver controles e normas para a qualidade dos alimentos pode ser controverso, tendo em vista que podem se caracterizar barreiras não-tarifárias, sendo políticas anti-liberais” (DOLZAN, 2017, p. 59). Embora a autora ressalte a inegabilidade de efeitos positivos, como a possibilidade de melhoras nutricionais pelo aumento da disponibilidade e da variedade de alimentos em consequência do comércio internacional, destaca-se que o funcionamento do sistema alimentar tem levado países a escassez de alimentos e tem propagado a alimentação a partir de produtos industrializados que são considerados de menor potencial nutritivo. Ademais, ainda se estabelece que a priorização das commodities pode, por vezes, ocorrer em detrimento de alimentos nativos de maior valor nutricional (DOLZAN, 2017).

Em relação à estabilidade, ao se observarem as exportações, essas retratariam a homogeneização de produção e consumo impulsionada pelo sistema alimentar (DOLZAN, 2017). Além disso, observando-se o argumento de reduzir a sazonalidade, as importações seriam priorizadas em detrimento da produção local, podendo colaborar com essa homogeneização. Assim, avaliou-se que,

De acordo com os efeitos positivos, por meio do comércio se atenuariam os riscos da produção local, entretanto, ao mesmo tempo esta estaria sendo gradativamente agravada e desmantelada em alguns países. Ademais, a estabilidade propiciada pelos mercados globais parece ilusória, pois a transformação das commodities em derivativos no mercado financeiro pode agravar ainda mais as instabilidades desse mercado. Desse modo, o único ponto que ainda parece positivo é o fato de que as importações podem atenuar os efeitos causados por problemas climáticos, por exemplo. Em relação aos efeitos negativos, os países importadores de alimentos ficam vulneráveis a mudanças na política comercial, mas também nas políticas cambial, alimentar de outras nações. Essa vulnerabilidade, sobretudo gerada por um sistema global unificado, é uma importante causadora de insegurança alimentar, sendo seus efeitos percebidos na crise de 2007 (DOLZAN, 2017, p. 59–60).

Tendo como base os argumentos acima mencionados a respeito dos possíveis efeitos da liberalização comercial sobre a segurança alimentar, a autora avaliou que embora existam efeitos positivos, efeitos negativos persistem, portanto, “o sistema agroalimentar, por meio das relações comerciais globais aí formadas, acaba criando situações de insegurança alimentar” (DOLZAN, 2017, p. 60). Nesse

sentido, desde o período dessa análise em 2017, apesar de uma desaceleração, continuou a se observar o aumento da insegurança alimentar em âmbito global, como retratado na Figura 3 anteriormente analisada. Nesse aspecto, há espaço para investigação e questionamentos em relação ao funcionamento do sistema agroalimentar. Com base em uma visão da perspectiva de Foucault, a partir dessa ideia de possíveis efeitos da liberalização, que por vezes são conforme o esperado, por vezes não o são, aponta-se, possivelmente, para o entendimento de Joseph (2009) sobre o funcionamento da governamentalidade global. Nesse viés, considera-se que esta não se caracteriza como uma prática universalmente aplicável, somando-se a isso, os países em desenvolvimento estariam subjugados às condições sociais de seus estágios de desenvolvimentos (JOSEPH, 2009). Assim, para Joseph (2009), a governamentalidade não se daria da mesma forma para países desenvolvidos e em desenvolvimento, apresentando-se aqui a problemática da heterogeneidade entre os Estados. Pode-se depreender que o sistema afeta de forma desigual os países. Apesar disso, ela não tem ação aleatória, portanto, a racionalidade é onipresente e age impactando os Estados de diferentes modos e intensidades.

Ainda se ressalta que, conforme Paula e Pessali (2014), com a crise alimentar de 2007-2008 foi dada mais atenção ao problema relativo à segurança alimentar em âmbito multilateral, não se limitando ao local, com redirecionamento da agenda de instituições como a do Banco Mundial. Apesar das ações tomadas globalmente em prol da segurança alimentar, os objetivos acordados mundialmente ainda são percebidos como desafiadores. De acordo com o documento da FAO “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo de 2021”, a instituição conclui que “com menos de uma década para 2030, o mundo não está no caminho certo para acabar com a fome mundial e a desnutrição; e no caso da fome mundial, estamos nos movendo na direção errada” (FAO, 2021a, p. xxii). Dessa maneira, apesar de políticas internacionais voltadas a esse fim, o funcionamento do sistema tem gerado resultado insatisfatório para o objetivo. Nesse sentido, é levantada a problemática de que:

a compreensão da insegurança alimentar requer, dessa forma, um olhar para além dos limites do sistema agroalimentar, observando como as sociedades estão social, econômica e politicamente organizadas e como se inserem nas relações com o resto do mundo. Não se trata de atribuir aqui tal fenômeno apenas à incapacidade das comunidades locais de prover os

meios necessários para sua sobrevivência, mas as estruturas mais amplas nas quais são definidos os padrões de acumulação e distribuição da riqueza (PAULA, 2017, p. 166).

Pode-se estabelecer uma leitura desse entendimento a partir de Foucault, tendo em vista a análise sobre elementos que impactariam na insegurança alimentar. Assim, ao olhar por uma perspectiva foucaultiana, a ideia de um sistema agroalimentar, impactado pelo meio como as sociedades estão organizadas, reflete esse contexto da governamentalidade global, estabelecida como essa estrutura mais ampla de organização. Essa racionalidade neoliberal é refletida a partir de diretrizes e normas das instituições globais, que se estendem não apenas ao econômico, mas social, político, individual. Esse reflexo, porém, é a instrumentalização de ações, de saber e de intervenções políticas, compreendendo-se as relações de poder como micro relações de poder, ascendentes, as quais vão da sociedade para o Estado e do Estado para o global, do micro para o macro.

Na continuidade da análise do autor, ao abordar o sistema agroalimentar global, Paula (2017, p. 167) entende que, “diante de tal cenário, a insegurança alimentar ganha um traço de normalidade, um sintoma endêmico dos desequilíbrios inerentes à organização econômica global e da incapacidade de Estados nacionais e instituições supranacionais de contê-los.” Embora o autor apresente uma análise voltada aos fenômenos econômicos, do mesmo modo, pode se aplicar a perspectiva foucaultiana a esse entendimento. Nesse viés, traz-se a noção de normalização de Foucault, em esse “traço de normalidade”. Ademais, com a ideia de como o sistema se apresenta, por exemplo, a partir da incapacidade do Estado pode se estabelecer a responsabilidade do sujeito. Desse modo, depreende-se que o funcionamento do sistema recai sobre a responsabilização do indivíduo, da resiliência anteriormente citada. Na visão foucaultiana, parte-se do princípio de que a política de verdade do Estado se liga a trabalhar a opinião das pessoas, delas como sujeito-objeto de um saber, “de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos” (FOUCAULT, 2008a, p. 365). Como esse desequilíbrio da organização econômica global é um fato fora do alcance de Estados e das instituições internacionais, estes vão auxiliar para que o indivíduo possa corrigir suas debilidades.

Após ações que não cumpriram as expectativas dos objetivos esperados de nutrição e segurança alimentar, uma reanálise é proposta pela FAO em seu relatório de 2021 em relação aos passos necessários para que o sistema alimentar reverbere uma situação de segurança alimentar. São seis caminhos recomendados possíveis como forma de:

abordar os principais motores da insegurança alimentar e desnutrição e garantir o acesso a preços acessíveis e dietas saudáveis para todos, de forma sustentável e inclusiva. São eles: 1) integração humanitária, políticas de desenvolvimento e consolidação da paz em áreas afetadas por conflitos; 2) intensificação da resiliência em todos os sistemas alimentares; 3) fortalecimento da resiliência dos mais vulneráveis à adversidades econômicas; 4) intervenção junto às cadeias de abastecimento de alimentos para reduzir o custo de alimentos nutritivos; 5) combate à pobreza e às desigualdades estruturais, garantindo que as intervenções sejam inclusivas e a favor dos pobres; e 6) fortalecimento dos ambientes alimentares e mudança do comportamento do consumidor para promover padrões de dieta com impactos positivos na saúde humana e no meio ambiente (FAO, 2021a, p. 22).

Essa proposta da FAO dos seis caminhos reflete um círculo de funcionamento a partir da tríade verdade, saber e poder, tendo em vista o espectro de uma abordagem foucaultiana. Nesse sentido, está expresso no conteúdo desses seis caminhos o saber, este ao ser expresso, portanto, torna-se verdade estabelecida refletindo o exercício do poder. O poder alimenta, permite a escolha de novos saberes e verdades. Além disso, ainda ao se observar esses caminhos propostos, pode-se entender que três deles estabelecem um foco maior no indivíduo (2, 3 e 6), enquanto os outros apresentam uma amplitude sistêmica. Todos, porém, estabelecendo uma relação de biopolítica, sendo um fim a população e o indivíduo, portanto, refletindo a governamentalidade global. Assim, a seguir, no próximo capítulo, procura-se entender por meio da análise de projetos do Banco Mundial com foco no tema nutrição e segurança alimentar como se instrumentaliza essa governamentalidade global.

5 BANCO MUNDIAL COMO DETERMINANTE DAS DIRETRIZES PARA NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR, OS EFEITOS DE EXERCÍCIO DE PODER E A MATERIALIDADE DA GOVERNAMENTALIDADE GLOBAL

Nesse capítulo serão analisados projetos de financiamento do Banco Mundial em países em desenvolvimento. Os projetos selecionados têm como foco o tema nutrição e segurança alimentar, apresentando viés na esfera social como impulsionadora da econômica. Nesse sentido, foram selecionados oito projetos referentes à temática nutrição e segurança alimentar identificados dentro do tópico da agricultura e relacionados à administração pública. Por meio dos projetos percebe-se a conexão da tríade verdade, saber e poder expressa em diretrizes refletindo a governamentalidade global. Ao incorporar as diretrizes, os países alteram suas políticas, seus modos sociais. Desse modo, independentemente de um resultado considerado positivo ou negativo, a proposta é observar essa racionalidade neoliberal em movimento, se materializando ao ser aplicada, nesse caso, pelo Banco Mundial. Para esse fim, é realizada uma primeira análise descritiva dos projetos. Posteriormente, são analisados os projetos a partir das Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial, abordadas no capítulo 3, e a partir do ODS 2, abordado no capítulo 4. Após essa análise, para se compreender o exercício do poder e como a governamentalidade global se materializa, serão identificados quatro aspectos e compreendidos seus funcionamentos possibilitando a observação dessa materialização a partir de um modelo construído nomeado de Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana.

5.1 PROJETOS DE NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR RELACIONADOS AO SETOR DE AGRICULTURA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nessa seção serão analisados projetos de financiamento do Banco Mundial, sendo esses selecionados dentro do setor de agricultura com foco na administração pública e dentro da temática nutrição e segurança alimentar. Para essa seleção, foi acessado o site do Banco Mundial, na aba “what we do” (o que fazemos), o qual permite a triagem de projetos por setor. O setor selecionado foi o de agricultura, dentro dele foram escolhidos os projetos do subsetor nomeado de “administração

pública – agricultura, pesca e silvicultura”. Assim, seiscentos e trinta projetos foram identificados. A partir daí foi selecionado o tema “nutrição e segurança alimentar” e, também, o tipo de financiamento, escolhendo-se projetos financiados pelas instituições “IBRD e IDA” (BIRD e AID). Além disso, ambos os status do projeto de ativo quanto de encerrado foram considerados. A partir de todos esses parâmetros o resultado foi filtrado para oito projetos, os quais estão elencados na figura a seguir.

FIGURA 5 – Projetos de Agricultura e Administração Pública com foco em “Nutrição e Segurança Alimentar”

Project Title	Country	Project ID	Commitment Amount	Status	Approval Date	updated Date
Additional Financing for the Nepal Social Safety Nets Project	Nepal	P120538	47.77	Closed	May 26, 2010	September 30, 2013
Relaunching Agriculture: Strengthening Agriculture Public Services II Project (GAFSP - IDA)	Haiti	P126744	40.00	Active	December 1, 2011	October 13, 2021
Bangladesh Modern Food Storage Facilities Project	Bangladesh	P120583	210.00	Active	December 30, 2013	September 13, 2021
Second Agricultural Growth Project	Ethiopia	P148591	430.00	Active	March 31, 2015	November 6, 2021
Second Additional Financing to Third National Fadama Development Proj	Nigeria	P158535	50.00	Active	June 7, 2016	June 15, 2016
AFR RI-Regional Great Lakes Integrated Agriculture Development Project	Eastern Africa	P143307	150.00	Active	June 21, 2016	November 1, 2021
National Program for Innovation in Fisheries and Aquaculture	Peru	P155902	40.00	Active	January 27, 2017	August 30, 2021
Malawi Agricultural Commercialization Project	Malawi	P158434	95.00	Active	May 23, 2017	November 4, 2021

FONTE:(THE WORLD BANK, 2021c).

De acordo com os projetos da Figura 4, ainda se pode destacar que do total desses projetos, sete são financiados pela AID e um, o do Peru, é financiado pelo BIRD. Essa diferenciação de instituição de financiamento, no caso dos projetos acima elencados, pode ser estabelecida devido à classificação dos países conforme estabelecido pela ONU (2021b), instituição componente da racionalidade. De acordo com o saber estabelecido como verdade, observa-se que os países que receberam financiamento pela IDA são classificados como países de menor desenvolvimento relativo: Nepal, Haiti, Bangladesh, Etiópia, Nigéria e Malauí (ONU, 2021b). No caso

da África do Leste (Eastern Africa), de acordo com o entendimento do Banco Mundial, essa região englobaria República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda e Tanzânia, sendo todos também considerados como países de menor desenvolvimento relativo de acordo com a ONU (2021b). O Peru é considerado um país em desenvolvimento, sendo o único projeto acima financiado pelo BIRD, pois, nesse caso, o país também arca com uma parte do financiamento, sendo um autofinanciamento. Ademais, além de financiamento, alguns desses projetos receberam conjuntamente doações, sendo o do Nepal, do Haiti, de Bangladesh, da Etiópia e da África do Leste. Ainda se destaca que esses projetos apresentam início de 2010 a 2017. A partir disso, a seguir, é trazida uma visão geral desses projetos selecionados da temática de nutrição e segurança alimentar.

5.1.1 Visão Geral dos Projetos Selecionados

Nepal

O primeiro projeto a ser analisado é o projeto do Nepal P120538 iniciado em 2010 e atualmente encerrado. Esse é um projeto com intuito de solicitar financiamento adicional a um projeto iniciado em 2008 criado com base nas políticas estabelecidas no país para conter os efeitos da crise alimentar de 2008. Os objetivos de desenvolvimento do Projeto Reestruturado de Redes de Segurança Social é o de “melhorar o acesso a alimentos nutritivos para famílias com alta insegura alimentar no curto prazo e criar oportunidades para produção agrícola em distritos de insegurança alimentar.” (THE WORLD BANK, 2010a) O valor adicional de aproximadamente 47 milhões de dólares está dividido em 23 milhões em crédito e o restante como doação, ambos angariados por meio da IDA.

Em 2010, ano de início do projeto, o Nepal possuía 27 milhões de habitantes, sendo que, de acordo com o Banco Mundial (2010c), 3,7 milhões se encontravam em situação de insegurança alimentar, correspondendo esse valor a 13,7% do total dessa população. Tendo em vista esse cenário, o financiamento adicional concedido pelo Banco Mundial tinha como alvo o financiamento de atividades do projeto com o objetivo de melhorar a produção agrícola e o impacto nutricional, principalmente por meio de alimentos e dinheiro concedidos a programas de obras públicas como forma de aumentar a produção agrícola em áreas de insegurança alimentar (THE WORLD BANK, 2010c). Nesse sentido, os créditos do

projeto seriam aplicados em três grupos de componentes, os programas de obras públicas para segurança alimentar, a ação do Ministério da Agricultura em soluções agrícolas e o conjunto de coordenação, avaliação e monitoramento do projeto.

No primeiro componente, de acordo com o Banco Mundial (2010a), os créditos seriam empregados também em três vertentes: dinheiro e comida para programas de trabalho, saúde e nutrição e reforço de redes de segurança. Os esquemas de pagamentos de obras públicas implementados no âmbito do projeto são de três tipos: alimentos para ativos, dinheiro para ativos e alimentos e dinheiro para ativos (THE WORLD BANK, 2012). No primeiro caso, os beneficiários são compensados por sua participação com alimentos. No segundo, os beneficiários são compensados tendo em vista a equivalência de um padrão alimentar com salários em dinheiro. O terceiro é um caso híbrido, em que parte do salário é distribuído em alimentos e parte em dinheiro. Para se reforçar as redes de segurança já existentes, o objetivo foi o de melhorar a eficiência nos pagamentos dos trabalhos em obras públicas, melhorar a responsabilidade de gerenciamento e administração dos programas relacionados às redes de segurança e, por fim, melhorar os sistemas de monitoramento.

O segundo componente diz respeito às ações do Ministério da Agricultura do país em relação à disponibilidade de sementes melhoradas e fertilizantes. Havia deficiência desses itens, sendo que para adequar o acesso a fertilizantes seriam necessárias ações regionais, enquanto o acesso a sementes poderia ser resolvido localmente, por meio do trabalho no desenvolvimento de estrutura de organização para o acesso a sementes nativas do Nepal. Assim como os componentes anteriores, o terceiro componente também envolve melhora nos processos da administração pública (embora a ênfase maior do projeto como um todo recaia sobre proteção social e cultivo). Esse componente com foco no conjunto de coordenação, avaliação e monitoramento do projeto, foi elaborado para permitir a continuidade do projeto, com a avaliação de beneficiários e o monitoramento independente desse (THE WORLD BANK, 2010a).

Esse projeto do Nepal, já foi encerrado, sendo o único entre os projetos analisados com esse status, como anteriormente citado. A avaliação dos resultados do projeto disponibilizada pelo Banco Mundial é positiva. De acordo com a instituição (2012), o programa financiado pelo projeto apoiou mais de 1 milhão de pessoas, sendo aproximadamente 756 mil nos distritos do centro e extremo oeste do Nepal.

Ademais, foram empregados 168.263 trabalhadores. Essa ajuda apoiou a melhora da suficiência alimentar nas famílias mais vulneráveis. Além disso, o programa contemplou reabilitação e recuperação de áreas de infraestrutura acometidas por inundações; formações profissionais envolvendo esquemas de irrigação e água potável; e construção e reabilitação de edifícios comunitários, pontes e estradas rurais. Também houve o apoio à distribuição de pó de micronutrientes para crianças. Vale ressaltar ainda que o programa beneficiou mulheres grávidas, crianças, idosos, viúvas, deficientes, sendo esses grupos compreendidos como os que mais correm risco frente à insegurança alimentar, conforme exposto no capítulo anterior.

Haiti

O projeto de financiamento junto ao Banco Mundial do Haiti P126744, nomeado de Fortalecimento dos Serviços Públicos para Agricultura II, foi aprovado em dezembro de 2011. Esse projeto previa um montante de 50 milhões de dólares em recursos, sendo 40 milhões de dólares pela IDA e 10 milhões pelo Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar (PGASA – Global Agriculture And Food Security Program – GAFSP – sigla em inglês). Destaca-se ainda que o projeto do Haiti foi um dos projetos selecionados que, além de financiamento, também receberam doações. Nesse caso, a princípio, o aporte disponibilizado pela IDA foi integralmente reportado como doação. Em 2017, depois do furacão Matthew de 2016, conforme o Banco Mundial (2019), o projeto recebeu um financiamento adicional de 35 milhões de dólares, concedido por meio da Janela de Resposta a Crises (JRC – Crisis Response Window – CRW – sigla em inglês) da IDA.

Os objetivos que compunham o projeto de desenvolvimento originalmente eram os de fortalecer a capacidade do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) do Haiti e os de definir e de implementar uma Estratégia Nacional de Extensão Agropecuária. Essa estratégia objetivava “o aumento no acesso de pequenos agricultores a serviços de extensão e treinamento em saúde animal e vegetal em regiões prioritárias e prestaria assistência financeira no caso de uma emergência no setor agrícola” (THE WORLD BANK, 2019, p. 3). Entretanto, devido a capacidade limitada do MARNDR para gerir projetos desse porte e com essa complexidade, a implementação do projeto sofreu atrasos substanciais.

A partir desse cenário, houve a necessidade de reestruturação do projeto, a qual ocorreu em 2015. Por meio dessa se incorporou apoio a serviços sanitários e fitossanitários, introdução de subsídio à agricultura e redução do escopo de subvenção do Mecanismo de Apoio ao Mercado. Uma segunda reestruturação ocorreu em 2017 em consequência dos efeitos do furacão sobre o país. A magnitude desse desastre natural paralisou todas as atividades do projeto, exigindo um novo recomeço, sobretudo, para as atividades na região sul. Assim, “na sequência do furacão, o projeto se concentrou em atividades de resposta a emergências, fornecendo pagamento pelo trabalho para 4.415 beneficiários e insumos e serviços agrícolas para 8.031 agricultores” (THE WORLD BANK, 2019, p. 4). Diante desse cenário, a reestruturação das atividades do projeto envolveu o acionamento de uma nova salvaguarda (sendo trabalhada a seguir nesse capítulo) e a prorrogação do prazo de encerramento do projeto. Todas essas reestruturações, portanto, impactaram na alteração de objetivos de desenvolvimento do projeto e em seus resultados.

Após as dificuldades de cumprimento, sejam elas pela limitação do aparato administrativo governamental ou pelas consequências do desastre natural, a nova proposta de objetivos do projeto de desenvolvimento foi reformulada após as reestruturações acima citadas, sendo estabelecidos quatro focos principais (THE WORLD BANK, 2019, 2021i). Nesse sentido, a melhora na capacidade do Ministério da Agricultura do país para fornecer e/ou facilitar o acesso a serviços no setor agrícola permanece. Em segundo lugar, está o aumento ao acesso a mercado para pequenos produtores e a melhora na segurança alimentar para áreas determinadas. Além disso, procura-se melhorar os meios de subsistência em áreas afetadas pelo furacão e, finalmente, desenvolver a habilidade do governo do país em responder de forma rápida e eficaz a emergências elegíveis.

Bangladesh

O projeto de desenvolvimento de Bangladesh P120583, nomeado de Projeto de Instalações Modernas de Armazenamento de Alimentos, tem como objetivo geral o de “aumentar a reserva de grãos disponível para as famílias atenderem suas necessidades pós-desastre e melhorar a eficiência do gerenciamento de armazenamento de grãos” (THE WORLD BANK, 2013a, p. 8). O projeto foi aprovado em 2013. Naquele contexto, embora o país tivesse apresentado na década anterior

crescimento econômico e declínio constante da pobreza, considerava-se que o histórico de desastres naturais do país continuava a afetar severamente o acesso e a disponibilidade de alimentos para os pobres e vulneráveis, sendo a regularidade desses desastres causa de sérios danos à infraestrutura e ao setor agrícola (THE WORLD BANK, 2013a). Desse modo, reestabelecer o setor com agilidade colaboraria no enfrentamento do problema da insegurança alimentar no país.

O financiamento total concedido pelo Banco Mundial ao projeto é de 210 milhões de dólares. Além desse valor, o projeto de desenvolvimento receberá em doações mais 25 milhões de dólares do Fundo de Resiliência às Mudanças Climáticas de Bangladesh e 5 milhões de dólares de contribuição do beneficiário, totalizando 240 milhões de dólares. Nesse caso, também se observa um autofinanciamento. Esse orçamento foi dividido em três componentes de ação de acordo com o Banco Mundial (2013a). No primeiro, relacionado à construção de instalações modernas de silos de armazenamento de grãos, estão disponibilizados 195 milhões de dólares. No segundo, relacionado ao apoio ao Programa de Planejamento e Monitoramento de Alimentos e Mercado, estão disponibilizados 25 milhões de dólares. E, o terceiro, dispõe de 20 milhões de dólares para o gerenciamento de projetos, supervisão de construção, assistência técnica, treinamento e estudos estratégicos.

A importância de se possuir capacidade de armazenamento de alimentos está diretamente relacionada à menção no projeto de pós desastre devido às características climáticas de Bangladesh. De acordo com o relatório de avaliação de meio ambiente, o país é considerado o mais vulnerável do mundo a desastres naturais, avaliando-se que 60% das mortes no mundo em consequência de desastres naturais em um período de 20 anos (1996-2016) ocorreram em Bangladesh (THE WORLD BANK, 2017a). Ainda se considera uma exacerbação dos desastres naturais devido às mudanças climáticas. Assim, para o Banco Mundial (2013b, p. 19), “ciclones, inundações e secas mais intensos e frequentes, bem como o aumento do nível do mar e a intrusão de salinidade associada nas áreas costeiras” são fatores de pressão crescente em direção dos esforços para se garantir segurança alimentar e nutricional adequadas à população no país.

A data de encerramento do projeto de desenvolvimento de Bangladesh estava prevista para junho de 2020, entretanto, houve a necessidade de postergação, com nova data de encerramento prevista para abril de 2022. A

implementação do projeto passou por atrasos iniciais devido a conformidade de aquisições, salvaguardas e resoluções de reclamações relacionadas à aquisições, o que resultou em uma avaliação de progresso de implementação satisfatório moderado. Entende-se que o desempenho geral do projeto foi desacelerado por atrasos no andamento das obras dos três primeiros complexos de silos de aço (de um total de oito) e pela “indisponibilidade de fundos adicionais da IDA para contratar outros pacotes de trabalho para a construção dos restantes cinco complexos de silos” (THE WORLD BANK, 2020, p. 3). Assim, no caso desse projeto, de acordo com o Banco Mundial (2020), houve até 2020 o desembolso de 112,59 milhões do financiamento (59.06%) devido a esse atraso de aquisição de silos. Assim, houve um replanejamento dos prazos do projeto que continua com o novo prazo estipulado citado.

Etiópia

O projeto de desenvolvimento da Etiópia P148591 junto ao Banco Mundial analisado nesse trabalho é o *Second Agricultural Growth Project* (Segundo Projeto de Crescimento Agrícola). O projeto está inserido no contexto de uma parceria estratégica estabelecida entre o Grupo Banco Mundial e o país com o objetivo de promover o Plano de Transformação do Crescimento (PTC). Essa estratégia de parceria entre a instituição e o país engloba dois pilares:

O primeiro pilar, “Promover a competitividade e o emprego”, visa apoiar a Etiópia a alcançar: (i) um ambiente macroeconômico estável; (ii) aumento da competitividade e produtividade; (iii) maior e melhor entrega de infraestrutura; e (iv) melhorias na integração regional. O segundo pilar, “Aprimorando a resiliência e reduzindo as vulnerabilidades”, visa apoiar a Etiópia na melhoria da prestação de serviços sociais e no desenvolvimento de uma abordagem abrangente de proteção social e de gestão de riscos (THE WORLD BANK, 2015a, p. 2).

O Segundo Projeto de Crescimento Agrícola, desse modo, se enquadra dentro desses dois pilares, pois o setor agrícola se apresenta como essencial para a economia e o desenvolvimento do país. De acordo com o Banco Mundial (2015a, p. 2), “embora haja uma transformação estrutural em curso na economia etíope, predominantemente da agricultura para serviços e manufatura, a agricultura ainda representa 45% da produção total e continua a dominar o emprego (78%).” Dessa forma, percebe-se a importância do setor para o país e de projetos voltados para a

agricultura. Além disso, pode-se ainda destacar que 80% das receitas com exportações da Etiópia são do setor agrícola. Ainda, de acordo com o Banco Mundial (2015a, p. 2), apesar de haver um declínio da participação da agricultura na economia do país, em um período de quinze anos (tendo em vista que o projeto é de 2015, então, desde 2000), o crescimento médio do setor foi de 7% ao ano para o período.

A Etiópia é um país extenso localizado na região conhecida como Chifre da África. Ela apresenta um contexto de diversidade natural, embora não seja banhada pelo mar, apresentando ecossistemas variados, biodiversidade, diferentes vegetações, recursos hídricos, solo com propriedades variadas e potencial agrícola (THE WORLD BANK, 2015a). Em 2015 a Etiópia era um país de pouco mais de 100 milhões de habitantes, de população predominantemente rural e, sobretudo, um país composto por diferentes povos e culturas. Além de sofrer com eventos naturais como choques internos relacionados a problemas climáticos, economicamente, “a Etiópia é vulnerável a choques nos termos de troca dos preços internacionais de alimentos e combustíveis” (THE WORLD BANK, 2015a, p. 2). Entende-se, portanto, que apesar de ser produtor agrícola, o país está exposto a problemas relacionados à insegurança alimentar. Problemática apontada no capítulo anterior para a Índia.

A importância da agricultura, além da alimentação é, também, direcionada ao setor industrial etíope, assim, “enquanto o país segue uma estratégia que prevê uma expansão significativa da indústria leve e manufatureira, a médio prazo muitos das matérias-primas para isso virão do setor agrícola, inclusive em têxteis, couro e alimentos” (THE WORLD BANK, 2015a, p. 6). A partir desse objetivo combinado de crescimento, tendo em vista o contexto do país, o Segundo Projeto de Crescimento Agrícola objetiva o aumento da produtividade agrícola e da comercialização de pequenos agricultores. Conforme o documento do Banco Mundial (2015a), os componentes para se alcançar esse objetivo foram divididos em cinco categorias: 1.Serviços de Apoio Público Agrícola; 2.Pesquisa Agrícola; 3.Irrigação em Pequena Escala; 4.Marketing Agrícola e Cadeias de Valor; e 5.Gerenciamento de Projetos, Capacitação e Monitoramento e Avaliação.

O projeto abrange tanto financiamento, quanto doações. Para o componente 1 são programados para serem disponibilizados 129 milhões de dólares, para o 2, 51,4 milhões de dólares, para o 3, 218,6 milhões de dólares, para o 4, 120 milhões de dólares; e para o 5, 62,8 milhões de dólares. Assim, o total do projeto estava

estimado em 581,8 milhões (THE WORLD BANK, 2015a). Ademais, em 2020, foi solicitado e aprovado um financiamento adicional de 80 milhões de dólares. Este valor será utilizado para rever os custos nas atividades de desenvolvimento de infraestrutura do projeto. Assim, os componentes 3, 4 e 5 foram revistos apresentando aumento de custos. O custo total estimado do projeto somou, a partir dessa revisão, 661,8 milhões de dólares. O total de investimentos angariados até o momento foram de 611,8 milhões de dólares, sendo 430 milhões de dólares provenientes do Banco Mundial, sendo desses 80 milhões de dólares doação da IDA. Ainda assim, faltam 50 milhões de dólares para completar todo o projeto. Desse modo, um financiamento futuro de recursos poderá ser operacionalizado para completar o custo estimado por completo.

Nigéria

O projeto de desenvolvimento da Nigéria P158535 analisado é o Segundo Financiamento Adicional ao Terceiro Projeto Nacional de Desenvolvimento Fadama iniciado em 2016. Trata-se de um financiamento adicional junto ao Banco Mundial no valor de 50 milhões de dólares. O objetivo do projeto original estabelecido em 2008, o Terceiro Projeto Nacional de Desenvolvimento Fadama, era o de “aumentar a renda de usuários de terras rurais e usuários de recursos hídricos dentro das áreas de Fadama em uma base sustentável” (THE WORLD BANK, 2016c, p. 8) considerando o território em que esses usuários se localizam. O projeto previa data de fechamento em dezembro de 2017 e teve avaliação de desempenho considerada satisfatória. Assim, conforme o Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2016c), no projeto de 2016, aqui estudado, apresentam-se dois objetivos: a obtenção do financiamento adicional de 50 milhões de dólares e a realização de uma reestruturação da operação Fadama III em curso.

No primeiro objetivo relacionado a esse financiamento adicional, é prevista uma resposta às necessidades de famílias agrícolas com urgência por alimentos e meios de subsistência que foram afetadas por conflitos ocorridos em seis estados no Nordeste da Nigéria (Borno, Yobe, Adamawa, Taraba, Bauchi e Gombe). Nesse sentido, pelo financiamento se objetiva apoiar e recuperar o setor agropecuário do Nordeste do país, iniciativa que faz parte da resposta do Banco Mundial de apoio à recuperação e iniciativa de reconstrução ao país. O segundo objetivo, de acordo com o Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2016c), é o de alinhar o projeto à nova

política do país, a qual apresenta como focos: lidar com o problema alimentar e apoiar a transformação agrícola (a qual iniciou com o novo governo em 2015 priorizando a segurança alimentar nacional e o desenvolvimento de cadeias de valor na agricultura).

Esse financiamento adicional responde a uma situação emergencial, como forma de dar suporte “à recuperação e à reconstrução dos Estados do Nordeste que sofreram enormes perdas e danos de propriedade, infraestrutura econômica e meios de subsistência por causa da insurgência” (THE WORLD BANK, 2016c, p. 8). Nesse viés, de acordo com essa ação, as principais mudanças a serem realizadas como parte dessa reestruturação com esse financiamento serão cinco. Conforme o Banco Mundial (2016c), a primeira prevê alterar o foco do projeto para especificamente os estados do Nordeste do país, como anteriormente citado, aumentando a renda da população rural da região afetada por conflitos. A segunda prevê a prorrogação da data de encerramento do projeto. Na terceira, serão incluídos indicadores com foco no acompanhamento de resultados das atividades implementadas no Nordeste do país. O quarto estabelecerá uma realocação de custos para todo o projeto. O quinto, prevê o acionamento de duas Políticas de Salvaguardas, a de Recursos Culturais Físicos e a de Segurança de Barragens, trabalhadas na seção a seguir.

A Nigéria é um país de base agrícola abundante e diversificada, assim, conforme o Banco Mundial (2016c), de acordo com dados de 2014, a economia nigeriana apresentava um setor agrícola que representava cerca de 22% do Produto Interno Bruto (cerca de 546 bilhões de dólares) do país e empregava cerca de 70% da força de trabalho (sendo a população do país de aproximadamente 176 milhões em 2014). A Nigéria foi autossuficiente na produção de alimentos até a década de 1970, havendo um pequeno excedente que exportado gerava divisas ao país. Nesse sentido, houve uma estagnação no setor a partir desse período creditada, principalmente, à descoberta de petróleo e sua exploração e exportação. Os recursos foram, por consequência, alocados da agricultura para a indústria petrolífera (THE WORLD BANK, 2016c). Dessa forma, as mudanças políticas anteriormente citadas objetivam a garantia da segurança alimentar e a promoção do setor agrícola, alinhando-se, também dessa forma, aos princípios de desenvolvimento.

África do Leste

O Projeto Regional de Desenvolvimento Agrícola Integrado dos Grandes Lagos objetivava inicialmente incluir a República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda e Tanzânia. De acordo com o Banco Mundial (2016c, p. 1), “este projeto responde a oportunidades e restrições regionais no desenvolvimento da agricultura em todos os países associada à região dos Grandes Lagos”, sendo uma região que compartilha muitas características em comum. Entre esses países, seriam incluídos República Democrática do Congo e Burundi na primeira fase do projeto, com o potencial de participação de outros países da região dos Grandes Lagos nas fases subsequentes (THE WORLD BANK, 2016d). A República Democrática do Congo entrou na primeira fase e o Burundi entrou na segunda. Assim, na Figura 5 observa-se a região dos Grandes Lagos e na Figura 6 onde o projeto está sendo executado:

FIGURA 6 e FIGURA 7 – Eastern Africa Maps – Regional Great Lakes Integrated Agricultural Development Project
(Mapas da África do Leste – Projeto Regional de Desenvolvimento Agrícola Integrado dos Grandes Lagos)



FONTE: (THE WORLD BANK, 2022a).

O projeto de desenvolvimento da região da África do Leste P143307 teve início em junho de 2016 e tem encerramento previsto para novembro de 2022 (anteriormente previsto para dezembro de 2021), sendo prevista a disponibilização de 150 milhões de dólares pela IDA e 2.7 milhões de dólares pelo Fundo de Desenvolvimento de Políticas e Recursos Humanos do Japão (THE WORLD BANK, 2016d). Em documento, o Banco Mundial (2016d, p. 1) considera que esse projeto de desenvolvimento teve sua origem em 2013 com o anúncio de “apoio para um programa integrado para consolidar a paz, revitalizar o desenvolvimento econômico regional, criar empregos e oportunidades para os jovens e melhorar os meios de subsistência em toda a região dos Grandes Lagos”, a partir da visita à região do presidente do Grupo Banco Mundial e do Secretário das Nações Unidas.

Para esse projeto, a agricultura apresenta papel importante, pois esta é uma atividade significativa para a região dos Grandes Lagos e para economia da República Democrática do Congo, país foco desse projeto. Este país, no contexto do início do projeto, apresentava participação expressiva da agricultura no PIB e empregos, “de 42,5% do PIB e empregando 70% da população ativa (62% de seus homens e 84% de suas mulheres)” (THE WORLD BANK, 2016d, p. 2). O país apresenta um clima diversificado, sendo adequado à atividade agrícola, com 80 milhões de hectares de terras aráveis, extensas áreas de pastoreio e abundância de água para atividades agrícolas. De acordo com o Banco Mundial (2016d, p. 2), “o setor é composto principalmente por agricultura familiar de pequena escala que depende de produção de baixa intensidade de colheitas, gado e peixes” e apresenta produção estagnada de alimentos básicos estando abaixo do crescimento populacional. Ademais, ainda de acordo com a instituição (2016d), há o problema da baixa produtividade devido a falta de insumos, de tecnologias modernas, de proteção de bacias hidrográficas e de infraestrutura.

Sendo a grande tomadora de recursos a República Democrática do Congo, o Burundi entra no projeto em uma segunda fase com vistas a “fortalecer a integração econômica regional na cadeia de valor de ambos os países” (THE WORLD BANK, 2015c, p. 1), sendo o acordo assinado em 2017. Tendo em vista o contexto em que o projeto se insere, de acordo com o Banco Mundial (2018b, p. 3), os objetivos de desenvolvimento do projeto são os de: 1. “aumentar a produtividade agrícola e a comercialização em áreas específicas do território” dos países beneficiários e melhorar a integração agrícola regional; e o de 2. “fornecer resposta

imediatamente e eficaz no caso de uma crise ou emergência elegível.” Dessa forma, para alcançar seus objetivos, o projeto de desenvolvimento é constituído por 4 componentes. O primeiro é o desenvolvimento de uma cadeia de valor para a agricultura, o qual contou com 70.7 milhões de dólares. O segundo consiste no apoio ao desenvolvimento do setor agroindustrial privado, com 50 milhões de dólares. O terceiro preconiza a integração regional, com 15 milhões de dólares. O quarto está relacionado aos serviços de suporte e gerenciamento de projetos, sendo disponibilizados 17 milhões de dólares.

Peru

O projeto de desenvolvimento do Peru P155902, nomeado de Programa Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura, teve início em janeiro de 2017 com encerramento previsto para janeiro de 2022, sendo prorrogado esse encerramento para fevereiro de 2023 (THE WORLD BANK, 2021a). Entre os projetos selecionados nesse trabalho, esse é o único projeto em que o financiamento não é concedido pela IDA, sendo concedido pelo BIRD, tendo em vista o fato de que o Peru é, também, o único entre os países dos projetos selecionados que não consta da lista de países de menor desenvolvimento relativo. O orçamento do projeto soma um total de 120.9 milhões de dólares, sendo destes 40 milhões de dólares financiados pelo BIRD e o restante, 80.9 milhões de dólares provenientes do próprio país.

No projeto é apresentado como objetivo o fortalecimento da capacidade do Peru em estabelecer inovações nas cadeias de valor da pesca e da aquicultura (THE WORLD BANK, 2017b). O projeto fornecerá apoio ao propósito do país de melhorar o desempenho do Sistema Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura (SNIPA) e, também, o desempenho das cadeias de valor da pesca e da aquicultura. Com isso, objetiva-se promover a transformação do setor de pesca e aquicultura do país “por meio da redução da dependência da pesca de captura e da ênfase crescente na aquicultura” (THE WORLD BANK, 2017b, p. ii). Assim, de acordo com o Banco Mundial (2017b), os componentes do projeto são quatro: a promoção da inovação no subsetor da pesca (disponibilizando 30.8 milhões de dólares); a promoção da inovação no subsetor da aquicultura (com 62.6 milhões de dólares); o fortalecimento do SNIPA, de instituições e de políticas para melhorar a governança da pesca e da aquicultura (dispondo de 16.5 milhões de dólares); e o gerenciamento de projetos (sendo concedidos 11 milhões de dólares).

O Peru é um país da América Latina que apresentou média de crescimento econômico de 5.3% ao ano no período de 2000 a 2015. A partir desse cenário, considerando que o país realizou ajustes estruturais econômicos, de acordo com o Banco Mundial (2017b, p. 1), “apesar dos recentes ganhos em crescimento e redução da pobreza, as disparidades de renda no país continuam a ser pronunciadas, particularmente entre as zonas rurais e urbanas.” Assim, no ano de 2015, a taxa de pobreza em áreas rurais era de 45,2%, enquanto a taxa de pobreza nacional estava em 21,8% (THE WORLD BANK, 2017b). Diante desse contexto o governo do país lança uma agenda de desenvolvimento com vistas a aumentar a produtividade e eliminar disparidades sendo, assim, “lançadas várias iniciativas para estimular a inovação e facilitar a diversificação, com o objetivo de criar novos motores de crescimento em setores como pescas e aquicultura, agricultura e silvicultura” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 1). Dessa forma, o projeto de desenvolvimento junto ao Banco Mundial se enquadra nessa política de combate à pobreza a partir do investimento na pesca e aquicultura, tendo em vista que, por se localizar adjacente ao Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Humboldt, o país está entre os principais produtores de pescado do mundo.

Malauí

O Projeto de Comercialização Agrícola do Malauí P158434 foi lançado com o objetivo de aumentar a comercialização de determinados produtos da cadeia de valor agrícola. Esses produtos não seriam determinados com antecedência. Nesse sentido, propositadamente, o Projeto de Comercialização Agrícola do país foi pensado “para que o mercado decida quais cadeias de valor e compradores têm fortes vínculos comerciais potenciais. Essa abordagem evita que o projeto limite seu impacto desde o início a um pequeno número de produtores em determinadas cadeias de valor” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 14). Dessa forma, o projeto é pensado para ampliar mercado interno e de exportação e como estratégia de ampliar o combate à insegurança alimentar (THE WORLD BANK, 2017c). O projeto, que teve início em maio de 2017 e previsão de término para maio de 2023, contará com o montante de 95 milhões de dólares.

Para se alcançar esse objetivo, o projeto foi delineado a partir de quatro componentes. O primeiro componente é “construindo alianças produtivas”, o qual tem como foco o apoio à integração de pequenos agricultores visando melhorar suas

capacidades de financiamento, de produção, de investimento e de atendimento aos requisitos do mercado (THE WORLD BANK, 2017b). O segundo componente, de “apoio de investimentos à capacitação de serviços”, objetiva apoiar a realização de melhorias nos ambientes de comércio e investimentos dando suporte a alianças produtivas e organizações de produtores. O terceiro é o componente de “resposta a emergências de contingência” e determina um fundo de contingência “no caso de uma crise ou emergência natural ou induzida pelo homem elegível que tenha tido (ou provavelmente terá) grandes impactos socioeconômicos adversos durante a vida do projeto” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 20). Finalmente, o quarto componente, “coordenação e gestão de projeto”, trata da unidade de implementação para o projeto tendo em vista sua natureza multissetorial.

De acordo com o Banco Mundial (2017b), a agricultura para o Malauí representava, em 2015, 30% do seu produto interno bruto e 80% de suas exportações. Ademais, da população do país de 16.8 milhões de habitantes, 85% era rural, sendo alto o nível de agricultura de subsistência, esta considerada determinante na persistência da pobreza no país. A população em extrema pobreza somava 50.7% (THE WORLD BANK, 2017b). Tendo em vista esse contexto, o projeto de desenvolvimento do Malauí é parte “de um esforço multifacetado do Grupo Banco Mundial para ajudar o Malauí a quebrar o ciclo de vulnerabilidade desencadeado por dois anos de seca induzida pelo *El Niño* e uma grave crise de segurança alimentar” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 13). Nesse sentido, o Banco Mundial (2017b) considera que, conjuntamente com reformas políticas no país impulsionando o investimento privado, as operações de financiamento terão ação de curto e longo prazos objetivando o investimento e o desenvolvimento no Malauí.

Concluída a exposição dos projetos, na próxima seção serão trabalhadas as contrapartidas da governamentalidade. Assim, os projetos de desenvolvimento acima delineados, do Nepal, do Haiti, de Bangladesh, da Etiópia, da Nigéria, da África do Leste, do Peru e do Malauí, serão analisados a partir de seu alinhamento a diretrizes internacionais. As diretrizes trabalhadas foram o ODS 2 e as Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais. Tendo em vista o ideal de busca pelo desenvolvimento, considerando-se um desenvolvimento sustentável, os países estabelecem estratégias que se enquadram na racionalidade neoliberal.

5.1.2 Contrapartida da Governamentalidade e os Projetos de Nutrição e Segurança Alimentar Relacionados ao Setor de Agricultura com foco na Administração Pública

Por meio dos projetos acima selecionados na temática da nutrição e segurança alimentar relacionados ao setor de agricultura com foco na administração pública, foi analisada a contrapartida da governamentalidade e como essa racionalidade neoliberal se materializa. A contrapartida da governamentalidade é expressa por leis, regulamentações, normativas, diretrizes, ações, ajustes, alterações, incorporações práticas que os Estados atendem e/ou fazem para se adequar ao financiamento do Banco Mundial para que, dessa forma, sejam aptos a receber os financiamentos dos projetos. Nesse trabalho, as salvaguardas, assim como o ODS 2, são percebidas como instrumento de contrapartida da governamentalidade, sendo essas diretrizes o foco de análise dessa tese para se compreender a governamentalidade neoliberal na prática. Por meio da implantação delas nos projetos e da observação e implementação nas políticas nacionais, a racionalidade se materializa e segue seu fluxo. Desse modo, entende-se que a racionalidade é refletida nos projetos, havendo uma capilaridade, pois esses projetos irão afetar a população por meio da biopolítica. A partir desse entendimento, a seguir, será realizada uma análise na qual serão trabalhados pontos nos projetos em que se pode verificar a observância do ODS 2 e a aplicação das Políticas de Salvaguardas por meio dos relatórios do Banco Mundial e, assim, verificar o estabelecimento dessas contrapartidas da governamentalidade global. Cada projeto terá uma análise particularizada por se tratar de documentos com objetivos diversos e formatações diferentes, entretanto, todas estabelecerão uma relação entre práticas de governo e o conhecimento propagado na racionalidade neoliberal a partir de uma perspectiva foucaultiana. Posteriormente, na próxima subseção, será realizada uma análise conjunta dos projetos.

Nepal

De acordo com o documento de análise de salvaguardas para o projeto nepalês, a localização de ações do projeto e as características físicas dessa localidade foram os pontos relevantes para a análise de salvaguardas (THE WORLD BANK, 2010b). Nesse quesito, no projeto apresentou-se uma visão geral destacando

que as atividades desse projeto aconteceriam em áreas remotas do Nepal, nos distritos com alta insegurança alimentar. Assim, de acordo com o Banco Mundial (2010b) as atividades programadas no projeto “serão limitadas a infraestruturas de pequena escala (irrigação menor, lagoas de pesca, galpões de gado, compostagem). A distribuição de sementes e fertilizantes para áreas remotas também continuará sob o financiamento adicional” (THE WORLD BANK, 2010b). Tendo em vista esses tópicos, uma análise foi executada pelos especialistas nomeados pela instituição, sendo que esses realizaram uma avaliação para definir a necessidade de adequação do país dentro da normativa de salvaguardas.

Essa avaliação foi definida em duas etapas. Primeiramente, foram estabelecidas as informações básicas do projeto e identificadas as salvaguardas aplicáveis. Em seguida, identificaram-se as questões chave de salvaguardas e seu gerenciamento. Assim, a análise inicialmente apresentou as Políticas de Salvaguarda acionadas no projeto conforme a tabela a seguir.

TABELA 3 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Nepal

Políticas de Salvaguarda Acionadas	SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X
OP 4.04	Habitats Naturais	X
OP 4.36	Florestas	X
OP 4.09	Manejo de Pragas	X
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos	X
OP 4.10	Populações Indígenas	X
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X
OP 4.37	Segurança de Barragens	X
OP 7.50	Projetos em Áreas de Conflito	X
OP 7.60	Projetos em Hidrovias Internacionais	X

FONTE: Banco Mundial, 2010. Integrated Safeguards Data Sheet (THE WORLD BANK, 2010b) – adaptado pela autora.

Observando-se a tabela, as Políticas de Salvaguarda compreendidas como acionadas pelo projeto do Nepal foram as do primeiro grupo, sendo as de avaliação ambiental, identificadas na normativa do Banco Mundial como Política Operacional 4.01. A partir dessa identificação que se enquadra dentro da classificação de

salvaguardas da instituição, parte-se para a segunda etapa da avaliação. Nessa sequência, no documento de análise do Banco Mundial (2010b), nomeado de Ficha de Dados de Salvaguardas Integradas – Etapa de Avaliação (Integrated Safeguards Datasheet – Appraisal Stage), são elencados os principais itens de Políticas de Salvaguarda para o projeto e sua gestão, sendo cinco parâmetros avaliados. Além disso, ainda na sequência, são avaliados o cumprimento de prazos e o cumprimento de monitoramentos de conformidade.

O primeiro parâmetro, sendo o mais longo, identifica e descreve quaisquer questões de salvaguarda e impactos associados ao projeto proposto e impactos potenciais de grande escala, significativos e/ou irreversíveis. Na descrição realizada no documento, considerou-se que as atividades relativas a obras públicas serão realizadas em áreas remotas, onde distritos que apresentam quadro de insegurança alimentar são localizados. Desse modo, a administração pública lidaria com obras de impacto ambiental e social. Assim, segue-se a descritiva das obras públicas, entendendo que estas incluem construções de infraestrutura comunitárias de pequena escala, tais como: estradas comunitárias para a estação seca, trilhas (para andar a pé ou com mula), sistemas para água potável e de micro irrigação, pequenos galpões de mercado rural, entre outros (THE WORLD BANK, 2010b). Essas obras, por exemplo, são compatíveis com o ODS 2a em que se prevê “aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, [...] para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos” (ONU, 2021f), transparecendo, portanto, o alinhamento à racionalidade.

Em relação às ações de administração pública com foco no social, seriam realizados testes em alguns distritos de melhorias na administração da rede de segurança social existente no programa de transferência de dinheiro com manutenção de registros informatizados e administração do programa de proteção social de pensão para idosos, deficientes e viúvas. Também foram citadas ações públicas de apoio ao transporte crítico para os distritos remotos de insumos agrícolas, de sementes e de fertilizantes. Assim, de acordo com essas ações e obras públicas acima elencadas, foram determinadas preocupações ambientais relativas ao projeto nepalês de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 4 – Preocupações Ambientais e suas Avaliações – Projeto Nepal

	Preocupações Ambientais do Projeto	Avaliação
1	Estradas rurais, trilhas e infraestrutura crítica em microescala;	Consideradas de pouco impacto.
2	Esquemas de irrigação em microescala;	Considerados de pouco impacto.
3	Melhora no acesso a sementes e fertilizantes.	Ambientalmente positiva.

FONTE: Autora, 2022. Construída com base em dados oficiais do Banco Mundial, 2010. Integrated Safeguards Data Sheet (THE WORLD BANK, 2010b).

No documento pontua-se que “todas estas intervenções serão de pequena escala e serão distribuídas em diversos lugares do país” (THE WORLD BANK, 2010b, p. 3), apontando, dessa forma, para possíveis impactos menores. A partir desse ponto, observando-se as preocupações ambientais relacionadas ao item 1, por exemplo, avaliou-se que o financiamento desse projeto adicional tem como foco atividades de subsistência, tendo poucas estradas de acesso e poucas trilhas construídas, diferentemente do projeto anterior iniciado em 2008. Para esse projeto, no entanto, de acordo com a avaliação do Banco Mundial (2010b), onde elas forem construídas, será seguida a abordagem de construção ambientalmente amigável, entendida como abordagem de estrada verde em que há experiência considerável no país. Essa afirmação de ser seguida uma abordagem de acordo com os parâmetros ambientais reconhecidos pela instituição revela uma ideia de previsibilidade, de norma. Assim, revela uma normatização, do que é aceito como verdade e como dever de ser feito, entendendo que o país já está moldado a esse saber e se enquadrando na racionalidade conforme uma perspectiva foucaultiana.

Ainda, de acordo com a avaliação geral desse primeiro parâmetro, portanto, qualquer consequência ambiental adversa em consequência das “atividades apoiadas pelo projeto seriam menores, provavelmente limitadas às proximidades dos locais e podendo ser facilmente geridas por boas práticas de construção e gestão” (THE WORLD BANK, 2010b, p. 3). Dessa maneira, infere-se dessa passagem que o item 2 sobre os esquemas de irrigação são considerados de pouco impacto nessa avaliação, sendo que estes não foram diretamente esmiuçados nessa parte do relatório. Em relação ao item 3 da tabela, a melhora de acesso a sementes e fertilizantes, conforme o Banco Mundial (2010b, p. 3), “algumas das intervenções, como a promoção e conservação de variedade de sementes nativas, o cultivo de

ervas, a proteção de fontes de água e nascentes locais, a conservação de lagoas, etc., podem ser ambientalmente positivas.” Assim, entende-se, por exemplo, que as medidas podem ser promotoras da manutenção da biodiversidade local, o que é entendido como positivo para a agricultura local e promoção da segurança alimentar.

No segundo parâmetro da avaliação seriam descritos quaisquer potenciais impactos indiretos e/ou de longo prazo previstos em atividades futuras na área do projeto. A instituição (2010b) entendeu que não havia nenhum impacto dessa natureza previsto para o andamento do projeto. No terceiro parâmetro avaliado, seriam descritas quaisquer alternativas ao projeto as quais fossem consideradas relevantes para evitar ou para minimizar os impactos adversos dele. Da mesma forma, constatou-se pelos avaliadores no documento (THE WORLD BANK, 2010b) de que não haveria nenhuma alternativa ao projeto que fosse relevante para alteração dele.

No quarto parâmetro, seriam descritas as medidas tomadas pelo país mutuário para tratar de questões de política de salvaguarda e, também, seria providenciada uma avaliação da capacidade do mutuário em planejar e implementar as medidas descritas. Considerou-se que o Nepal apresentou procedimentos detalhados operacionais no projeto base, anterior a esse projeto adicional, para gestão ambiental e social tendo em vista as diretrizes da Estrutura de Gerenciamento Ambiental e Social (Environmental and Social Management Framework), do Trabalho de Infraestrutura Comunitária Rural (Rural Community Infrastructure Work) e da abordagem de estradas verdes. O projeto adicional irá continuar nessa linha e continuará com financiamento para implementação e avaliação de salvaguardas ambientais e sociais.

Finalmente, o cumprimento de prazos e o cumprimento de monitoramentos de conformidade foram avaliados todos como cumpridos de acordo com a programação do projeto. Sendo assim, entende-se, a partir da avaliação oficial do Banco Mundial, de que o Nepal em relação a esse projeto tem se adequadamente realizado seus processos para o desenvolvimento de acordo com a racionalidade neoliberal. O Banco Mundial deixa claro em sua comunicação que na criação de infraestrutura existe uma expectativa em relação a administração pública do Nepal, entendendo que o país já tem experiência em se adequar a regras ambientais da instituição. Ao se analisar, de acordo com uma perspectiva foucaultiana, essa expectativa de cumprimento denota uma ideia de obrigatoriedade implícita, de

naturalidade da racionalidade, de estabelecimento da verdade. Dessa forma, pode-se perceber materializada a governamentalidade por meio do projeto nepalês.

Haiti

O documento mais recente do Banco Mundial em que é definido o uso das Políticas de Salvaguardas para o projeto de desenvolvimento do Haiti é o Cadre de Gestion Environnementale et sociale (Estrutura de Gestão Ambiental e Social) de 2018, sendo este um documento oficial do Banco Mundial, mas que foi originalmente formulado pelo Ministério da Agricultura do Haiti, diferentemente do documento de salvaguardas do Nepal, o qual foi elaborado por especialistas da instituição. O Banco Mundial disponibilizou outros três documentos para o tema, dois em 2011 e um em 2017. A partir desses dados oficiais, serão mapeadas as diretrizes relativas às Políticas de Salvaguardas exigidas ao país e que permitiram entender para o país como a governamentalidade se materializa nas atividades do projeto. Para se entender o contexto em que a racionalidade opera, é trazido um entendimento geral em relação ao país (THE WORLD BANK, 2018a). Em 2018, data do último documento referente a salvaguardas, o Haiti possuía pouco mais de 11 milhões de habitantes, sendo cerca de 50% dessa população de área rural. O território do país ocupa a parte oeste de uma ilha da América Central, possuindo muita biodiversidade, mas também estando bastante exposto a desastres naturais.

O documento oficializado pelo Banco Mundial, logo de início considera que a unidade ambiental do Ministério da Agricultura do país tem a missão de implementar a Estrutura de Gestão Ambiental e Social “de forma a cumprir não só os requisitos do Banco Mundial, mas também os das várias atividades do Ministério da Agricultura que requerem a utilização das prescrições de uma estrutura ambiental” (THE WORLD BANK, 2018a, p. 13). A partir desse documento entende-se expressa uma necessidade de regulamentação para a administração pública, de produção de normas internas para o tema. Desse modo, ao se construir uma normativa interna a partir desse saber externo, estabelecido como verdade, essa verdade é internalizada. A racionalidade, portanto, se materializa dentro do país e se impõem à população e ao sistema social local. Assim, dentro de uma perspectiva foucaultiana, essa obrigatoriedade imposta pelo Banco Mundial é a contrapartida da governamentalidade sendo efetivada por mais um projeto de desenvolvimento.

Ao continuar na análise documental da Estrutura de Gestão Ambiental e Social, é definido como principal objetivo desse documento a identificação de impactos associados às intervenções do projeto e a definição de medidas de mitigação, as quais devem ser implementadas ao longo da execução das atividades do projeto (THE WORLD BANK, 2018a). Dessa forma, de acordo com a tabela abaixo, são apresentados os objetivos específicos dessa Estrutura:

TABELA 5 – Estrutura de Gestão Ambiental e Social – Projeto Haiti

Objetivos Específicos da Estrutura de Gestão Ambiental e Social

1	Identificação dos impactos ambientais potenciais relativos às intervenções previstas no projeto;
2	Produção de um plano de gestão ambiental e social;
3	Definição dos arranjos institucionais de monitoramento e vigilância a serem feitos antes, durante e após a implementação do projeto e realização de atividades para eliminar ou mitigar os impactos ambientais e sociais.

FONTE: Autora, 2022. Construída com base em dados oficiais do Banco Mundial, 2018. Cadre de Gestion Environnementale et sociale (THE WORLD BANK, 2018a).

Desses objetivos pontuados sobre a Estrutura de Gestão Ambiental e Social, eles se aplicarão aos focos elencados no projeto e às ações/atividades geradas a partir destes. Relembrando que dos quatro focos, o primeiro visa melhorar a capacidade do Ministério da Agricultura do país em fornecer e/ou facilitar o acesso a serviços no setor agrícola; o segundo visa aumentar o acesso a mercado para pequenos produtores e melhorar a segurança alimentar para áreas determinadas; o terceiro visa melhorar os meios de subsistência em áreas afetadas pelo furacão Matthew; e o quarto visa desenvolver a habilidade do governo do país em responder de forma rápida e eficaz a emergências (THE WORLD BANK, 2018a, 2019). Assim, para se executar o primeiro objetivo específico as salvaguardas serão observadas como guia. Nesse viés, seguindo o segundo objetivo, a produção de um plano levará em consideração a regulação do Banco Mundial, o que terá impacto na política interna do país. As ações planejadas para executar o terceiro objetivo também deverão apresentar sua construção com base no entendimento sobre salvaguardas. Assim, nessa construção, primeiramente são identificadas as Políticas de Salvaguarda acionadas no projeto conforme a tabela a seguir.

TABELA 6 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Haiti

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental incluindo Participação Pública	X	
OP 4.04	Habitats Naturais	X	
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos		X
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X	
OP 4.10	Populações Indígenas		X
OP 4.36	Florestas	X	
OP 4.37	Segurança de Barragens		X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais		
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito		X

FONTE: Banco Mundial, 2018. Cadre de Gestion Environnementale et sociale (THE WORLD BANK, 2018a) – adaptado pela autora.

Ao se analisar a Tabela 6, observa-se que foram acionadas cinco diferentes Políticas de Salvaguarda. De acordo com o documento, porém, “os impactos adversos potenciais provavelmente serão de pequena escala, de natureza temporária e gerenciáveis com técnicas conhecidas de gestão ambiental” (THE WORLD BANK, 2018a, p. 52). Argumenta-se que a concepção e a implementação do projeto seguem as políticas de proteção ambiental e social do Banco Mundial, as quais se destinam a evitar, mitigar ou minimizar possíveis impactos ambientais e sociais negativos. No caso desse projeto do Haiti, por exemplo, o uso de pesticidas seria considerado de possível impacto dentro do contexto ambiental do projeto. Assim, a partir daí, a avaliação trouxe para esse projeto uma lista de quatorze potenciais impactos negativos identificados de acordo com seu grau de importância conforme se segue:

TABELA 7 – Potenciais Impactos Negativos a partir das Políticas de Salvaguarda Acionadas com Respectivo Grau de Importância – Projeto Haiti

	Potenciais Impactos Negativos	Maior	Médio	Menor
1	Riscos para a saúde associados ao uso de pesticidas	X		
2	Falta de um verdadeiro manejo integrado para pragas	X		
3	Desmatamento, degradação do solo por erosão		X	
4	Destruição de habitats naturais sensíveis		X	
5	Limpeza de áreas arborizadas		X	
6	Perda de fertilidade do solo		X	
7	Salinização, alcalinização e acidificação dos solos por meio da intensificação, diversificação e organização dos setores agrícolas		X	
8	Poluição de águas subterrâneas, cursos de água e/ou corpos d'água ligados a atividades agrícolas		X	
9	Riscos associados à apicultura		X	
10	Riscos relacionados à aquisição de terras, à perda de fontes de renda para a população		X	
11	Aumento de doenças zoonóticas			X
12	Aumento de doenças relacionadas à água e intoxicações por pesticidas			X
13	Conflitos entre criadores/pastores e fazendeiros			X
14	Capacidade insuficiente no campo da biotecnologia e biossegurança			X

FONTE: Banco Mundial, 2018. Cadre de Gestion Environnementale et sociale (THE WORLD BANK, 2018a) – adaptado pela autora.

O documento apresenta na sequência medidas pensadas como forma de atenuar os impactos negativos que se relacionam aos citados na tabela acima. É uma ampla lista de ações. Exemplos entre essas ações estão a realização de avaliação de impacto ambiental completa antes de autorizar a introdução de espécies exóticas e, também, a garantia da destruição de resíduos potencialmente perigosos de acordo com as normas internacionais. Nesse último exemplo, novamente há atenção a internalização de normas internacionais, entendidas nesse trabalho como componentes da governamentalidade neoliberal. Outro exemplo elencado é a promoção e o treinamento de agricultores em práticas agrícolas que melhorem a resiliência como divulgação de técnicas de controle de erosão e melhoria da retenção de água no solo. Mais uma vez, percebe-se o uso da ideia de resiliência, esse saber promovido pelo Banco Mundial sendo internalizado para

construção da política do Estado. Como anteriormente trabalhado, entende-se o indivíduo como responsável por sua gestão, sendo o Estado um agente externo que não teve responsabilidade no resultado desse contexto. O saber e a verdade, assim, se reafirmando nesse exemplo. Ademais, a ideia de resiliência é observada no ODS 2.4 que prevê “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes” (ONU, 2021f). Nesse sentido, vale destacar que os focos do projeto de desenvolvimento do país anteriormente citados também se alinham ao saber explicitado pelo ODS 2.

Pode-se ainda acrescentar que o documento de avaliação da Estrutura de Gestão Ambiental e Social (THE WORLD BANK, 2018a) do projeto de desenvolvimento do Haiti aborda o sistema político e legislativo haitiano, descrevendo na sequência os órgãos e instituições responsáveis pela legislação e gestão ambientais do país. O documento ainda elenca todas as convenções regionais e internacionais das quais o país é signatário. Ademais, é identificada a normativa do Banco Mundial de Políticas de Salvaguarda. A partir desse contexto regulamentar interno e externo, é abordado o Plano de Gestão Ambiental e Social estruturado de acordo com as legislações e regras anteriormente citadas e analisadas pelo documento. A partir desse modelo de plano são previstas etapas de seleção, validação, execução, exame, consulta pública e monitoramento ambiental posterior.

Ainda sobre a legislação nacional, a qual compõem um fator relevante para a internalização da racionalidade, esta pode estar pronta para essa internalização ou, caso não esteja, deve passar pelo processo de modificação para comportar a internalização da verdade trazida na racionalidade. No caso do Haiti, de acordo com o Banco Mundial (2018a, p. 45), a “legislação nacional sobre meio ambiente é relativamente abundante e abrange dois séculos de produção legislativa e regulatória. Mais de uma centena de leis e decretos, [...] cinquenta convenções assinadas e/ou ratificadas na área do meio ambiente.” Dessa forma, aparentemente, a legislação do país mostra-se preparada para a internalização da racionalidade de forma mais facilitada. Nesse viés, o documento analisa a conformidade dos regulamentos nacionais haitianos com a política de avaliação ambiental e social do Banco Mundial OP 4.01. Três pontos apresentam conformidade e dois apresentam conformidade parcial. A legislação não se apresenta como um problema à execução do projeto de desenvolvimento do país. Entretanto, de acordo com as avaliações do

projeto, ocorreram atrasos por problemas internos e, também, reestruturações, sendo uma delas, principalmente, devido a desastre natural, instigando a implantação de resposta emergencial e atenuação de desastres naturais.

Primeiramente, a adoção da metodologia utilizando a identificação de salvaguardas de acordo com a normativa do Banco Mundial já demonstra por si a implementação da racionalidade em nível nacional a partir de um saber estabelecido como verdade. Ocorre dessa forma o início da internalização da verdade que finaliza com ação no funcionamento político, social e econômico do país. Assim, a partir daí, um aspecto relevante para se identificar a materialização da governamentalidade sobre o local, sobre uma população, biopoliticamente, no caso do projeto do Haiti, foram as ações do país para se adequar em legislação, padrões, ações e processos (exemplificados acima) com o objetivo de mitigar possíveis efeitos negativos das atividades do projeto de desenvolvimento, os quais foram identificados.

Bangladesh

As implicações ambientais e sociais relacionadas ao projeto de desenvolvimento de Bangladesh foram avaliadas pelo Banco Mundial a partir de documentos voltados à temática intitulados de *Environmental and Social Assessment* (Avaliação Ambiental e Social). A partir dessa avaliação, estima-se que o projeto beneficiará todo o país, tendo em vista seu objetivo de construir instalações para o armazenamento eficiente de grãos, tanto público quanto privado, para atender às necessidades pós-desastre, sendo que seu foco está nas áreas propensas a desastres naturais (THE WORLD BANK, 2013b). Nesse sentido, de acordo com o Banco Mundial (2013b, p. xix), entende-se que a pressão que os desastres naturais exercem “sobre a nutrição e a saúde será particularmente aguda para mulheres e crianças, as quais enfrentam dificuldades com as consequências de um desastre natural.” Nesse apontamento do início da avaliação, já é observado o alinhamento com todo o sistema de diretrizes envolvido na governamentalidade neoliberal, retratando, por exemplo, o ODS 2.3.

De acordo com esse ODS 2.3, deve-se, “até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (ONU, 2021f). Assim, a maior vulnerabilidade de mulheres e crianças frente aos desastres é pontuado em consonância à normativa.

Ademais, dentro desse ODS 2.3, o qual, lembrando, deriva do ODS 2, que é o de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2021e), pode-se ressaltar a consonância do projeto em relação à disponibilidade de alimentos. Nesse viés, há a previsão no projeto de garantir o aumento e a eficiência de armazenamento de grãos contribuindo para a suficiência para todo o ano de alimentos, novamente se observando, portanto, o alinhamento em prol da racionalidade.

Ainda em relação à mitigação de desastres, observa-se outro alinhamento com o ODS 2.4., em que um dos resultados desejados em se estabelecer a implementação de práticas agrícolas resilientes e a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, como trazido nesse ODS, é o de ajudar a fortalecer “a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres [...]” (ONU, 2021f). Nesse sentido, tendo em vista esse aspecto de desastres, ao se levantar a possibilidade de desacordo à aprovação desse projeto, avaliou-se que “a oposição ao projeto por parte das partes interessadas deve ser limitada; sendo que o Banco esteve envolvido na redução do risco de desastres através de várias operações e o projeto proposto surge desse engajamento” (THE WORLD BANK, 2013a, p. 48), conforme revela o documento da instituição. Ainda ressaltando nesse trecho o entendimento do financiamento como um negócio. Observa-se, a partir daí, a ideia de funcionamento de mercado em todas as esferas da racionalidade, como anteriormente citado, inclusive entre países e instituições internacionais em prol de projetos que se enquadram na ideia de sustentabilidade, assim, percebendo-se a materialidade da governamentalidade global.

Acrescenta-se ainda que, de acordo com o documento de avaliação, em consequência de uma crescente variabilidade climática e de um aumento de riscos da ocorrência de desastres naturais, haveria um aumento da “pressão sobre o governo de Bangladesh para distribuir efetivamente pacotes de alimentos e ajuda alimentar como parte de seus programas de recuperação pós-desastres” (THE WORLD BANK, 2013b, p. xix). A partir desse posicionamento, ainda de acordo com o ODS 2.4, em que se prevê a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e a implementação de práticas agrícolas resilientes, pode-se depreender a não responsabilização governamental. Este não é responsável pela situação, entra como ajuda, como garantidor, facilitador ou implementador, pois a responsabilidade

é do indivíduo, o qual necessita dessa ajuda estatal para conseguir desempenhar seu papel. Novamente aparece a resiliência nesse contexto, o Estado entra como apoiador para o desenvolvimento da resiliência, enfatizando essa capacidade de recuperação perante situações adversas (JOSEPH, 2013). Assim, tendo em vista o ODS citado anteriormente, a resiliência da agricultura se encaixaria nessa abordagem de resiliência, conforme citado por Joseph (2013, p. 41), em que “a responsabilidade do indivíduo de se governar de maneira apropriada”, é parte dessa abordagem neoliberal, da governamentalidade.

Em relação às operações de empréstimo do Banco Mundial, o objetivo da avaliação ambiental é a de “melhorar a tomada de decisões, garantir que as opções dos projetos em consideração sejam viáveis e sustentáveis e que as pessoas potencialmente afetadas tenham sido devidamente consultadas.” (THE WORLD BANK, 2013b, p. 19). Assim, a Avaliação Ambiental e Social está sob o enquadramento das Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial, as quais objetivam auxiliar na não geração ou na mitigação de potenciais impactos ambientais e sociais negativos relativos a essas operações de empréstimo (THE WORLD BANK, 2013b). Em relação ao projeto de desenvolvimento de Bangladesh, as salvaguardas ambientais e sociais acionadas por este projeto estão demonstradas conforme tabela a seguir.

TABELA 8 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Bangladesh

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais		X
OP 4.09	Manejo de Pragas		X
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos		X
OP 4.12	Reassentamento Involuntário		X
OP 4.10	Populações Indígenas		X
OP 4.36	Florestas		X
OP 4.37	Segurança de Barragens		X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais		X
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito		X

FONTE: Banco Mundial, 2013. Environmental and Social Assessment (THE WORLD BANK, 2013b) – adaptado pela autora.

Observa-se que, de acordo com a tabela de salvaguardas acionadas do projeto de desenvolvimento de Bangladesh, as salvaguardas OP 4.01 foram as únicas acionadas dentro da normativa do Banco Mundial. Elaborou-se, portanto, como escolha para a estruturação da análise dos possíveis impactos, o documento de Avaliação Ambiental e Social focado nesse grupo operacional normativo, o qual seria a ferramenta guia das ações internas do país. Nesse sentido, percebe-se novamente como a racionalidade se materializa revelando impacto biopolítico. Nesse sentido, ainda sobre as políticas de salvaguarda, de acordo com o Banco Mundial (2013a), foi previsto, a partir desse projeto, um impacto social positivo para as famílias que se beneficiariam da garantia de se restabelecer a segurança alimentar em situação de pós-desastre. Por outro lado, como mencionado acima, tendo em vista a normativa da instituição, previa-se também que o projeto poderia resultar em consequências sociais e ambientais negativas, as quais deveriam ser previstas.

Tendo em vista as diretrizes do Banco Mundial, para se enquadrar, portanto, o país desenvolveu uma Avaliação de Impactos Ambientais e Sociais e, para lidar com esses possíveis impactos, foram elaborados planos de gerenciamento, tanto ambiental quanto social. Ademais, um Plano de Ação de Reassentamento também foi desenvolvido. Assim, a avaliação seria realizada considerando os três componentes do projeto dentro de suas aplicabilidades, sendo estes componentes: a construção de instalações modernas de silos de armazenamento de grãos, o de apoio ao Programa de Planejamento e Monitoramento de Alimentos e Mercado, e o de gerenciamento de projetos, supervisão de construção, assistência técnica, treinamento e estudos estratégicos. Esses documentos elaborados objetivavam a identificação de impactos potenciais e elaboração de medidas de mitigação para o projeto de implementação, sendo eles parte integrante da seleção do local final e demais considerações do projeto (THE WORLD BANK, 2013a, p. 50). Observa-se, novamente, esses documentos como ações de alinhamento à governamentalidade, sendo passíveis de impacto local.

O desempenho do projeto de desenvolvimento de Bangladesh em relação ao atendimento das Salvaguardas Ambientais e Sociais foi classificado como satisfatório em relatório do Banco Mundial em 2020 (THE WORLD BANK, 2020). Dessa maneira, entende-se que o país se adequou à normativa do Banco Mundial, conseqüentemente considera-se que está de acordo com a racionalidade neoliberal

propagada pela instituição. Independentemente de o encerramento do projeto ter sido postergado, ainda há previsão de cumprimento desse projeto de desenvolvimento de acordo com as diretrizes estipuladas. Tem-se em vista que a liberação do financiamento ocorre apenas perante o cumprimento das etapas acordadas no projeto, sendo este um indício de exercício do poder por meio da não liberação não havendo adequação à normativa. Novamente, a governamentalidade se faz presente apoiada no discurso, na verdade estabelecida e no poder exercido representado pelo Banco Mundial.

Etiópia

O projeto de desenvolvimento da Etiópia, o Segundo Projeto de Crescimento Agrícola, é parte do Plano de Transformação do Crescimento do país e envolve diferentes ações em prol do aumento da produtividade e da comercialização de pequenos agricultores. Tendo em vista os componentes que integram o projeto – 1.Serviços de Apoio Público Agrícola, 2.Pesquisa Agrícola, 3.Irrigação em Pequena Escala, 4.Marketing Agrícola e Cadeias de Valor; e 5.Gerenciamento de Projetos, Capacitação e Monitoramento e Avaliação –, esses serão avaliados quanto ao seu enquadramento no que é percebido como correto a partir do discurso aceito dentro da racionalidade neoliberal. Para se investigar essa característica do verdadeiro, a qual é revelada nos projetos de desenvolvimento que objetivam financiamento do Banco Mundial, pode-se estudar a conformidade dos componentes do projeto às Políticas de Salvaguardas da instituição, como já demonstrado. No caso desse projeto etíope, portanto, a identificação dessas políticas acionadas pode ser analisada conforme a tabela abaixo.

TABELA 9 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Etiópia

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais	X	
OP 4.36	Florestas		X
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos	X	
OP 4.10	Populações Indígenas	X	
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X	

OP 4.37	Segurança de Barragens	X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais	X
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito	X

FONTE: Banco Mundial, 2015. (THE WORLD BANK, 2015a, p. 10) – adaptado pela autora.

O projeto acionou diversas salvaguardas tendo em vista a amplitude de suas ações e, ainda, ressaltando que este contém o maior orçamento dentro do grupo de projetos analisados nesse trabalho. Em virtude dessa amplitude do projeto, ao englobar diversas ações, este abrange de forma plena as subdiretrizes do ODS 2, as quais serão destacadas a partir de alguns dos exemplos de ações ligadas ao acionamento de salvaguardas nos subprojetos. Evidencia-se que as salvaguardas foram acionadas pelos componentes de 1 a 4, os quais apresentam subprojetos com preocupações ambientais e sociais diversas (THE WORLD BANK, 2015b). Nesse sentido, destacou-se que:

a maioria dos subprojetos dos componentes 3 e 4 pode envolver a manipulação de paisagens e recursos e/ou afetar os direitos de uso (direitos de posse) das pessoas e/ou seus direitos de acesso aos recursos. Essas atividades podem causar alguns impactos ambientais e sociais. Esses impactos podem incluir perda de biodiversidade, destruição de habitats naturais e recursos culturais, erosão e sedimentação do solo, restrição de acesso a recursos, inundações, perda involuntária de terras e deslocamento de pessoas, poluição e doenças. Enquanto os subprojetos do componente 5 se concentram no gerenciamento, monitoramento e avaliação do programa, e podem não apresentar riscos ambientais e sociais adversos (THE WORLD BANK, 2015b, p. ix).

A partir dessa identificação de possíveis impactos decorrentes do projeto de desenvolvimento da Etiópia, foi estabelecida uma avaliação das ações que poderiam resultar em riscos ambientais ou sociais para que fossem observadas medidas de eliminação ou mitigação. Entre essas ações, entendidas nesse projeto como subprojetos, podem ser citadas, a implementação de subprojetos de conservação de solo e água baseados em bacias hidrográficas, a reabilitação, modernização e/ou melhorias da irrigação existente de pequena escala e o desenvolvimento doméstico de micro irrigação. Pontua-se que, ao mesmo tempo em que essas ações governamentais são passíveis de acionar salvaguardas, procuram atender aos ideais de desenvolvimento. Essas ações reverberam nas ações em prol da nutrição e segurança alimentar, revelando por essa temática a conexão global da

governamentalidade, sendo possível, a partir das implicações do projeto, a “observação das mentalidades, das práticas e dos mecanismos ordenadores que a compõem e incidem sobre os seus atores” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 34), observando-se na temática essa mentalidade que une o bio, o Estado e as organizações internacionais.

Nesse sentido, lembrando o ODS 2, de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2021e), os subtópicos 2.3, 2.4 e 2a podem ser observados a partir das ações dos subprojetos acima elencados. Assim, pode-se depreender que as ações sobre água, solo e irrigação vão em direção ao discurso estabelecido em partes contidas no ODS 2.3 de “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos”; no ODS 2.4 de “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção”; e, também, no ODS 2a de “aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, [...], para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos” (ONU, 2021f). Dessa forma, a mentalidade incide sobre o indivíduo a partir do entendimento da verdade estabelecida em âmbito internacional, por meio da aplicação de normas pelo Banco Mundial que influenciam também na prática local, na ação e no pensar o projeto localmente, o que reverbera na população.

Outras ações de subprojetos que se relacionam ao ODS 2 e ao acionamento de salvaguardas que podem ser exemplificativas em relação ao funcionamento da racionalidade são o apoio ao sistema de abastecimento de sementes, o fortalecimento de serviços de gestão e de fertilidade de solo e o apoio ao fornecimento de insumos pecuários e melhoramento de raças com objetivo de fortalecer os serviços de saúde animal (THE WORLD BANK, 2015b, p. ix). Estas podem ser observadas, por exemplo, no ODS 2.5 na parte sobre “manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens” e no ODS 2a, na parte em que se prevê o aumento do “investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em [...] bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos

países menos desenvolvidos” (ONU, 2021f). Desse modo, é evidenciado o alinhamento das ações do projeto à racionalidade.

Nessa linha de pensamento, como dito, para se adaptar ao entendimento atual do desenvolvimento ao delinear o projeto, o país segue o entendimento contido no arcabouço internacional, considerando, por exemplo, as Políticas de Salvaguardas e os ODSs, conforme aqui trabalhado. Desse modo, observando-se as salvaguardas, é trazido no projeto como o país irá proceder quanto ao atendimento delas, sob as quais foram identificadas ações de atenção, sendo alguns exemplos acima citados. Assim, a normativa do Banco Mundial a respeito das salvaguardas foi objeto de atenção no projeto de desenvolvimento da Etiópia e, sobretudo, no documento voltado ao tema, o de Avaliação Ambiental, o qual comunica a Estrutura de Gestão Ambiental e Social, na qual são apresentados objetivos conforme a tabela abaixo.

TABELA 10 – Estrutura de Gestão Ambiental e Social – Projeto Etiópia

Objetivos Específicos da Estrutura de Gestão Ambiental e Social

1	Estabelecer procedimentos e metodologias claras para integrar as questões ambientais e sociais no planejamento, revisão, aprovação e implementação de subprojetos a serem financiados no âmbito do Segundo Projeto de Crescimento Agrícola;
2	Especificar as funções e responsabilidades apropriadas e descrever os procedimentos de relatório necessários para gerenciar e monitorar as preocupações ambientais e sociais relacionadas aos subprojetos do Segundo Projeto de Crescimento Agrícola;
3	Determinar o treinamento, capacitação e assistência técnica necessários para implementar as disposições da Estrutura de Gestão Ambiental e Social;
4	Estabelecer o orçamento necessário para implementar a Estrutura de Gestão Ambiental e Social;
5	Fornecer recursos práticos para a implementação da Estrutura de Gestão Ambiental e Social.

FONTE: Autora, 2022. Construída com base em dados oficiais do Banco Mundial, 2015. Cadre de Gestion Environnementale et sociale (THE WORLD BANK, 2015b).

Ao se observar os objetivos elencados na tabela acima, esta é uma estrutura de procedimentos, de práticas implantadas no país a partir desse projeto de desenvolvimento. Como anteriormente apresentado, essa é uma forma a partir da qual pode ser compreendido como, por exemplo, as práticas, os mecanismos ordenadores compõem a governamentalidade global e incidem sobre seus atores.

Nesse sentido, ao se avaliar o projeto de desenvolvimento etíope, no qual se identificou o acionamento de salvaguardas dos componentes 1 a 4, no documento de Avaliação Ambiental, conforme o Banco Mundial (2015b), a Estrutura de Gestão Ambiental e Social é citada como preparada para gerir e mitigar os impactos negativos decorrentes desses quatro primeiros componentes. Dessa maneira, depreende-se que a partir das práticas observadas, o projeto de desenvolvimento da Etiópia apresenta-se como um instrumento de alinhamento para o país à racionalidade neoliberal.

Nigéria

O Segundo Financiamento Adicional ao Terceiro Projeto Nacional de Desenvolvimento Fadama é o projeto de desenvolvimento nigeriano junto ao Banco Mundial, como anteriormente trabalhado. Assim, ao se analisar os dois objetivos do projeto frente aos seus alinhamentos com a racionalidade neoliberal, pode-se, a partir do foco dessa tese, estabelecer sua conformidade em relação ao ODS 2 e ao atendimento às Políticas de Salvaguardas da instituição. Inicialmente, entende-se, a partir da meta de enquadramento do projeto dentro de uma política estabelecida no país em 2015 voltada para a garantia da segurança alimentar nacional e para o desenvolvimento de cadeias de valor na agricultura, o alinhamento dessa nova política do país ao ODS 2. Esse ODS, conforme já mencionado, apresenta o objetivo de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2021e), assim, percebe-se a conexão direta com a verdade estabelecida pela racionalidade neoliberal.

O primeiro objetivo do projeto de desenvolvimento, o qual baseia-se nessa nova política nacional, é relativo ao aumento da renda de usuários de terras e de recursos hídricos da região Nordeste do país (THE WORLD BANK, 2016c). O outro objetivo relaciona-se ao auxílio a famílias afetadas por conflitos ocorridos em seis estados da região nordeste da Nigéria. Essas famílias estão localizadas nas áreas agrícolas e apresentam urgência por alimentos e meios de subsistência. Dessa maneira, entende-se que o auxílio a essas famílias, além de atender perfeitamente ao ODS 2, também se comunica com as especificidades desse. Com o ODS 2.1 de “acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (ONU, 2021f). Também com o ODS 2.2

de “acabar com todas as formas de desnutrição” e com o ODS 2.3 de “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra” (ONU, 2021f). Assim, o auxílio a essas famílias rurais está plenamente amparado a partir da governamentalidade global.

Ademais, em relação às salvaguardas acionadas, embora o objetivo desse projeto de desenvolvimento esteja ligado ao auxílio a famílias rurais que passam necessidade alimentar e de subsistência e estão localizadas em uma área considerada de conflito, a salvaguarda “Projetos em áreas de conflito” não foi acionada. Nesse caso, o projeto nigeriano não está diretamente relacionado ao conflito, mas às consequências desse em uma área específica. Por outro lado, por se tratar de uma reestruturação de projeto em que houve uma redução da área geográfica de atuação, as demais salvaguardas estabelecidas no projeto anterior permaneceram. Nesse sentido, o quadro de salvaguardas ativadas pelo projeto de desenvolvimento da Nigéria ficou definido conforme a tabela a seguir.

TABELA 11 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Nigéria

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais	X	
OP 4.36	Florestas	X	
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos	X	
OP 4.10	Populações Indígenas		X
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X	
OP 4.37	Segurança de Barragens	X	
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais	X	
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito		X

FONTE: Banco Mundial, 2016. (THE WORLD BANK, 2016a) – adaptado pela autora.

A partir da reestruturação do projeto, por esse ser um projeto adicional, houve o acionamento de mais duas salvaguardas, a de Recursos Culturais Físicos e a de Segurança de Barragens, de acordo com o Banco Mundial (2016c), além das

que permaneceram para o projeto, conforme identificadas na tabela acima. Em relação aos Recursos Culturais Físicos, “considera-se que o projeto envolverá elementos de escavação, a construção de pequenas barragens e estradas de terra, portanto, não é inconcebível que as relíquias culturais possam ser encontradas” (THE WORLD BANK, 2016a, p. 5), dessa forma, caso isso ocorra procedimentos adequados devem ser tomados. Em relação à salvaguarda Segurança de Barragens, “o projeto pode envolver a construção, reforço ou modificação de pequenas barragens, açudes e represas de água” (THE WORLD BANK, 2016a, p. 5). Apesar de nenhuma grande barragem fazer parte do projeto, há a previsão da necessidade da contratação de engenheiros qualificados para supervisão do projeto. Essas ações a serem tomadas pela Nigéria, principalmente em relação às barragens, apresentadas como obrigatórias, demonstram na prática a ação de uma norma ligada a governamentalidade global sendo internalizada no país e estabelecendo seus efeitos sobre a população, incluindo-se também empregos e movimentação da economia.

Entende-se, a partir de uma perspectiva foucaultiana, que mesmo com vistas a solucionar um problema interno inerente à população, as ações da Nigéria fazem parte de um resultado ligado à conduta dos agentes internacionais. Nesse viés, relembando o entendimento de governamentalidade de Foucault, em que o conjunto de instituições, análises, procedimentos, táticas permitem exercer uma forma complexa e específica “de poder sobre a população, tendo como forma de saber a economia política e como instrumento técnico dispositivos de segurança” (2008a, p. 143), evidencia-se as diretrizes da instituição como potenciais meios, tecnologias de exercício de poder. Nesse sentido, pode-se destacar que o financiamento adicional concedido à Nigéria – o qual é direcionado a auxiliar na recuperação e na reconstrução de parte do país que passou por perdas e danos de propriedade, infraestrutura econômica e de meios de subsistência em consequência de conflito interno (THE WORLD BANK, 2016c) –, é parte da racionalidade, pois reverbera efeitos sobre sua população, por exemplo. Assim, o país estabelece padrões, sobretudo ligados à ideia de desenvolvimento, refletindo a racionalidade em ação, que por muitas vezes parece sutil de tão presente e naturalizada que se apresenta.

África do Leste

O Projeto Regional de Desenvolvimento Agrícola Integrado dos Grandes Lagos, no qual República Democrática do Congo e Burundi são parte, exemplifica a visão de busca pelo desenvolvimento de acordo com a racionalidade neoliberal. Objetivando melhorias no setor agrícola como forma de combater problemas relacionados à insegurança alimentar e à pobreza, as ações procuram refletir também um melhor uso dos recursos naturais, crescimento econômico e integração regional, em acordo com a ideia de desenvolvimento sustentável estabelecida. Nesse viés, conforme o Banco Mundial (2016d, p. 2), a restrição fundamental à agricultura na região é a baixa produtividade, assim, considera-se que ao lidar com essa restrição “o desempenho agrícola deve fortalecer as contribuições da agricultura para a segurança alimentar, emprego, nutrição familiar e redução da pobreza” (THE WORLD BANK, 2016d, p. 2). Dessa forma, percebe-se a afinidade do projeto ao ODS 2, sendo um projeto voltado ao desenvolvimento agrícola com finalidade na melhora das condições de vida da população, observando-se nesse ponto o foco no elemento da biopolítica foucaultiana.

Essa baixa produtividade agrícola é creditada à falta de insumos, de infraestrutura, de tecnologias modernas e, também, à falta de proteção de bacias hidrográficas. Além da solução desses problemas para a produtividade, a instituição compreende que:

o desenvolvimento agrícola depende da resolução de muitos problemas abrangentes. Por exemplo, a governança econômica limitada impede o surgimento de um setor privado forte e aumenta significativamente os custos de produção. O financiamento público inadequado para a agricultura minou a supervisão, a extensão agrícola e a pesquisa por anos. (THE WORLD BANK, 2016d, p. 2)

Tendo em vista a ideia expressa acima, analisando-se conjuntamente com o segundo componente do projeto de desenvolvimento, o qual consiste no apoio ao desenvolvimento do setor agroindustrial privado, pode-se visualizar a ação em consonância à governamentalidade. Assim como anteriormente citado nessa tese, no Consenso de Washington e no pós-Consenso de Washington havia ênfase no desenvolvimento do setor privado em contrapartida à gestão direta da economia pelo Estado e intolerância para empresas de desenvolvimento controladas pelo Estado. Esse incentivo dos Estados a encorajar a auto governança individual, do

privado, é visto como traço da racionalidade neoliberal (CUMMINGS; SEFERIADIS; HAAN, 2020). Assim, o Estado se torna financiador do desenvolvimento e o privado executor, ao mesmo tempo os governos são alocados como ‘possuidores’ das políticas contidas nos projetos de desenvolvimento como condições dos empréstimos (FINE; WAEYENBERGE, 2006). Nesse sentido, pode-se observar a governamentalidade se internalizando no Estado, mas, mais do que isso, envolvendo e se tornando todo o seu sistema de funcionamento, sendo o que ela é.

Em relação aos problemas de falta de produtividade agrícola podem se destacar, por exemplo, a necessidade de sementes melhores, a pobre infraestrutura produtiva e de equipamentos, o fraco acesso a mercados e “a falta de proteção das bacias hidrográficas regionais (ameaçando a sustentabilidade do solo e outros recursos)” (THE WORLD BANK, 2016d, p. 2). Esses quatro exemplos podem ser diretamente correlacionados aos ODS, novamente a racionalidade chegando no interno, para a população. Em relação ao primeiro, da necessidade de sementes, pode-se relacionar este ao ODS 2.5 de “manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, [...], inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional” (ONU, 2021f) e ao ODS 2a de “Aumentar [...] os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos” (ONU, 2021f). Destaca-se ainda o alinhamento desse projeto de desenvolvimento a ideia de cooperação regional dentro desse contexto agrícola.

O exemplo que cita a pobre infraestrutura produtiva e de equipamentos também pode ser relacionado ao ODS 2a em que se considera o aumento do “investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia” (ONU, 2021f). De fato, o projeto procura proporcionar esse aumento do investimento via cooperação internacional por meio do próprio financiamento do Banco Mundial ao projeto. Desse modo, o país se beneficia dessa verdade estabelecida internacionalmente, tendo em vista a governamentalidade global, internaliza as regras para recebimento do financiamento no que ainda não se enquadra e, assim, se estabelece um círculo de funcionamento de saber, verdade e poder. Nesse funcionamento, a visão de mercado continua se propagando.

A partir dessa ideia de mercado, o terceiro exemplo, do fraco acesso a mercado, enquadra-se ao ODS 2b de “corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente” (ONU, 2021f) e ao 2c. de “corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais” (ONU, 2021f), sob os quais estão estabelecidas mais obrigações, estas ligadas a liberalização comercial. Este exemplo, também, pode ser enquadrado naqueles entendimentos do ODS em que se prevê auxílio às melhoras da produção agrícola como forma de fortalecer o setor.

O quarto exemplo que traz a ameaça à sustentabilidade do solo e outros recursos devido à falta de proteção das bacias hidrográficas regionais pode ser encaixado, por exemplo, no ODS 2.4 relacionado a “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, [...] que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo” (ONU, 2021f). Nesse viés, há o entendimento de que a área do projeto se caracteriza por níveis significativos de degradação ambiental. Considera-se que a degradação florestal, além de ameaçar a biodiversidade e a sustentabilidade de investimentos agrícolas, é causa de “deslizamentos de terra e sedimentação relacionada à erosão em encostas íngremes e reduz a disponibilidade de carvão vegetal, a fonte de combustível mais importante nas áreas rurais” (THE WORLD BANK, 2016d, p. 3). Dessa forma, em relação ao alinhamento do projeto ao entendimento de meio ambiente a partir do desenvolvimento sustentável, são definidas as salvaguardas acionadas por ele de acordo com a normativa do Banco Mundial, as quais devem ser observadas, conforme exposto na tabela a seguir.

TABELA 12 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto África do Leste

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais	X	
OP 4.36	Florestas	X	
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos	X	
OP 4.10	Populações Indígenas	X	
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X	

OP 4.37	Segurança de Barragens	X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais	X
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito	X

FONTE: Banco Mundial, 2016. (THE WORLD BANK, 2016d, p. 6) – adaptado pela autora.

Por envolver construção de infraestrutura, o projeto traz riscos ambientais e impactos nas áreas selecionadas, assim como a necessidade, no manejo de pragas, de gerenciamento de pesticidas pelo aumento das atividades agrícolas. De acordo com o Banco Mundial (2016e), em relação aos habitats naturais, espera-se que não haja consequências negativas a essas áreas, mas sim positivas pelos investimentos em preservação da área prevista no projeto. Em relação às florestas, como o projeto impactará nelas e na disponibilidade sobre elas, mudanças na gestão, proteção ou utilização de florestas naturais ou plantações são entendidas como necessárias (THE WORLD BANK, 2016e). Os recursos culturais físicos podem ser encontrados ao longo das obras. De acordo com o Banco Mundial (2016e), em relação às populações indígenas, o projeto contém medidas para garantir que não haverá impactos sobre essa população, ademais, em relação aos reassentamentos involuntários, se considera que estes serão mínimos.

Em relação aos projetos em hidrovias internacionais, “espera-se que as atividades relacionadas à irrigação sejam realizadas ao longo do rio Ruzizi. Como é um organismo de águas internacionais, deve ser enviada uma notificação aos ribeirinhos, nomeadamente da Zâmbia, Tanzânia, Ruanda e Burundi” (THE WORLD BANK, 2016e, p. 11). Tendo em vista a complexidade das ações e obras envolvidas no projeto, este foi reestruturado em decorrência de atrasos e readequações. Por exemplo, o componente de apoio ao desenvolvimento do setor agroindustrial privado apresentou realocação de recursos internamente. Entende-se que “a conclusão dos procedimentos administrativos e de salvaguarda, juntamente com as restrições de segurança e a pandemia de COVID-19, dificultaram a implementação das atividades do projeto, em particular as infraestruturas” (THE WORLD BANK, 2021b). Sendo assim, a partir da reestruturação, a expectativa de encerramento do projeto de desenvolvimento será para junho de 2023.

Peru

O projeto de desenvolvimento do Peru, o Programa Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura, apresenta como foco o fortalecimento da capacidade do país de estabelecer inovações nas cadeias de valor da pesca e da aquicultura (THE WORLD BANK, 2017b). O projeto é uma iniciativa para a redução da pobreza, para o desenvolvimento e a modernização do setor. Nos quatro componentes que compõem esse projeto, o país estabeleceu linhas de intervenção e, também, identificaram-se os problemas a serem enfrentados, trabalhando de forma separada a pesca e a aquicultura. A linguagem desse projeto parece voltada às práticas, sendo mais técnica. Dentro dessas ações práticas elencadas, algumas serão selecionadas como forma de exemplificar o seu alinhamento ao ODS 2 de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2021e). Assim, com esse intuito, serão selecionadas ações dos dois primeiros componentes do projeto.

Para o componente 1, referente à promoção da inovação no subsetor da pesca, pode ser citada a ação relacionada à “pesquisa aplicada para projetar e testar novos sistemas de gestão pesqueira, melhores práticas, arranjos e métodos de planejamento que contribuem para a sustentabilidade da pesca” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 7). Essa ação pode ser enquadrada no ODS 2.4 de “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas” (ONU, 2021f), assim, a ação traz a produção de um sistema pensado sustentável no caso da pesca. O componente 2, de promoção da inovação no subsetor da aquicultura, na ação de “pesquisa aplicada destinada a avaliar o potencial de espécies aquáticas nativas, preencher lacunas tecnológicas e/ou compreender melhor os contextos socioeconômicos para permitir seu cultivo economicamente viável” pode ser visto como alinhada ao ODS 2a de “aumentar o investimento [...] em [...], pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e nos bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento” (ONU, 2021f). Desse modo, novamente, é percebido o estabelecimento do alinhamento do saber com a ação governamental.

O Marco de Gestión Ambiental y Social (Marco de Gestão Ambiental e Social), documento que dispõe sobre a adequação ambiental e social do projeto

peruano às diretrizes do Banco Mundial, foi elaborado “com o objetivo de atender tanto à legislação ambiental nacional como às considerações contidas nas políticas de operações ambiental e social do Banco Mundial” (THE WORLD BANK, 2016b, p. xv). Dessa forma, expressamente, é colocado o fato de serem atendidas as diretrizes do Banco Mundial. Nesse sentido, a partir de uma visão foucaultiana, em um contexto de governamentalidade global, Joseph (2009) destaca que ao se observar o exercício do governo, além da ação desse sobre a população, pode-se observar a influência de diferentes forças internacionais. Assim, esse documento tem força direta de ação sobre a população, mas ao mesmo tempo é influenciado por “força internacional” por meio das Políticas de Salvaguardas como força normativa do Banco Mundial aplicada obrigatoriamente a seus projetos. A partir disso, as salvaguardas acionadas pelo projeto de desenvolvimento do Peru foram identificadas conforme tabela a abaixo.

TABELA 13 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Peru

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais	X	
OP 4.36	Florestas		X
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos	X	
OP 4.10	Populações Indígenas	X	
OP 4.12	Reassentamento Involuntário		X
OP 4.37	Segurança de Barragens		X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais	X	
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito		X

FONTE: Banco Mundial, 2016. (THE WORLD BANK, 2016b, p. xv) – adaptado pela autora.

Em relação às salvaguardas acima acionadas, as relacionadas à avaliação ambiental e aos projetos em hidrovias internacionais se destacam para esse projeto de desenvolvimento devido ao tema da pesca e aquicultura. O que foi destacado no documento de avaliação ambiental e social (nesse projeto chamado de Marco) em relação aos temas de salvaguardas acionadas, foi de que os executores dos subprojetos devem levar em consideração as políticas operacionais ambientais e

sociais do Banco Mundial durante sua formulação e implementação (THE WORLD BANK, 2016b). Esse atendimento a essas diretrizes internacionais acima identificadas reverberam novamente a racionalidade sobre a população, a economia, as práticas do país. Outro exemplo de estabelecimento da governamentalidade no país está na consideração que o projeto traz de que “o quadro macroeconômico de três pilares do Peru (que combina uma taxa de câmbio flexível, metas de inflação e prudência fiscal) contribuiu para um longo período de relativa estabilidade macroeconômica” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 1). Essa justificativa de política econômica segue as normas entendidas como verdade das instituições internacionais como FMI e Banco Mundial, percebendo-se o exercício de poder pela verdade estabelecida.

Nessa perspectiva também, tendo em vista a operacionalização do projeto de desenvolvimento em si, no componente 3 – de fortalecimento do SNIPA, de instituições e de políticas para melhorar a governança da pesca e da aquicultura – se estabelece que as atividades do projeto serão empreendidas de acordo com:

a visão do governo de criar um sistema descentralizado, aberto e dinâmico envolvendo atores públicos e privados para promover a inovação no setor e melhorar o conhecimento necessários para assegurar uma gestão eficiente e sustentável da base de recursos em que a pesca e a aquicultura dependem (THE WORLD BANK, 2017b, p. 8).

A ideia de envolver atores públicos e privados em um sistema descentralizado, aberto e dinâmico pode ser interpretada dentro de uma visão de mercado e da atualidade do Banco Mundial, na qual se tem o enfrentamento da pobreza, a busca pelo desenvolvimento sustentável unidos a promoção do setor privado pelo governamental. Todo esse sistema de funcionamento de mercado, não está apenas relacionado à economia, mas está em todas as práticas como entendido pela governamentalidade. Nesse viés, ainda em relação ao componente 3, é relacionada a ele a percepção de promover co-benefício à mudança climática, com a melhora da biodiversidade, por exemplo. Nesse co-benefício entende-se de que haverá o fortalecimento de capacidade analítica possibilitando “projetar e implementar mecanismos de governança que irão facilitar a adaptação dos sistemas de gestão de pesca e métodos de produção aquícolas para mudanças ambientais causadas pelas mudanças climáticas ”(THE WORLD BANK, 2017b, p. 8). Assim, depreende-se que o discurso permeia tanto quanto a prática e um conduz ao outro.

Relacionando-se ao saber e à verdade, entende-se nesse ponto um discurso alinhado à sustentabilidade, o qual novamente reflete a racionalidade em curso.

Malauí

O Projeto de Comercialização Agrícola do Malauí objetiva aumentar a comercialização de determinados produtos da cadeia de valor agrícola no país. Sendo um projeto de desenvolvimento com objetivo de angariar recursos junto ao Banco Mundial, este reflete as necessidades do país dentro do ideal de desenvolvimento da racionalidade, adotando as regras expressas pela instituição. Nesse sentido, a “Estrutura de Gestão Ambiental e Social do projeto de desenvolvimento para a Comercialização Agrícola do Malauí foi preparada sob o apoio técnico do escritório do Banco Mundial no país” (THE WORLD BANK, 2017c, p. i). Dessa forma, o saber propagado pela instituição é posto como verdade a ser seguida, observando-se nesse ponto o exercício de poder, propiciando a intervenção no interno do Estado e reverberando essa verdade sobre a população.

Tendo em vista que a partir desse projeto de desenvolvimento se objetiva a comercialização de produtos agrícolas e agroindustriais selecionados para mercados internos e de exportação. De acordo com o Banco Mundial (2017d, p. 4), no Malauí “a produção e produtividade da agricultura tem estado geralmente abaixo do potencial do país e não é suficiente para igualar a crescente demanda interna e de mercados de exportação”. Assim, essas baixas produção e produtividade refletem em uma baixa renda na agricultura, sendo provocadas por restrições climáticas, “baixa adoção de tecnologias agrícolas, baixo acesso a insumos agrícolas, baixa mecanização, baixa qualificação técnica do trabalho, acesso limitado a financiamento, ligações fracas aos mercados e irrigação limitada” (THE WORLD BANK, 2017d, p. 4). Credita-se a situação de pobreza do país a identificação de fatores entendidos como conhecidos, revelando-se uma visão de mercado inerente à governamentalidade, sendo estabelecido um saber e a verdade a partir dele.

Esse diagnóstico dos problemas que afetam o país no setor agrícola se alinha ao ODS 2.3 de “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, [...], inclusive por meio [...] [de] recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados” (ONU, 2021f). Também, a partir das considerações do projeto o ODS 2.4 pode ser visualizado ao prever a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e a implementação de

“práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas” (ONU, 2021f). Nesse sentido, a racionalidade se faz presente a partir desse discurso internacionalizado que reflete a preocupação para solução da verdade vivida no país, a qual é enquadrada dentro de parâmetros do saber.

Observa-se ainda que mesmo com os desafios enfrentados no setor agrícola pelo país, de acordo com o Banco Mundial (2017d), o comércio do Malauí está altamente concentrado em commodities agrícolas, entretanto, a situação de insegurança alimentar permanece como problema enfrentado pelo país, sendo um foco para esse projeto. Essa situação enfrentada pelo Malauí é visualizada em outros países, relembrando, assim, o exemplo da Índia citado como país exportador de alimentos e que ainda assim apresenta uma situação interna de insegurança alimentar (DOLZAN, 2017). No caso do Malauí, destaca-se que “o comércio de commodities agrícolas é dominado por um número muito pequeno de grandes empresas” (THE WORLD BANK, 2017d, p. 5). Dentro desse contexto, o componente 1 do projeto de desenvolvimento prevê apoiar a integração de pequenos agricultores visando melhorar suas capacidades de financiamento, de produção, de investimento e de atendimento aos requisitos do mercado (THE WORLD BANK, 2017b), novamente se estabelecendo um alinhamento ao ODS 2.3, visando integrar esses pequenos produtores ao mercado, à racionalidade.

Para o projeto de desenvolvimento do Malauí, o estabelecimento de infraestrutura representa a principal fonte de possíveis impactos ambientais e sociais significativos, assim, as ações como, por exemplo, construção de “estradas de alimentação, reabilitação de esquemas de irrigação e construção de infraestrutura elétrica e potável” (THE WORLD BANK, 2017c, p. viii), são ações sujeitas a essa avaliação para esse projeto. Nesse sentido, a partir da análise sobre os possíveis impactos ambientais e sociais do projeto do Malauí, as salvaguardas acionadas identificadas foram relacionadas conforme tabela a seguir.

TABELA 14 – Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais Acionadas – Projeto Malauí

Políticas de Salvaguarda Acionadas		SIM	NÃO
OP 4.01	Avaliação Ambiental	X	
OP 4.04	Habitats Naturais		X
OP 4.36	Florestas		X
OP 4.09	Manejo de Pragas	X	
OP 4.11	Recursos Culturais Físicos		X
OP 4.10	Populações Indígenas		X
OP 4.12	Reassentamento Involuntário	X	
OP 4.37	Segurança de Barragens		X
OP 7.50	Projetos em Hidrovias Internacionais		X
OP 7.60	Projetos em Áreas de Conflito		X

FONTE: Banco Mundial, 2017. (THE WORLD BANK, 2017b, p. 4) – adaptado pela autora.

No caso do projeto do Malauí, as salvaguardas acionadas foram relacionadas a três áreas, a avaliação ambiental, o manejo de pragas e o reassentamento involuntário. De acordo com o Banco Mundial (2017c), as obras de reabilitação e desenvolvimento de esquemas de irrigação e de armazéns rurais seriam as principais fontes de impacto ambiental e social dentro do projeto. Ademais, destaca-se que o uso de pesticidas pode trazer riscos ambientais para a biodiversidade e, também, para a saúde das pessoas. É previsto que “todos os impactos negativos identificados podem ser reduzidos ou, em alguns casos, evitados, com a implementação oportuna das medidas de mitigação” (THE WORLD BANK, 2017c, p. 3) contidas no relatório apresentado sobre o tema para o projeto. Dessa forma, entende-se que como uma ferramenta obrigatória e necessária para a concretização desse projeto, a observância das diretrizes sobre as ações em busca do desenvolvimento propiciará o alcance desse objetivo ao país.

Concluída a análise individual dos projetos, esta contrapartida exemplificada pelas Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial e pelo ODS 2 é parte do caminho pelo qual a governamentalidade pode ser percebida na prática, assim, tendo sua materialidade posta. Desse modo, na próxima subseção, para se visualizar o processo de materialização será apresentada uma análise global dos projetos e serão elencados quatro aspectos que possibilitam a observação do exercício de poder e dessa materialidade a partir desses projetos de desenvolvimento do tema de

nutrição e segurança alimentar relacionados ao setor de agricultura com foco na administração pública. Nesse sentido, tem-se esse objetivo de se ilustrar de forma empírica de que maneira a governamentalidade se materializa na atualidade.

5.1.3 Materialização da Governamentalidade Global a partir de Quatro Aspectos

A partir da análise dos projetos acima desenvolvida, é possível se depreender de que forma a governamentalidade global se materializa, sendo estabelecida na prática e atingindo seu foco que é a população por meio do exercício de poder. Lembrando que a governamentalidade é caracterizada por Foucault (2008a, p. 143) como “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder”, sendo sua principal forma de saber a economia política. A economia política pode ser compreendida como “um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 140–141). Assim, a governamentalidade global pode ser compreendida como essa estrutura em que o poder opera internacionalmente. Pode ser feito um paralelo ao entendimento do direito consuetudinário, o qual é parte do direito internacional público – lembrando que este também integra essa racionalidade expressa por governamentalidade global. No direito, para haver o entendimento da existência de um costume internacional, são necessários um elemento material, a prática sendo a repetição ao longo do tempo, e um elemento subjetivo, sendo a crença, convicção da necessidade de um ato ou procedimento (REZEK, 2008). Nesse paralelo, há a prática governamental, que é aceita internacionalmente a partir de uma crença, baseada no saber e na verdade aceitos, essa união gera efeitos sobre os Estados.

Ademais, espelhando a compreensão de governamentalidade para a de governamentalidade global, pode-se avaliar o poder em âmbito internacional, tendo em vista que a governamentalidade é meio para ele, permitindo seu exercício conforme a definição de Foucault acima mencionada. Assim como a governamentalidade, que tudo permeia, o poder também se faz onipresente, está em todo sistema internacional, da mesma forma que se entende estar em toda a sociedade (MACHADO, 2007), se compreendendo o poder como uma relação seja

em âmbito externo ou interno. Na perspectiva de Foucault o poder é visto como ascendente, que flui do micro para o macro, em que em um cenário internacional de governamentalidade global, apresentam-se milhares de complexas micro relações em todos os níveis – ainda em paralelo com a visão intraestatal (2005, p. 100) como visto no capítulo 2 – , seja nos próprios Estados, entre Estados, ou entre esses e outros entes internacionais. Assim, fazendo um paralelo com a visão de Foucault (2006), uma estrutura internacional (de Estado) ou uma dominação de alguns Estados (de classe) só ocorre se houver micro relações de poder.

A racionalidade neoliberal sustenta as relações de poder, sendo que dentro dessa governamentalidade global as formas de poder se articulam em um campo mais amplo, sem desconsiderar as relações intraestatais, mas somando outras relações em âmbito global e, conseqüentemente, possibilitando se priorizar nas análises essas relações externas. Na governamentalidade observa-se a internalização e a geração do saber a partir dos grupos sociais, das famílias, dos indivíduos, comparativamente, na governamentalidade global observa-se essa internalização e geração nos grupos de Estados, nos Estados, e nas próprias instituições internacionais. Portanto, nesse sentido, por exemplo, “organizações internacionais e organizações não governamentais [...] contribuem para a definição de um regime específico da governamentalidade biopolítica” (MEZZADRA; WALKER, 2019, p. 150). Nesse caso, em sua forma de nomear, Mezzadra e Walker (2019) expressam esse ponto focal da governamentalidade que é a biopolítica, a qual se torna um assunto global e para a qual são voltadas práticas governamentais.

A partir disso, em relação às OIs, Joseph avalia que embora a população continue sendo ponto focal da governamentalidade, “o objetivo das organizações internacionais pode ser menos a regulação das populações do que a aplicação da governamentalidade aos estados” (JOSEPH, 2009, p. 413), sendo os Estados colocados como alvo. Dessa forma, quando se examinam ações que têm como foco claro e direto a população, exemplificadas com os ODSs da ONU, o autor considera que as OIs estariam se centrando, nesse caso, menos em regulação estatal e se levantaria “a questão de saber se são realmente Estados ou suas populações que estão sendo alvo” (JOSEPH, 2009, p. 424). O que o autor traz em discussão não é o fato de a governamentalidade ter seu foco na população, operar sobre as OIs, sobre os Estados e todo o sistema. O que se discute são as ações das OIs por se constatar que a aplicabilidade da governamentalidade se dá de diferentes formas,

por não ser possível operar os mecanismos em Estados em diferentes estágios, sendo que elas direcionam os Estados por meio de suas normas e diretrizes.

Diante disso se entra no ideal do desenvolvimento, por haver esses estágios diferentes de desenvolvimento, fator que caracteriza heterogeneidade entre países, entende-se que a governamentalidade não opera de forma universal. A falta desse enquadramento operacional é entendida por questões internas adversas dos países. Como externalizado pelo discurso de OIs, essas questões seriam “práticas internas, falta de democracia, falta de empoderamento das mulheres e grupos locais, falta de transparência e excesso de confiança no tipo errado de regulamentação e intervenção do Estado” (JOSEPH, 2009, p. 421). Assim, como citado no capítulo 3, pode ser exigido aos países em desenvolvimento, para que se enquadrem em políticas de financiamento do Banco Mundial, por exemplo, a desistência de formas nativas de economia e sociabilidade quando for o caso (VRASTI, 2013). Nesse viés, Joseph (2009, p. 421) considera que os países em desenvolvimento “estão presos às condições sociais de seu próprio estágio de desenvolvimento, mas são sujeitos às estratégias e técnicas dos países liberais avançados que dominam as atividades das principais organizações de desenvolvimento”, sendo uma delas o Banco Mundial, foco de estudo desse trabalho.

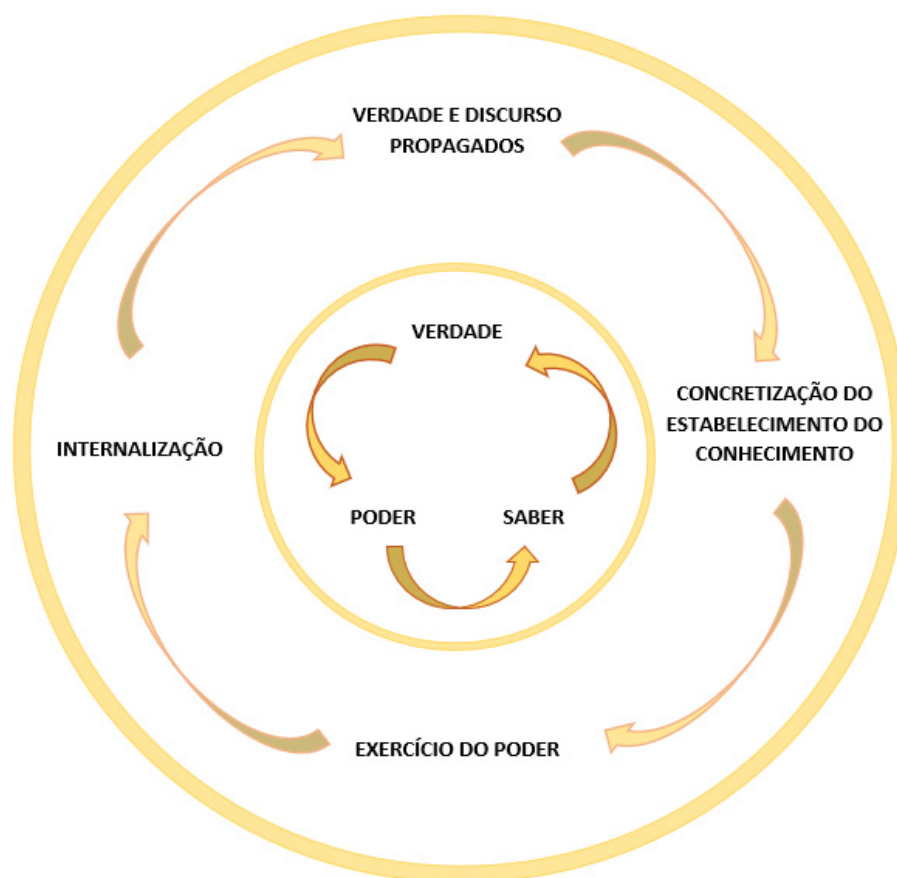
A partir disso, tendo em vista que a governamentalidade atinge de formas distintas os países em decorrência de suas diferenças, nessa tese se aborda a racionalidade neoliberal como dinâmica, portanto, sendo possível observar a governamentalidade em funcionamento de forma global. Assim, o que se entende é de que os impactos da governamentalidade podem variar, sendo que alguns Estados precisarão de mais adaptações e, aos poucos, neles ela poderá se embrenhar a cada momento com mais profundidade. Dessa forma, para se compreender como a governamentalidade se materializa nos países em desenvolvimento a partir de diretrizes internacionais, optou-se por um tema diretamente relacionado ao desenvolvimento e à população, sendo compreendido como um desafio a esses países. A nutrição e segurança alimentar relacionam-se à melhora de condições de vida da população, nesse sentido, conforme dito no capítulo 4, “uma nutrição adequada contribui para o desenvolvimento humano ajudando as pessoas a atingirem seu potencial completo e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo processo de desenvolvimento” (FAO, 2015, p. 26). Dessa forma, o indivíduo se integra à racionalidade, assim, estabelecendo a

reprodução desse saber, definição da verdade, gerando exercício de poder e assim por diante segue em um movimento circular, o qual se autoalimenta.

Como observado anteriormente no capítulo 2, o saber pode ser entendido como o pensamento que estrutura as práticas governamentais, sendo que essas práticas e o pensamento sobre elas se constituem mutuamente (BRÖCKLING; KRASMANN; LEMKE, 2011). Ademais, tendo em vista que o governo é entendido como a “conduta da conduta”, em relação a conduzir indivíduos, em âmbito internacional, em algumas relações com os Estados, as OIs podem ser vistas como condutoras dessa “conduta da conduta” por meio de suas práticas governamentais. Essa condução impacta nas relações de poder, sendo o Banco mundial uma OI que exerce poder internacionalmente. Pode-se considerar esse exercício do poder quando o Banco Mundial cria diretrizes, normas que devem ser observadas em seus projetos. Esse exercício se concretiza quando os países incorporam essas normas aos projetos e, também, quando as internalizam. O exercício do poder pode ainda ser observado, por exemplo, quando o Banco Mundial disponibiliza as quantias acordadas no projeto apenas perante cumprimento dessas normas.

A partir disso, em âmbito internacional o Banco Mundial é percebido nesse trabalho como uma organização internacional que possibilita a observação empírica dessa racionalidade por meio da concretização do exercício de poder. Assim, tendo em vista os projetos de desenvolvimento para financiamento do Banco Mundial selecionados, os quais foram delimitados pelo tema nutrição e segurança alimentar, para a observação dessa governamentalidade global posta serão identificados os seguintes aspectos: 1. verdade e discurso propagados; 2. concretização do estabelecimento do conhecimento; 3. exercício do poder; e 4. internalização. Esses são aspectos elencados a partir da construção da perspectiva foucaultiana dessa tese, seguindo a sequência do pensamento teórico anteriormente delimitada e trabalhada. A partir disso, conforme antecipado na Introdução desse trabalho, forma-se um círculo de exercício de poder derivado do entendimento do funcionamento circular entre verdade, saber e poder. Dessa forma, a figura a seguir, criada com o objetivo didático de clarear a compreensão sobre o exercício de poder e a materialidade da governamentalidade global, ilustra esse funcionamento entendido como circular.

FIGURA 8 – Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana



FONTE: A autora, 2022.

A partir do panorama retratado na figura acima, entende-se, portanto, que o tripé verdade, saber e poder pode ser entendido como de movimento circular, que se autoalimenta. Relembrando conforme explicitado no capítulo 2 que, em uma perspectiva foucaultiana, o saber e o poder se articulavam por meio do discurso, “pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber [...], é gerador de poder” (BRANDÃO, 1998, p. 31), como anteriormente citado. Assim, o poder é refletido pela escolha do verdadeiro e, também, entende-se que o poder é gerador de saber. Um movimento circular, portanto, pode ser observado nesse tripé ao centro da figura. Da mesma forma, circularmente nos quatro aspectos a serem aplicados às análises dos projetos elencados, pode-se visualizar esse fluxo circular ancorado no tripé foucaultiano.

O primeiro aspecto, de verdade e discurso propagados, a partir da visão apreciada nessa tese para as relações internacionais, parte de uma abordagem na

qual se compreende que “a governamentalidade não se refere apenas sobre como as instituições se comportam. Mais do que isso, constitui-se em uma abordagem preocupada com o arcabouço discursivo que dá sustentação ao exercício do governo no espaço internacional” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 36). Nesse viés, a verdade contida no funcionamento da racionalidade neoliberal é expressa pelo posicionamento do Banco Mundial, observado a partir da adoção de diretrizes e normas para a reprodução de suas políticas. Assim, como exemplificado anteriormente, o Pós-Consenso de Washington propaga um discurso de como e de porque a conduta (Estados) deve agir, com ajustes estruturais econômicos, redução de pobreza e financiamento do privado pelo público.

Além disso, a partir da análise dos projetos, destacam-se alguns meios pelos quais o discurso dessa racionalidade se encontra propagado, sendo eles as Políticas de Salvaguarda estipuladas pelo Banco Mundial para a aceitabilidade dos projetos de financiamento, assim como os ODSs que permeiam a construção de normas e diretrizes internacionais de forma mais ampla. Esses elementos compõem o saber posto como verdade e são apoiados em uma estrutura de conhecimento que lança olhar ao meio ambiente e ao social a partir do viés da biopolítica intrínseca à governamentalidade. Assim, com foco na população, para o conhecimento a respeito das necessidades e particularidades dela, a estatística, por exemplo, se articula à economia política. Nesse sentido, a partir desse olhar para a população, procura-se compreender caminhos elencando temas como, por exemplo, entendimentos de nutrição e de segurança alimentar, seguindo essa lógica. Observa-se, portanto, que todos os projetos analisados alinhados ao tema nutrição e segurança alimentar acabam por se enquadrar nos parâmetros contidos no ODS analisado e no cumprimento das Políticas de Salvaguardas, o que implica no caminho para concretizar essa verdade, desembocando no segundo aspecto.

O segundo aspecto, de concretização do estabelecimento do conhecimento, está relacionado à ideia de que “a governamentalidade conecta a prática do governo, de conduzir condutas, às formas sistemáticas de pensamento e conhecimento que o integram e o tornam operacional” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 36). Assim, esse é o momento de operacionalização, da realização da verdade desse saber. Sendo a economia política esse saber com ação sobre a economia e a população, esse aspecto da governamentalidade pode ser exemplificado pela descritiva encontrada no projeto de desenvolvimento do Peru acima analisado. Nele

foi trazida a informação de que, na última década, o país se alinhava aos ajustes fiscais e à política macroeconômica propagada pelas instituições internacionais obtendo “recentes ganhos em crescimento e redução da pobreza” (THE WORLD BANK, 2017b, p. 1). Pode-se depreender dessa afirmação de que houve um alinhamento ao conhecimento, pois o país seguiu orientações dessa verdade propagada internacionalmente e a levou para a prática, sendo concretizada.

Ademais, como exemplificação, nesse mesmo projeto foi identificada expressamente a necessidade de uma agenda de desenvolvimento, a qual seria impulsionada por meio do próprio projeto (THE WORLD BANK, 2017b). Assim, as ações derivadas dele serão um meio prático de concretização desse conhecimento. Da mesma forma, ao se procurar transformar o saber em ação, em todos os projetos de desenvolvimento acima analisados eram percebidos como inerentes os entendimentos do ODS 2, que propõe ações em consonância ao ideal do desenvolvimento sustentável. Vale destacar ainda que nos projetos, o foco na população, inerente à governamentalidade, foi um elemento definidor das ações governamentais. Dessa maneira, dados conhecidos do país tornaram-se guias para o estabelecimento das condutas governamentais, seguindo essa lógica de verdade, por exemplo, com base em números, estatísticas. Assim, alinhando-se aos entendimentos sobre nutrição e segurança alimentar, ações foram programadas decodificando o saber e concretizando esse conhecimento. A partir da construção dos projetos e de suas ações, por exemplo, as relações de poder são observadas, tendo em vista que “todo saber assegura o exercício de um poder” (MACHADO, 2007, p. XXII). Faz-se, portanto, a conexão direta desse estabelecimento do saber ao exercício do poder, sendo este o terceiro aspecto identificado.

O terceiro aspecto, de exercício do poder, revela a ideia de como este caracteriza-se pela capacidade de se impor, conduzir ao cumprimento da verdade, do saber. Lembrando que, conforme Foucault (1979a), o poder se mantém e é aceito porque forma saber, produz discurso, induz ao prazer, não sendo somente uma força que diz não. Assim, existe exercício de poder na conformação dos projetos às diretrizes, mas também o há pelos países desejarem estabelecer esse saber internamente, entendendo o desenvolvimento sustentável, por exemplo, como o melhor ou o único caminho a ser traçado. Ao seguir diretrizes e normas, relembra-se novamente, conforme explanado no capítulo 3 de acordo com Vrasti (2013), que a assistência do Banco Mundial é disponibilizada com a condição de alinhamento

aos princípios neoliberais de mercado e, quando for a situação, de desistência de formas nativas de economia e sociabilidade. O exercício de poder também está nas escolhas internas para os projetos, entretanto, essas podem ser entendidas como direcionadas pelo saber e, no caso de se haver um financiamento pelas instituições internacionais, as exigências da normativa internacional devem ser observadas.

Essas escolhas internas direcionadas pelo saber podem ser entendidas como ancoradas no biopoder. Nesse sentido, neste poder as preocupações são "com questões de vida e morte, com nascimento e propagação, com a saúde e a doença, tanto física como mental e com os processos que sustentam ou otimizam a vida de uma população" (DEAN, 1999, p. 99). Assim o desenvolvimento sustentável se relaciona diretamente com esta visão de poder que compõe o quadro da governamentalidade. Os projetos analisados têm direcionamento para atender essas questões de vida, de saúde, estando o exercício do poder, assim, expresso pelo foco nesse saber biopolítico. Por meio da execução dos projetos, pode-se observar, ainda, o exercício de poder de outra forma, ao se destacar os atrasos ocorridos em parte desses projetos. Esses atrasos por não cumprimento de diretrizes e ações, seja por problemas normativos, logísticos, má gestão ou força maior, ocasionam a não disponibilização dos recursos. O exercício do poder, portanto, se concretiza ao não liberar valores do financiamento, o atraso se dá por esse não cumprimento do Estado. Nesse caso, o alinhamento aos princípios do conhecimento estabelecido, como articulado no parágrafo anterior, deve ser cumprido. Assim, o poder age na internalização do conhecimento, levando ao quarto aspecto.

O quarto aspecto, de internalização, liga-se ao exercício de poder sendo este percebido como concretizado no âmbito interno, dos Estados. Nesse sentido, com a concretização, os projetos de desenvolvimento, ao refletirem a racionalidade, apresentam capilaridade por serem passíveis de afetar a população e serem direcionados à população. Um exemplo é a construção de silos visando a segurança alimentar, ação que envolve também, no caso do projeto de Bangladesh, a promoção da iniciativa privada, tendo em vista que o projeto prevê silos públicos e privados. Ademais, ocorre a contratação de empresas privadas para a execução das obras públicas. Assim, a concretização das ações previstas nos projetos, ao seguir esse saber que parte da governamentalidade, reverberam seus efeitos práticos tanto sobre a população, quanto também sobre a economia. Ademais, lembrando que

Estados e instituições internacionais alteram e são alterados por essa dinâmica da racionalidade, estabelecendo-se uma permeabilidade.

Dessa forma, ao procurar se compreender como essas relações ocorrem, pode-se abordar que a partir do entendimento da governamentalidade global se procura estabelecer “como se desenham as conexões entre os instrumentos de conhecimento e as práticas governamentais vigentes, bem como as consequências não intencionais desses esforços” (HOFF; BLANCO, 2021, p. 36). Uma consequência aparentemente não esperada é a constatação de falha ao conter a insegurança alimentar e o aumento da fome apesar de haver esforços mundiais, de acordo com a FAO (2021a). Esse é um reflexo percebido internamente nos países. Talvez isso ocorra, como citado no início da seção, revisitando o entendimento de Joseph (2009, p. 425), pelo fato de que “na prática, a governamentalidade neoliberal não pode ser uma técnica universalmente válida [...]. Ela falha em muitas partes do mundo precisamente porque é incapaz de operar efetivamente fora das condições sociais do capitalismo liberal avançado”, como dito no capítulo 2. Apesar das falhas, essa racionalidade opera em escala mundial e apresenta o aspecto de ser evolutiva, portanto, mutável e adaptável. Nesse caso da fome, pode se haver reordenamento do saber. Assim, a percepção da internalização a partir de uma perspectiva de governamentalidade global permite a constatação do fluxo constante e evolutivo, da concretude, dessa existência de uma racionalidade que permeia a verdade, o saber, as práticas políticas, a vida cotidiana. Assim, ao atingir o interno, estabelece-se novamente a verdade, o saber, retroalimentando esse sistema circularmente.

A partir do entendimento desse funcionamento circular, chega-se a essa visualização da materialidade da governamentalidade global. Nesse sentido, tendo em vista os quatro aspectos do Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana foi elaborada uma tabela contendo alguns elementos indicativos desses aspectos para cada projeto analisado. Assim, além das anteriormente citadas nessa subseção, algumas ações encontradas nos projetos serão trazidas não de forma exaustiva, mas com o objetivo de exemplificação para ilustrar cada um dos aspectos. Nesse sentido, segue essa lista conforme a Tabela 15.

TABELA 15 – Aspectos identificados do Círculo de Exercício de Poder sob uma Perspectiva Foucaultiana a partir dos projetos de desenvolvimento selecionados.

ASPECTO / PROJETO	ASPECTO 1	ASPECTO 2	ASPECTO 3	ASPECTO 4
NEPAL	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso a alimentos nutritivos para famílias em situação de insegurança alimentar; - Criação de oportunidades para produção agrícola. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas de obras públicas para segurança alimentar; - Ação do Ministério da Agricultura em soluções agrícolas e no conjunto de coordenação, - Avaliação e monitoramento do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Execução de obras públicas com pagamentos em dinheiro e em alimentos; - Emprego de 168.263 e apoio a mais de 1 milhão de pessoas.
HAITI	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propiciar acesso aos pequenos agricultores a serviços e treinamentos; - Assistência financeira no caso de emergência agrícola. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações para fortalecer o Ministério da Agricultura; - Definição de uma Estratégia Nacional de Extensão Agropecuária; - Melhora da segurança alimentar para áreas determinadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais; - Reestruturação do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação da Estratégia Nacional de Extensão Agropecuária; - Medidas emergenciais pós reestruturação do projeto; - Ações com foco nos agricultores.
BANGLADESH	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Auxílio às necessidades alimentares de famílias no pós desastre natural. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos para construção de silos; - Programa de Planejamento de Monitoramento de Alimentos e Mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais; - Reestruturação do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de silos; - Instalação de infraestrutura que permita resposta a desastres naturais.
ETIÓPIA	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de competitividade e emprego; - Aprimoramento da resiliência e redução das vulnerabilidades. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Transformação do Crescimento; - Ações de aumento da produtividade agrícola e da comercialização de pequenos produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de sistemas de irrigação; - Manutenção da biodiversidade em observância aos impactos ambientais e sociais determinados na racionalidade.
NIGÉRIA	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autossuficiência em alimentos; - Segurança alimentar de famílias agrícolas afetadas por conflitos. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de apoio e recuperação do setor agropecuário; - Alinhamento do projeto à nova política agropecuária do país. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de infraestrutura como estradas de barro e barragens de pequeno porte.

ÁFRICA DO LESTE	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento de produtividade e comercialização de alimentos para fortalecer a segurança alimentar. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadeia de valor para a agricultura; - Ações para desenvolvimento do setor agroindustrial privado; - Integração regional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de infraestrutura agrícola e hidrovias; - Consolidação de regras de controle de pragas e manejo de pesticidas.
PERU	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da produtividade e do crescimento econômico na pesca e aquicultura; - redução da pobreza. 	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorias no Sistema Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura; - Medidas de ênfase na aquicultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de descentralização com aumento de participação do setor privado; - Estudo e aplicação de práticas pesqueiras.
MALAUÍ	<p>Estabelecimento da ideia de:</p> <p>Ampliar o combate à insegurança alimentar a partir da ampliação dos mercados interno e externo.</p>	<p>Criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações para criação de alianças produtivas entre pequenos agricultores; - Ações de apoio à capacitação de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável; - Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de alianças produtivas entre agricultores; - Estabelecimento de plano de respostas emergenciais em caso de crise ou emergência natural.

FONTE: Autora, 2022.

De acordo com a tabela, pode-se perceber que, ao se observar o aspecto 1, de verdade e discurso propagados, o reconhecimento do que é verdade a ser estabelecida é bem semelhante entre os projetos. Devido a esse alinhamento do saber, a temática da nutrição e segurança alimentar apresenta um discurso difundido e aceito como justificativa de investimentos para o desenvolvimento. Sendo a ideia estabelecida de propiciar acesso aos pequenos agricultores a serviços e treinamentos, como no caso do Haiti, ou a promoção da competitividade e o aprimoramento da resiliência na agricultura e redução das vulnerabilidades, como no caso da Etiópia, depreende-se que essas intenções de ações retratam a verdade estabelecida dentro dessa temática. Nesse sentido, o aspecto 2, de concretização do estabelecimento do conhecimento, ocorre ao se observar essas intenções como planos elaborados dentro dos projetos, assumidos como responsabilidade, sendo impulsionadores de ações de concretização. Assim, melhorias no Sistema Nacional de Inovação em Pesca e Aquicultura abordados no projeto do Peru, como o estabelecimento de ações de apoio e recuperação do setor agropecuário e o alinhamento do projeto à nova política agropecuária da Nigéria, são ações exemplificativas em prol desse conhecimento.

Em relação ao aspecto 3, de exercício do poder, os projetos foram identificados da mesma forma devido ao caminho de pesquisa realizado nessa tese no qual se identificaram para análise os ODSs, especificamente o ODS 2 relacionado à segurança alimentar, e as Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial como conhecimento estabelecido e aplicado para os projetos com a temática nutrição e segurança alimentar selecionados. Dessa forma, conforme análise dos projetos, em seus textos eram trazidas informações relativas a essas normativas e diretrizes internacionais. Como exemplo, para Bangladesh foi identificado o saber dos ODSs 2.3 e 2.4, assim como a necessidade de observação da Política de Salvaguarda 4.01 de avaliação ambiental. Nesse projeto, o exercício de poder também se deu pelo atraso na execução do projeto com a não disponibilização de recursos programados até que houvesse reestruturação e aceitação pelo Banco Mundial. No projeto da África do Leste, foram identificados os ODSs 2.4, 2.5, 2a, 2b e 2c, além das Políticas de Salvaguarda, 4.01, 4.04, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.36 e 7.50 (avaliação ambiental, habitats naturais, manejo de pragas, populações indígenas, recursos culturais físicos, reassentamento involuntário e projetos em hidrovias internacionais).

Tendo em vista o aspecto 4, de internalização, pode-se trazer como exemplo o Malauí, onde houve o estabelecimento de alianças produtivas entre agricultores com o objetivo de possibilitar a ampliação dos mercados interno e externo como combate à insegurança alimentar. Outro exemplo é o projeto do Nepal, projeto já finalizado para o qual foram divulgados dados sobre a quantidade de trabalhadores empregados e pessoas atingidas por ele. Assim, gerou-se apoio a mais de 1 milhão de pessoas, sendo empregados 168.263 trabalhadores em obras públicas com pagamentos recebidos em dinheiro, em alimentos ou em um misto dos dois. Assim, a partir da visualização desses projetos dentro do Círculo proposto que demonstra o estabelecimento da racionalidade, percebe-se a governamentalidade sendo materializada mesmo apesar das diferenças e das dificuldades de cada Estado. Embora, conforme Joseph (2010c), haja uma ideia de governamentalidade global difundida por organizações internacionais, mas que não se aplica igualmente no mundo, mesmo de maneira desigual, pode-se entender que ela opera e se materializa globalmente de forma constante e presente devido às suas relações de poder e ao estabelecimento do saber.

Como a racionalidade se faz onipresente, permeando os governos e a sociedade por meio de suas técnicas, práticas, ideias, verdades em um sistema de exercício de poder, há um fluxo que parece natural em direção a seus ideais. Assim, os países quando adotam as diretrizes internacionais, como a observância das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, o fazem como forma de se alcançar esse desenvolvimento almejado. Por vezes o país já se encontra alinhado a essas regras ligadas à racionalidade. Por outras, há muita necessidade de adaptação em alguns quesitos, inclusive para que se possa receber os valores dos financiamentos, sendo que estes são liberados apenas quando são cumpridas fases do projeto. A adaptação às diretrizes, normas ocorre por uma necessidade ou obrigatoriedade, independentemente da crença se seria o melhor caminho para se alcançar o desenvolvimento ou não, entretanto, essa verdade é estabelecida dentro da racionalidade como o caminho a se traçar. Como a racionalidade tudo permeia, essa verdade vai se tornando posta, natural, uma crença sendo entendida como funcionamento aceito como verdadeiro compondo essa governamentalidade global.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As noções desenvolvidas por Michel Foucault durante sua vida acadêmica, como as de verdade, saber, poder, biopolítica e governamentalidade, são instrumentos para a compreensão, a partir de uma visão pós-estruturalista, das relações internacionais. Nesse patamar, a perspectiva foucaultiana de governamentalidade global apresenta-se como um instrumento para o estudo da busca pelo desenvolvimento como um saber e do estudo das políticas e ações internacionais em prol desse desenvolvimento. Sendo assim, nessa tese, partiu-se de uma perspectiva foucaultiana em que se entendeu o estabelecimento de regras e instituições internacionais a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial como uma expressão da racionalidade do poder internacional, tendo o Banco Mundial, instituição presente nessa análise, surgido nesse momento. Assim, a partir de um contexto neoliberal posterior, o objetivo desse trabalho não foi o de expressar juízo de valor em relação à governamentalidade global, mas foi o de identificar essa racionalidade neoliberal em operação e compreender o exercício de poder e como ela se materializa considerando o espaço da política internacional.

Com esse objetivo, a partir do cenário mundial das relações internacionais, o estudo abarcou o entendimento de como diretrizes estabelecidas por instituições internacionais são internalizadas pelos Estados dentro do ideal de desenvolvimento aceito como verdade na atualidade, o desenvolvimento sustentável. Ademais, o saber relacionado ao desenvolvimento também foi abordado, tendo em vista o exercício do poder e a conexão do conhecimento com práticas governamentais intrínsecos à perspectiva foucaultiana da governamentalidade. Desse modo, entendeu-se o Banco Mundial como uma instituição internacional que integra a racionalidade neoliberal, sendo um agente capaz de exercer poder, determinar a verdade e desenvolver o saber. Relaciona-se a instituição possivelmente à evolução do modelo de governamentalidade, a partir de sua readequação do Consenso de Washington ao Pós-Consenso de Washington. Diante desse cenário, o papel do Banco Mundial frente à promoção do desenvolvimento é operacionalizado por meio dos projetos de desenvolvimento que ele financia.

A temática da nutrição e segurança alimentar foi escolhida para o estudo, assim, para análise nessa tese foram selecionados oito projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial, tendo esses seus inícios de 2010 a 2017. O saber a

respeito dos conceitos de nutrição e de segurança alimentar são demonstrativos da dinâmica da governamentalidade, revelando como o ideal de desenvolvimento sustentável se relaciona às práticas governamentais a partir dessa temática. Contidos no saber sobre o desenvolvimento, por meio do ODS 2, esses conceitos são parâmetros adotados pelas instituições internacionais dentro do contexto da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, o entendimento sobre resiliência, sobre a insegurança alimentar e sobre o funcionamento do sistema alimentar também são percebidos como fatores determinantes dentro da temática para compreensão da prática governamental. Desse modo, trabalhou-se com a abordagem do Banco Mundial como impulsionador do desenvolvimento, procurando propiciar à população uma vida plena tendo em vista seus critérios. Assim, avalia-se que os projetos selecionados dentro da temática de nutrição e segurança alimentar, relacionados ao setor de agricultura com foco na administração pública escolhidos para a análise, foram construídos em consonância com o ODS 2 e com as diretrizes da instituição, sendo trabalhadas para essa análise, as Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

Com viés na esfera social como impulsionadora da economia, os projetos financiados pelo Banco Mundial estudados são reveladores da materialidade da governamentalidade global a partir da internalização das diretrizes contidas neles. Assim, as ações oriundas desses projetos revelam poder de alterar políticas e modos sociais dos Estados. Observa-se, portanto, a tríade verdade, saber e poder expressa nos projetos e refletindo um movimento circular dentro da racionalidade. Tendo em vista esse movimento circular, trabalhando com foco na análise dos projetos, foram identificados quatro aspectos que demonstraram esse funcionamento. Os aspectos elaborados nessa tese foram: 1. verdade e discurso propagados; 2. concretização do estabelecimento do conhecimento; 3. exercício do poder; e 4. internalização. Demonstrou-se que um leva ao outro, sendo que a internalização também impacta na verdade e discurso propagados. Nesse sentido, destacou-se a racionalidade como mutável, não sendo estática, a qual segue seu fluxo transmitindo a ideia de evolução.

Concluiu-se, portanto, que a governamentalidade global é uma racionalidade empiricamente observada nas relações internacionais. A verdade propagada nas diretrizes de instituições internacionais, como do Banco Mundial, é posta aos Estados como um processo necessário a seus desenvolvimentos. Dessa forma,

independentemente de caráter positivo ou negativo, essa racionalidade neoliberal é dinâmica, mutável e se materializa, fato percebido ao se observar sua internalização por meio dos projetos analisados. Assim, essa tese se contrapõe à visão de Vrasti (2013, p. 54) relativa a concretização de estudos de base foucaultiana, os quais focariam “na operação geral das técnicas governamentais e não suficientemente nas condições específicas que fazem a governamentalidade funcionar em alguns casos e não em outros”. Sendo que, a partir disso, a autora considera que os “estudos de governamentalidade sugerem uma constante universal que é muito global ou completa para permitir investigação empírica” (VRASTI, 2013, p. 54). Em dissonância a esse entendimento, nessa tese procurou se provar que é possível aplicar Foucault e seu entendimento de governamentalidade como percebido universalmente em um cenário internacional e, ao mesmo tempo, entendendo-se a particularidade que envolve os países em desenvolvimento nessa materialidade.

6.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Avaliar os reflexos da racionalidade neoliberal é uma atividade complexa perante a abrangência das práticas governamentais e à mutabilidade inerente a essas ações. Em relação ao tema nutrição e segurança alimentar trabalhados nessa tese, observou-se que há indícios de que o funcionamento da racionalidade pode estar gerando insegurança alimentar de acordo com dados da FAO (2021a). Assim, trabalhos futuros podem se dedicar a entender e avaliar se há uma mudança de forma na racionalidade que contemple as melhoras de padrões sociais ou se ela alimenta a desigualdade. Nesse sentido, pode ser levantado o questionamento de que até que ponto a governamentalidade global resultaria apenas em uma forma de integrar o indivíduo nessa racionalidade para a expansão e o fortalecimento dela? Não como fim em si (de melhora do indivíduo), mas como meio de alimentá-la. Outro questionamento seria o de quanto a racionalidade e sua evolução têm contribuído para a melhora nas condições de vida? Como exemplo do caso aqui estudado, o quanto elas têm contribuído no fortalecimento da segurança alimentar em escala mundial?

Ademais, pode-se considerar a elaboração de trabalhos futuros dentro de uma perspectiva de Foucault ao se considerar uma investigação sobre a argumentação de que a governamentalidade foucaultiana se mostraria ou se

aplicaria de forma distinta a países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesse sentido, compreendendo como essa governamentalidade global impacta de formas distintas os países. Por fim, a ideia de trabalhos que operacionalizem a perspectiva foucaultiana, (considerados Foucault aplicado), poderão colaborar na demonstração do funcionamento empírico da racionalidade a partir da identificação da perspectiva Foucaultiana nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ALAWATTAGE, C.; AZURE, J. D.-C. Behind the World Bank's ringing declarations of "social accountability": Ghana's public financial management reform. **Critical Perspectives on Accounting**, n. Elsevier, 2021.

ARCHELA, D. C. G. **A genealogia foucaultiana da economia política clássica**. Dissertação—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

BANJAC, M. Developing Tanzanian civil society: Desiring democracy, self-empowerment and the World Bank. **Journal of Organizational Change Management**, v. 23, n. 6, p. 669–688, 17 out. 2010.

BEAR, L. Speculations on infrastructure: from colonial public works to a post-colonial global asset class on the Indian railways 1840–2017. **Economy and Society**, v. 49, n. 1, p. 45–70, 2 jan. 2020.

BEST, J. Why the Economy is Often the Exception to Politics as Usual. **Theory, Culture & Society**, v. 24, n. 4, p. 87–109, jul. 2007.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.

BRIGG, M. Post-development, Foucault and the colonisation metaphor. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 421–436, jun. 2002.

BRÖCKLING, U.; KRASMANN, S.; LEMKE, T. **Governmentality: current issues and future challenges**. New York: Routledge, 2011.

CALKIN, S. "Tapping" Women for Post-Crisis Capitalism: Evidence from the 2012 World Development Report. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 4, p. 611–629, 2 out. 2015.

CAMERON, J. D. **Participatory Budgeting in the Andes: Between Governmentality and the Infrapolitics of Resistance**. 2008.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, v. 29, n. 2, p. 65–78, 2006.

CARVALHO, R. S. DE. O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e educação infantil como estratégia de governamentalidade contemporânea. **Educação em Revista**, v. 32, n. 2, p. 229–253, jun. 2016.

CAVANAGH, C. J. Biopolitics, Environmental Change, and Development Studies. **Forum for Development Studies**, v. 41, n. 2, p. 273–294, 4 maio 2014.

CHAUDHRY, V. Neoliberal disorientations: changing landscapes of disability and governance in India. **Disability & Society**, v. 30, n. 8, p. 1158–1173, 14 set. 2015.

CLAPP, J. **Food security and international trade – unpacking disputed narratives – the state of agricultural commodity markets 2015-16**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015.

CUMMINGS, S.; SEFERIADIS, A.; HAAN, L. Getting down to business? Critical discourse analysis of perspectives on the private sector in sustainable development. **Sustainable Development**, v. 28, n. 4, p. 759–771, jul. 2020.

DAVIDSON-HARDEN, A. Confronting Neoliberalism Through a Parrhesiastic Praxis in the Steered University, and Beyond. **Knowledge Cultures**, v. 5, n. 1, p. 41, 2017.

DEAN, M. **Governmentality: power and rule in modern society**. 2nd ed ed. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 1999.

DEAN, M. Foucault must not be defended. **History and Theory**, v. 54, n. 3, p. 389–403, out. 2015.

DOLZAN, R. R. **Desenvolvimento, Comércio Internacional Agrícola e Segurança Alimentar: uma análise da Conferência Ministerial de Bali da Organização Mundial do Comércio**. Dissertação—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

ETTLINGER, N. Governmentality as Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, p. 537–560, 2011.

EVERETT, J.; NEU, D.; RAHAMAN, A. S. The Global Fight against Corruption: A Foucaultian, Virtues-Ethics Framing. **Journal of Business Ethics**, v. 65, n. 1, p. 1–12, abr. 2006.

EVERETT, M. The Ghost in the Machine: Agency in “Poststructural” Critiques of Development. **Anthropological Quarterly**, v. 70, n. 3, p. 137, jul. 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London; New York: Longman, 1989.

FAO. **Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action**, 1996.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World – Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015.

FAO (ED.). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordabel healthy diets for all**. Rome: FAO, 2021a.

FAO. **Food Systems**. Disponível em: <<https://www.fao.org/food-systems/en/>>.

FINE, B.; WAEYENBERGE, E. V. Correcting Stiglitz: from information to power in the world of development. **Socialist Register**, v. 42, n. Londres, 2006.

FLORENCIO, F. **A racionalidade global perante o governo local: uma análise foucaultiana sobre as ações e polítAIDS em Curitiba entre 2001-2020**. Curitiba: [s.n.].

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 24 ed. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979a.

FOUCAULT, M. **Omnes et Singulatim: Towards a Criticism of 'Political Reason'**. Stanford University, 10 out. 1979b.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. **The University of Chicago Press**, v. 08, n. 04, p. 777–795, 1982.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 14 ed. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Essential works of Foucault: 1954 - 1984**. 2. ed. Chicago: Paul Rabinow - University of Chicago Press, 2000.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 2 ed. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. [s.l: s.n.].

GORDON, C. Afterword. Em: **Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977**. 1st American ed ed. New York: Pantheon Books, 1980.

HOFF, N.; BLANCO, R. Abrindo a caixa de ferramentas foucaultiana: delineando a governamentalidade global enquanto instrumento analítico das Relações Internacionais. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 34–56, jul. 2021.

HOOK, D. Discourse, knowledge, materiality, history: Foucault and discourse analysis. **Theory and Psychology**, 2001.

HUTCHINGS, K. Foucault and International Relations Theory. Em: LLOYD, M.; THACKER, A. (Eds.). **The impact of Michel Foucault on the social sciences and humanities**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: New York: Macmillan Press; St. Martin's Press, 1997.

JOSEPH, J. Governmentality of What? Populations, States and International Organisations. **Global Society**, v. 23, n. 4, p. 413–427, out. 2009.

JOSEPH, J. **Neoliberalism, Governmentality and the World Bank: Crisis, What Crisis?** 2010a.

JOSEPH, J. Poverty Reduction and the New Global Governmentality. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 35, n. 1, p. 29–51, jan. 2010b.

JOSEPH, J. The limits of governmentality: Social theory and the international. **European Journal of International Relations**, v. 16, n. 2, p. 223–246, jun. 2010c.

JOSEPH, J. Resilience as embedded neoliberalism: a governmentality approach. **Resilience - International Policies, Practices and Discourses**, v. 1, n. 1, p. 38–52, 2013.

KAJSIU, B. A Post-structuralist Discourse Analysis of Corruption. **Analecta Politica**, v. 8, n. 14, p. 131–156, 2018.

KERR, R. **North, South, East and West: The Pedagogy of Governance**. 2006.

KIERSEY, N. J. Scale, Security, and Political Economy: Debating the Biopolitics of the Global War on Terror. **New Political Science**, v. 31, n. Routledge, p. 27–47, 2009.

LARNER, W.; WALTERS, W. **Global governmentality: governing international spaces**. London: Routledge, 2006.

LEMKE, T. **Foucault, governmentality, and critique**. New York: Routledge, 2016.

LEMKE, T. **Foucault's analysis of modern governmentality: a critique of political reason**. London: Verso, 2019.

LI, T. M. Governing rural Indonesia: convergence on the project system. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 79–94, 2 jan. 2016.

MACHADO, R. (ED.). Introdução – Por uma genealogia do poder. Em: FOUCAULT, M. (Ed.). **Microfísica do poder**. 24 ed. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 2007.

MADUEKWE, C. C.; THAVER, B. The reform of public universities in Tanzania: Governmentality and the exercise of power. **African Sociological Review**, v. 23, n. 1, p. 45–60, 2019.

MAGNOLI, D. **O Mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000**. São Paulo: Moderna, 2002.

MARTINUSSEN, J. **Society, state, and market: a guide to competing theories of development**. London; Atlantic Highlands, N.J., USA: Halifax, Nova Scotia: Pretoria: Zed Books; Fernwood Pub.; HRSC/RGN, 1997.

MAVELLI, L. Resilience beyond neoliberalism? Mystique of complexity, financial crises, and the reproduction of neoliberal life. **Resilience - International Policies, Practices and Discourses**, The Politics of Resilience. v. 7, n. Clemence Humbert and Jonathan Joseph, 2019.

METHMANN, C. P. 'Climate Protection' as Empty Signifier: A Discourse Theoretical Perspective on Climate Mainstreaming in World Politics. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 39, n. 2, p. 345–372, dez. 2010.

MEZZADRA, S.; WALKER, G. Forces and Forms. **positions: asia critique**, v. 27, n. 1, p. 145–158, 1 fev. 2019.

MISSELBROOK, D. Foucault. **British Journal of General Practice**, v. 63, n. 611, p. 312–312, jun. 2013.

MITCHELL, K.; SPARKE, M. The New Washington Consensus: Millennial Philanthropy and the Making of Global Market Subjects: The New Washington Consensus. **Antipode**, v. 48, n. 3, p. 724–749, jun. 2016.

NGUYEN, X.-T. Genealogies of Disability in Global Governance: A Foucauldian Critique of Disability and Development. **Foucault Studies**, p. 67–83, 17 jun. 2015.

O'FARRELL, C. **Michel Foucault**. London: SAGE Publications Ltd, 2005.

ONU. **Sustainable Development Agenda**. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 1 maio. 2021a.

ONU. **List of Least Developed Countries (as of 24 November 2021)**. 2021b. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/ldc_list.pdf>

ONU. **Least Developed Countries (LDCs)**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category.html>>.

ONU. **The 17 Goals**. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/goals>>.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

ONU. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: 2 Fome zero e agricultura sustentável**. nov. 2021f. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>>

OUR WORLD IN DATA. **Hunger and Undernourishment**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/hunger-and-undernourishment>>.

PANGASTUTI, Y. Tracing the silence? An essay on the World Bank and discourses on women in the early childhood education and development projects. Em: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION, Y.; HANI (Eds.). **Early childhood education in the 21st century: proceedings of the 4th International Conference on Early Childhood Education (ICECE 2018), Bandung, Indonesia, 7 November 2018**. Bandung-Indonésia: [s.n.]. p. 29–34.

PATEL, R. The Long Green Revolution. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 1–63, jan. 2013.

PAULA, N. DE; DELGADO, N. G. Fragmentation of Brazilian Food System: Between Global Markets and Food Security. **Journal of Food Security**, v. 4, n. 5, p. 120–125, 2016.

PAULA, N. M. DE. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PAULA, N. DE; PESSALI, H. Agricultural Trade Negotiations and the Challenges of Food Security. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 3, n. 3, p. 313–335, 1 dez. 2014.

PESTRE, D. Understanding the Forms of Government in Today's Liberal and Democratic Societies: An Introduction. **Minerva**, v. 47, n. 3, p. 243–260, set. 2009.

PICCIOTTO, R. Evaluation: Discursive practice or communicative action? **Evaluation**, v. 23, n. 3, p. 312–322, jul. 2017.

REZEK, F. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SELBY, J. Engaging Foucault: Discourse, Liberal Governance and the Limits of Foucauldian IR. **International Relations**, v. 21, n. 3, p. 324–345, set. 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENDING, O. J.; NEUMANN, I. B. **Banking on Power: Practices in an International Organization**. 2007.

SENEILLART, M. Nota. Em: **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008.

SERBAN, M. Rule of law indicators as a technology of power in Romania. Em: MERRY, S. E.; DAVIS, K. E.; KINGSBURY, B. (Eds.). **The quiet power of**

indicators measuring development, corruption, and the rule of law. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SWYNGEDOUW, E. Governance Innovation and the Citizen: The Janus Face of Governance-beyond-the-State. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1991–2006, out. 2005.

TAMAS, P. A. Spoken moments of a pernicious discourse? Querying Foucauldian critics' representations of development professionals. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 5, p. 901–916, jul. 2007.

TELLMANN, U. The Economic Beyond Governmentality: The Limits of Conduct. Em: **Governmentality: current issues and future challenges**. New York: Routledge, 2011. p. 340.

THE WORLD BANK. **Nepal P120538 - Project Information Concept Stage - Report n.AB5344**. jan. 2010a.

THE WORLD BANK. **Nepal P120538 - Integrated Safeguards Datasheet Appraisal Stage**. abr. 2010b.

THE WORLD BANK. **Nepal P120538 - Project**. maio 2010c.

THE WORLD BANK. **Nepal P120538 - Nepal: Bolstering Safety Nets**. maio 2012.

THE WORLD BANK. **Bangladesh P120583 - Project 2013**. 2013a.

THE WORLD BANK. **Bangladesh P120583 - Environmental and Social Assessment 2013**. 2013b.

THE WORLD BANK. **Ethiopia P148591 - Project**. 2015a.

THE WORLD BANK. **Ethiopia P148591 - Environmental Assessment**. 2015b.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa P143307 - Agreement**. jan. 2015c.

THE WORLD BANK. **Nigeria P158535 - Integrated Safeguard Data Sheet**. 2016a.

THE WORLD BANK. **Peru P155902 - Marco de Gestión Ambiental y Social**. 2016b.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa P143307 - Project Information Document PIDA52356**. fev. 2016c.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa P143307 - Project Information Document PIDA65135**. abr. 2016d.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa P143307 - Integrated Safeguard Data Sheet**, maio 2016e.

THE WORLD BANK. **Diretoria do Banco Mundial aprova novo Marco Ambiental e Social**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/08/04/world-bank-board-approves-new-environmental-and-social-framework>>.

THE WORLD BANK. **Bangladesh P120583 - Environmental and Social Assessment 2017**. , 2017a.

THE WORLD BANK. **Malawi P158434 - Project**. , 2017b.

THE WORLD BANK. **Malawi P158434 - Environmental and Socila Management Framework**. , 2017c.

THE WORLD BANK. **Malawi P158434 - Integrated Safeguards Data Sheet**, 2017d.

THE WORLD BANK. **Haiti P126744 - Cadre de Gestion Environnementale et sociale (CGES)**. , 2018a.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa P143307 - Project**, mar. 2018b.

THE WORLD BANK. **Haiti P126744 - Project**, jun. 2019.

THE WORLD BANK. **Bangladesh P120583 - Project 2020**, 2020.

THE WORLD BANK. **Peru P155902 - Project**, 2021a.

THE WORLD BANK. **World Bank Statement on the Great Lakes Integrated Agriculture Development Project for Africa (PICAGL)**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/01/19/world-bank-statement-on-the-great-lakes-integrated-agriculture-development-project-for-africa-picagl>>.

THE WORLD BANK. **Projects - Project List**. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?sectorcode_exact=AK&theme_exact=Nutrition%20and%20food%20security&projectfinancialtype_exact=IBRD^IDA&os=0&status_exact=Active>.

THE WORLD BANK. **Our Mission**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/home>>.

THE WORLD BANK. **What we do**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/what-we-do>>.

THE WORLD BANK. **Projects**. Disponível em: <<https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-home>>.

THE WORLD BANK. **What we do - Projects & Operations**. Disponível em: <<https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-sector?lang=en&page=>>>.

THE WORLD BANK. **Putting People at the Heart of Green, Resilient, and Inclusive Recovery**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2021/10/25/putting-people-at-the-heart-of-green-resilient-and-inclusive-recovery-development>>.

THE WORLD BANK. **Haiti P126744 - Project**, dez. 2021i.

THE WORLD BANK. **Eastern Africa Map**. Disponível em: <<https://maps.worldbank.org/>>.

THE WORLD BANK. **Environmental and Social Policies**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/projects-operations/environmental-and-social-policies>>.

ULIBARRI, K. Neoliberalism. Em: BOST, S.; APARICIO, F. R. (Eds.). **The Routledge companion to Latino/a literature**. London; New York: Routledge, 2012.

UN - CFS. **CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition**, 2021.

VAN DEN MEERSSCHE, D. International Organizations and the Performativity of Measuring States. **International Organizations Law Review**, v. 15, n. 1, p. 168–201, 1 maio 2018.

VEIGA, J. E. DA. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VRASTI, W. Universal but not truly 'global': governmentality, economic liberalism, and the international. **Review of International Studies**, v. 39, n. 1, p. 49–69, jan. 2013.

ZANOTTI, L. Governmentality, Ontology, Methodology: Re-thinking Political Agency in the Global World. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 38, n. 4, p. 288–304, nov. 2013.

ZIMMER, A.; SAKDAPOLRAK, P. The Social Practices of Governing: Analysing Waste Water Governance in a Delhi Slum. **Environment and Urbanization ASIA**, v. 3, n. 2, p. 325–341, set. 2012.